

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 03/2023**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL**

<b>Presidente:</b>	- <i>Francisco José Esteves</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.ª Secretário</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 1.ª Sessão Ordinária 24 de fevereiro de 2023</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b> - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
<b>Local da Reunião:</b>	- <b>Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

**Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2023, cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal Dr.ª *Júlia Rodrigues*, os cumprimentos são extensivos a todo o Executivo da Câmara Municipal presente, cumprimento os Senhores Deputados das diversas Bancadas Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas e União das Freguesias, comunicação social, Público presente e *online*.

Desejo um dia excelente de trabalho, muito produtivo para todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito obrigada Senhor Presidente, reitero as saudações, muito bom dia a todos.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Mário José Medeiros Vilarinho* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*.

O Senhor Deputado *António Manuel Neto Gouveia* é substituído pelo Senhor Deputado *Bruno Leonel da Cruz Morais*;

A Senhora Deputada *Diana Delfina Santos Costa* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *Cláudia Viviana Afonso* é substituída pela Senhora Secretária *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Carlos Fontoura Soares* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Víctor Manuel Fernandes Pratas*;

A Senhora Deputada **Camila Padrão Fraga** é substituída pelo Senhor Deputado **Carlos Alberto Pinheiro Esteves**.

### **Registo de Faltas.**

*Mário José Medeiros Vilarinho, Joaquim António Morais Clemente, António Manuel Neto Gouveia, Diana Delfina Santos Costa, Cláudia Viviana Afonso, Luís Carlos Fontoura Soares, Camila Padrão Fraga, Hernâni Torres Moutinho, Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso, António Augusto Lopes Alves.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Mário José Medeiros Vilarinho*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *António Manuel Neto Gouveia*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Cláudia Viviana Afonso*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Luís Carlos Fontoura Soares*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Hernâni Torres Moutinho*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso*: Sessão de 28 de abril de 2023.
- *António Augusto Lopes Alves*: Sessão de 28 de abril de 2023.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

### **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2023.**

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2023.

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Município **MANUEL BRÍZIDO** de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente começo por perguntar qual o ponto de situação por causa da tirolesa, já é tempo de tomar uma posição para a retirar, ou quer que vamos passar o que passamos o ano passado?

Parece que quando quiser brincar brinque com os da sua idade, porque nós nem sequer andamos na escola juntos.

Senhor Presidente, parte deste Executivo já não se lembra do prato onde é que comeram.

Senhor Presidente, melhor do que o Senhor sabe que a saúde está como o ensino, está o caos, não se compreende quando uma mãe dá entrada no hospital com um filho de tenra idade, tem que ficar no hospital pelo facto do filho ser ainda tão pequeno, onde é que dorme? Num cadeirão! Onde é que come? Não lhe dão de comer, tem que ir buscar comida à rua ou alguém tem que a levar. É uma vergonha e depois deslocam-se pessoas de Lisboa a Mirandela para fazer o quê?! E para isso já há dinheiro, infelizmente é isso que acontece, não devia acontecer.

Senhor Presidente, quando a Senhora Presidente se for embora ou a mandem, eu e mais pessoas já pensamos em colocar uma estátua, para nunca nos esquecermos de si e, até mesmo ir a Valpaços comprar uns foguetes para anunciarmos a sua partida!

Senhora Presidente, serviu de quê colocar um GPS em todos os carros, ou quase todos os carros? Se ainda há pessoas que se servem dos carros para uso próprio e a Senhora bem sabe quem são. Lamentavelmente isto acontece, onde se podia poupar dinheiro para dar a pessoas que têm alguma carência.

Senhor Presidente, em Lisboa já não se acredita nas moedas, tem que se ir a Itália à procura das notas e continua-se a assobiar para o ar, como que em Portugal está tudo bem e ninguém precisa e vai um peregrino numa viagem daqui a Itália!

Senhor Presidente, a Senhora Presidente em relação à tirolesa continua a ser teimosa e vingativa, mas pode ser que um dia o feitiço se vire contra o feitiçeiro! Na Assembleia disse-me que não gosta de quem lhe chama nomes, dizer que é vingativa não é faltar ao respeito a ninguém, porque isso é verdade, até tive o privilégio de falar com pessoas que trabalharam com a Senhora Presidente na Direção Regional e disseram-me exatamente a mesma coisa.

Senhora Presidente, a tirolesa estou em crer que ou sai a bem, ou vai sair a mal, está a 1,70 m da minha casa, retire-a, ponha-a onde quiser. Em relação aos projetores, têm de sair, exijo que sejam retirados da posição que se encontram.

Senhor Vereador *Vitor Correia*, por respeito que tenho por si vou-lhe dizer, coloque-os à sua porta, ou à porta dos seus amigos.

Senhor Presidente pergunto, feriados, dias santos, sábados e domingos, posso por exemplo cortar a relva? Não, porque se faz barulho. Então nós estes dias, mesmo durante o dia estamos a ser incomodados com o barulho, a Senhora Presidente responda, responda às perguntas por favor.

Senhor Presidente, o PSD nunca me deu nada, o PS muito menos, mas o PSD nunca me tratou como os do PS me estão a tratar, infelizmente. É de lamentar, a Senhora não se lembra do ano 2017, porque se fosse hoje 2017 não me trataria, ou não nos trataria como nos está a tratar.

Senhor Presidente há pessoas que falam aos microfones da Rádio Terra Quente, mas diziam mais se estivessem calados.

Uma nota em relação ao Senhor que se deslocou a Mirandela, segundo ouvi, ainda valeu a pena vir a Mirandela trazer um cofre de dinheiro, para salvar a dívida da Câmara de Mirandela. Senhor Presidente, junto do "Quatro Clubes" há uma sarjeta que já estragaram lá alguns pneus e jantes, ainda não foi reparado, mas há dias um magnata, que sem saber quem é a pessoa, foi-se queixar e pagaram-lhe o prejuízo. Então aqui há mirandelenses de primeira e de segunda? Não devia ser assim, respeitem toda a gente.

Obrigado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *RUI NEVES* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A razão de estar hoje aqui, é porque não foi possível responder-lhe na última Assembleia.

A Senhora Presidente não para de me surpreender!

Consegue, com a maior naturalidade, dizer que existem proprietários das casas da derrocada que não aceitam um acordo, sem que nunca tenha proposto qualquer acordo.

Solicita em 2017 e 2019, aos proprietários propostas para resolver a questão da derrocada, e depois de apresentadas essas propostas, não responde.

Convida o Deputado *Paulo Pinto* para participar numa reunião da Comissão Permanente, onde estariam apenas os técnicos e o advogado do Município, para esclarecer das causas da derrocada, quando sabe que o Município foi condenado na Providência Cautelar por causa dos técnicos não cumprirem as funções que lhes estavam adstritas, nomeadamente a fiscalização de obras não licenciadas.

Afirma que o Município não é responsável pela derrocada porque as obras são em terrenos particulares, quando sabe, uma vez que tem o pelouro jurídico, que o Tribunal na Providência Cautelar já decidiu que o Município não tem razão.

Passo a citar: " Não se ignora que estão em causa obras em terrenos particulares contudo a fiscalização ainda que em terreno particular cabe ao Requerido "(Pág. 43 da sentença).

Continua a defender-se com os técnicos do Município que os muros foram mal construídos, quando sabe, porque o Tribunal já o disse, que aquilo que se discute no processo da derrocada não é a execução da empreitada da construção das moradias. A qualidade técnica do projeto de construção. Ou o cumprimento do projeto pelo empreiteiro.

Mas a responsabilidade do Município na derrocada pelo conhecimento dos técnicos das escavações e não terem cumprido com as funções de fiscalização.

É por isso Senhora Presidente, que as únicas partes do processo são apenas os Proprietários e o Município e o Tribunal não admitiu que fossem chamados ao Processo, outras pessoas, nomeadamente o Empreiteiro, o Projetista, ou outros.

Sabe Senhora Presidente, as famílias não esperam do Executivo solidariedade, não é com a solidariedade que vão resolver o seu problema.

Aquilo que esperam Senhora Presidente, de um Executivo, é capacidade para resolver os problemas dos municípios e não para os arrastar indefinidamente.

E deixe que lhe diga Senhora Presidente:

Quando questionou o Deputado *Paulo Pinto* sobre o que achariam os Presidentes de Junta se o dinheiro que lhes era destinado fosse para fazer a obra da derrocada? Não seria melhor questionar-se a si própria sobre o que os mirandelenses, achariam de si se tivesse resolvido um problema urbanístico que a todos envergonha e dá uma má imagem da cidade.

A Senhora ao decidir que o assunto da derrocada deixe de ser uma questão política, a conclusão a que todos chegamos é que a Senhora e o seu Executivo a última coisa que querem é trabalhar com as partes envolvidas para no mais curto espaço de tempo se encontrar uma solução legítima, coerente e justa.

Vamos então ESPERAR que, quando a justiça decidir não seja tarde para a recuperação dos edifícios e não acarrete outros problemas para o Município.

Muito obrigado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor munícipe *Rui Neves*, permita-me só prestar-lhe um pequeno esclarecimento, uma vez que na sua intervenção fez alusão a uma matéria que é exclusiva da Mesa da Assembleia Municipal. Queria-lhe transmitir que a Senhora Presidente da Câmara Municipal não convidou o Senhor Deputado *Paulo Pinto* para uma reunião da Comissão Permanente, nem dispõe dessa prerrogativa. Por uma questão formal, legal e regimental, informá-lo que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal tem uma composição fixa, da qual o Senhor Deputado *Paulo Pinto* faz parte e é um órgão consultivo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *PEDRO FONSECA* do Cachão disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Uma das principais razões porque me desloco aqui hoje, tem a ver com a segurança rodoviária dentro da aldeia do Cachão, eu vejo-me obrigado a ter que fazer a deslocação dos meus filhos diariamente, por temer a passagem na Estrada Nacional, por não haver uma passadeira.

Queria alertar também para a situação da circulação pedonal dentro da própria aldeia, uma vez que é bastante difícil as pessoas circularem dentro da aldeia, tendo em conta a tipologia, por ser atravessada pela Estrada Nacional. Seria uma situação a ter em conta e a dar alguma importância.

Há outra circunstância, da qual eu fiz uma denúncia no passado mês de setembro de 2022, tendo em conta a quantidade de animais errantes a circular naquela localidade. Obtive uma resposta passado algum tempo, ainda em 2022, que vagueavam de forma errante, sem qualquer *chip* e sem qualquer dono, cerca de nove canídeos de grande porte pelas ruas daquela localidade, esta circunstância acontece há cerca de um ano ou dois e na resposta que os serviços do SEPNA - Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente me deram, prende-se com a circunstância de que o Município já terá sido informado para fazer a captura desses animais, para deslocar para o respetivo Canil Municipal.

Tendo em conta as dimensões daqueles animais, põe em risco a segurança de toda a população da aldeia, uma vez que eles circulam por toda a extensão das ruas daquela aldeia. Aproveitava para perguntar para quando é que será possível essa recolha.

Infelizmente essa situação acontece também porque muitos dos funcionários do Matadouro do Cachão, talvez por pena, dão alimento aqueles animais, que circulam sem qualquer tipo de controlo, eu volto a repetir, em todas as ruas daquela localidade.

Para além disso, queria referir, tendo em conta essa questão de dificuldade de mobilidade dentro da aldeia e a questão dos canídeos, porque é que será que os moradores do Cachão não têm o mesmo direito de poderem passear em segurança pelas ruas da aldeia, do que por exemplo os moradores em Mirandela? Eu já me deparei várias vezes, esses mesmos animais de grande porte, em grupos de cinco, seis, sete animais em frente à minha porta e eu na impossibilidade de poder deixar os meus filhos irem livremente, principalmente nestas alturas de bom tempo, poderem ir para a rua.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de mais agradecer as questões que foram colocadas, duas delas já são questões que se têm arrastado ao longo do tempo, em resposta ao Senhor *Manuel Brázido* e relativamente ao ponto de situação, dizer que não vou fazer comentários sobre aquilo que referiu, porque não me compete, relativamente às questões relacionadas com os partidos políticos ou de outra natureza.

Relativamente ao ponto de situação da tirolesa, como tenho referido trata-se de um parque infantil e volto a referir, um parque infantil, um parque que foi construído a pedido de todos os moradores do bairro, tem horário de funcionamento. Aquilo que nós nos comprometemos, em concreto a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, foi implementar medidas mitigadoras para o som, naturalmente que todos os moradores do bairro, mesmo aqueles que se localizam com alguma proximidade não concordam com a retirada de qualquer equipamento daquele parque infantil e portanto, à semelhança de outras questões, terá a ver concretamente com a situação de ruído, não é ruído noturno, é ruído que é perceptível durante o dia, a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais está a encontrar soluções para diminuir o ruído e por isso aquilo que eu proponho, é que haja da parte do Senhor *Manuel Brázido* uma reunião técnica também com o representante dos moradores do bairro Tua Sol, no sentido de se encontrarem soluções que sejam consensuais para todos os moradores.

Vou solicitar ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, que está com a competência delegada no âmbito do ambiente e serviços operacionais, que tem a competência da construção, fiscalização e integração dos parques infantis e agendar uma reunião conjunta, entre um representante do bairro Tua Sol, o Senhor *Manuel Brázido* e os técnicos da Câmara Municipal e por isso julgo que se consegue entre quatro pessoas encontrar soluções que sejam satisfatórios para todos, em primeiro lugar porque é uma situação que é grave na perspetiva do Senhor *Manuel Brázido*, mas que num contexto de comunidade, tratando-se de crianças, parece-nos inclusivamente que outras soluções poderão ser implementadas, mesmo que para isso a Câmara Municipal tenha que investir para além daquilo que já investiu no parque infantil e relembro, foi sempre uma solicitação, um abaixo assinado dos moradores do bairro, para que as crianças tivessem um espaço de lazer numa área de cedência para equipamentos públicos.

Relativamente à substituição de equipamentos, aquilo que propus foi que houvesse uma solução conjunta entre os moradores e o morador *Manuel Brízido*. Eu julgo que o bom senso deve imperar de ambos os lados e por isso julgo que poderemos encontrar soluções que sejam compatíveis com a comunidade no seu todo.

Vou pedir ao Senhor Vereador *Vitor Correia* para agendar essa reunião e portanto solicitar um representante do grupo de moradores, para que se encontre uma solução de consenso entre os moradores, todos os moradores, a Câmara Municipal e os Técnicos que também têm um papel fundamental para encontrar estas soluções.

Relativamente ao munícipe *Rui Neves*, esta também é uma situação, como sabem, que está em Tribunal, é, obviamente posição dos moradores que a responsabilidade é da Câmara Municipal, na Câmara Municipal, todos os técnicos que estão envolvidos no processo e os advogados da Câmara Municipal e, deixem-me também esclarecer que não é uma questão pessoal, nem política, é uma questão de responsabilidade de quem tem que decidir em função do melhor para o Município, obviamente que o melhor para o Município é o melhor para os mirandenses e aqui o que está em causa, é obviamente o montante reclamado, a possibilidade de acordo ou não, e se a responsabilidade não for do Município, obviamente até poderemos cair numa situação de favorecimento, não sendo a responsabilidade do Município.

Entendo, nós Executivo e já que fez a referência todo o Executivo, todo o Executivo esteve empenhado em encontrar soluções que não foram possíveis de alcançar por vários motivos, em primeiro lugar porque tecnicamente todos os técnicos que à data acompanharam este processo, quer sob o ponto de vista dos engenheiros, toda a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, quer também os juristas do Gabinete Jurídico, todos eles são de opinião que o Município não tem responsabilidades na derrocada e, por isso, sendo essa a opinião dos técnicos, obviamente que o Executivo acompanhado com o advogado que tem a Procuração no processo, vamos tentar encontrar soluções e aguardar a decisão.

Quando fala que, “a capacidade para resolver os problemas dos mirandenses”, obviamente que sim, nós somos eleitos para defender a Câmara Municipal, para defender os mirandenses, sem prejuízo da equidade e igualdade no tratamento de todos, ou seja, logo que este processo entrou em processo judicial e pese embora a demora dos tribunais, infelizmente a demora dos tribunais, obviamente não é um problema político, claro que é um problema político, porque senão não estaríamos aqui a falar nele e eu espero que a decisão seja legítima, coerente e justa.

Obviamente que para as famílias compreendemos perfeitamente, mas nós também não podemos pôr em risco uma decisão mal ponderada, e que ponha em causa a Câmara Municipal.

Relativamente ao munícipe *Pedro Fonseca*, dizer que tratando-se de uma Estrada Nacional a competência é da Infraestruturas de Portugal, já foram pedidas algumas lombas que fizessem a diminuição da velocidade e não foram autorizadas.

Relativamente aos animais errantes no Cachão, relembro que, nós temos tido um aumento da captura de animais, em 2020 tivemos 199 animais capturados, em 2021 208, em 2022 228 portanto, todos os anos tem aumentado o número de animais, o abandono animal e a captura de animais. Obviamente que a capacidade do Canil Intermunicipal da Terra Quente, quer a capacidade do Centro de Acolhimento de São Salvador, que irá ter obras a curto o prazo, está sempre muito esgotada, porque a entrada de animais é muito superior à adoção dos próprios animais, portanto, a Câmara Municipal tem feito um esforço muito grande, quer financeiro, quer de recursos humanos, para podermos albergar todos os animais que capturamos, mas confessamos sempre que tem sido muito difícil, este é um problema transversal a muitas autarquias, ou a todas as autarquias e traz problemas de saúde pública, de segurança basicamente.

Normalmente o que nós solicitamos, a situação é-nos reportada muitas vezes por munícipes ou pelos Presidentes de Junta, muitas vezes são cadelas com ninhadas, o que cria mais problemas na sua captura e, portanto, aquilo que lhe queria dizer é que, vou transmitir aos Serviços de Veterinária esta situação, para lentamente podemos acautelar essa captura, este é um problema que existe em muitas freguesias, os Senhores Presidentes sabem bem disso e muitas freguesias, em muitas aldeias e também aqui na vila e na cidade, mas estamos conscientes deste problema.

Em relação aos gatos, temos tido o programa de captura, esterilização e devolução e temos tutorias para as próprias colónias, mas em relação aos cães têm que ser capturados e entregues num canil, para que possam ser devidamente tratados.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à pretensão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* com a sua compreensão, a Mesa informa que não tem o direito à defesa da honra, porquanto a sua honra não foi ferida com a intervenção do Senhor munícipe que é freguês da sua Freguesia.

Com efeito qualquer cidadão pode solicitar esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o Município, independentemente da Freguesia onde residam e nesse aspeto acompanhar aquilo que foi um desconforto da Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Mesa tem sempre mostrado a maior abertura e tolerância e gostava de manter esse espírito, porque de facto no conjunto das intervenções houve uma que fugiu aquilo que é o quadro legal, que é o pedido de esclarecimentos sobre assuntos do Município, em que não é admissível qualquer intervenção puramente política ou de índole pessoal, pelo que se reforça este quadro legal nas intervenções por parte dos senhores munícipes, para que a Mesa não tenha que agir de forma mais rígida que não o desejável.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje cabe-me a honra de ser o primeiro e começo por dar os parabéns a todos os que estiveram aqui na Sessão Solene do 25 de Abril, foi uma manhã muito interessante, com discursos de muita qualidade e é sempre bom celebrar este dia de liberdade e aquilo que com essa mesma Liberdade temos a liberdade, passo a repetição, de fazer.

Eu tinha obviamente o meu discurso preparado no dia 25 de Abril dada a solenidade da cerimónia, mas não posso deixar de hoje aqui, nesta mesma Assembleia, fazer alguns reparos ao discurso que foi preferido pelo líder do PSD, de forma a fazer aqui alguma reposição daquilo que foram, o que eu considero, inverdades que foram aqui ditas.

Eu não posso deixar de pegar numa frase inicial que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* disse: “Quem se mete com o PS empobrece”, foi uma daquelas frases que agora estão muito na moda, mas que depois, se calhar, se fomos esmiuçar estatisticamente, a coisa não é bem assim e se compararmos as estatísticas de 2014, ou 2015, quando o sacrossanto *Pedro Passos Coelho* deixou o Governo e para estes malfadados socialistas desgovernarem o que tínhamos, relembro que tínhamos uma taxa de desemprego de quase 13% em 2015, hoje temos uma taxa de desemprego de 6%, tínhamos uma taxa de pobreza 26,6%, hoje temos uma taxa de pobreza, que apesar de extraordinariamente alta, vai só em 22,4%.

Eu pensei que também ia falar na carga fiscal, porque também é daqueles chavões que estão muito na moda de falar, atira-se com a carga fiscal para cima das pessoas, quando é a carga fiscal mais elevada da Europa. Bom, não é, nem pouco mais ou menos, é bem abaixo da média da União Europeia, nós temos uma taxa de carga fiscal, a previsão deste último ano de 36,4%, quando os dados da União Europeia são de 40%, ou seja, ainda estamos bem abaixo.

Tínhamos uma dívida pública de 131,2%, as tais contas certas do PSD, neste momento, apesar de uma situação pandémica e de um problema inflacionário terrível, neste momento, uma taxa de dívida pública que se estima que este ano fique ainda abaixo de 114%.

O incómodo que nós sentimos não foi propriamente o que foi dito, mas a forma como foi dito este tipo de coisas. Depois entrou num caminho local, que então aí tenho de refutar.

Eu não sei se foi por alguma visão que se teve aqui de pessoas, de vultos do passado, que estavam aqui presentes nesta sala que incomodou e que levou uma diatribe populista e incorreta por parte do PSD e começou com um ponto alto logo no início, que fala, “nos comboios arrecadados em tendas” ou seja, presumo que se referiam ao comboio turístico, que foi apresentado com pompa e circunstância uns dias antes das eleições autárquicas 2017 e, que está efetivamente há 6 anos arrecadado numa tenda, que é, todo, nós sabemos, da responsabilidade do concessionário. Bom, tentar fazer parecer que essa tenda devia passar, para o uso, até sugerido pelos finalistas, é uma ideia comunista, que nem aos comunistas mais reacionários, ou revolucionários, conferiria essa ideia, ou seja, fazer quase uma expropriação do proprietário privado, para um uso demagógico da Câmara Municipal.

Depois prossegue com, “49 anos de fundos comunitários distribuídos a rodo por Mirandela”, foi uma frase dita pelo PSD, eu lembro que desses 49 anos, 43, foram governados pelo PSD, porque nós efetivamente só estamos no poder há seis anos, o que faz com que todo o total que apresentou, todo o restante total, com a exceção dos últimos seis anos, seja da responsabilidade do PSD. Se não foram bem usados, parece-me que a responsabilidade é mais que evidente de quem é.

Falou também depois numa coisa, tentando fazer aqui um paralelismo com a censura e com o “lápiz azul” dos tempos passados, com a censura que há em Mirandela e deu três exemplos interessantes, sobre a censura que supostamente existe em Mirandela e fico surpreendido porque chego à conclusão que o Partido Socialista nem para fazer censura tem qualidade, porque os três exemplos que apresentou foram:

O parque rupestre da Serra dos Passos, assunto que nos merece todo o respeito, toda a consideração e todo o interesse. Eu tenho de lembrar que foi um processo iniciado em 2008, com um projeto de interesse e relevância atribuído em 2016, que nunca tinha sido discutido nesta Assembleia Municipal, que passou entre “pingos da chuva” durante sete, oito, nove, dez anos e que curiosamente depois de vir aqui, o malfadado Executivo socialista fez, além de outras atividades, promoveu uma sessão pública de esclarecimento nesta mesma Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O meu discurso do 25 de Abril assumo-o na sua integridade, não tenho nada que, além de admitir o erro dos 49 anos de fundos comunitários, não tenho mais nada a dizer, porque de facto fi-lo convictamente e hoje voltava a repeti-lo nesta sala.

Relembrar o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, um único dado, é que Portugal é o país da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, é o nono classificado. Sabe quantos países tem a OCDE? Tem 38, é o nono classificado como dos países que mais tributa o povo português. Eu, o único dado que alteraria, além do erro que já admiti, é que de facto entre o aumento de salários do Governo, mais a inflação, houve uma perda real dos portugueses de 3,5% nos seus rendimentos, quando a média da OCDE, que foi de 4,5%.

Nós estamos a empobrecer, nós estamos em austeridade, admitam por favor este discurso, é só ver a população portuguesa, toda ela na rua a reclamar.

E agora voltando aos temas iniciais, vou usar o meu tempo para, Senhora Presidente, dizer o seguinte: Senhora Presidente, informe esta Assembleia, eu vou-lhe fazer esta pergunta sem rodeios, o que se passa com o parque eólico? Já há tribunal nisto?

Outra questão Senhora Presidente, certamente teve votos, ganhou votos com a descida dos impostos cobrados pela Câmara Municipal, o que é que quer fazer com a derrama? É uma mudança de filosofia da Câmara Municipal, ora desce impostos, ora anda à procura do imposto milagroso, que porventura restitui alguma receita. Qual é o seu caminho? Quer tributar quem? As empresas de fora ou as da casa?

Senhora Presidente, a Bancada do PSD não tem falado nos CTT, porque de facto não temos que estar aqui sempre a falar, sabíamos o problema que existia e certamente que haveria de ser notícia um dia. Sobre o investimento dos CTT, a Senhora Presidente com a postura que está a ter, uma estratégia que a Câmara Municipal assumiu e pelos vistos já publicamente, está em condições de

garantir *ad aeternum*, se bem que o termo é muito longo, está em condições de garantir que as instalações dos CTT, a empresa CTT e os empregados que lá trabalham vão-se continuar a fixar em Mirandela? Não receia que com a sua estratégia, possa haver uma deslocalização da empresa e daqueles trabalhadores, maioritariamente de Mirandela, para concelhos limítrofes? Sem rodeios.

Senhora Presidente, é por demais evidente o atraso na revisão do PDM, tem havido atrasos sucessivos, participei numa reunião da Comissão Permanente, não estando a Assembleia presente, houve por parte do Senhor Vereador *Orlando Pires*, a tentativa da tomada de deliberação naquela reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal. Eu não vou comentar este erro político, admito a opção e a responsabilidade, mas Senhora Presidente, o que é que está a acontecer com o PDM, que porventura nos possa prejudicar em relação ao futuro?

Se estamos atrasados, contrariamente a outros Municípios, se está em causa aprovar um documento que implica depois a possibilidade do Município concorrer a fundos comunitários? Estamos atrasados e está tudo bem? É isso que nos vai garantir, são basicamente estas perguntas que eu tinha para fazer à Senhora Presidente.

----- A Senhora Deputada Municipal *LUÍSA BELCHIOR* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Tinha pensado a fazer um discurso escrito, mas realmente para falarmos de assuntos tão técnicos e já devem saber o que me traz aqui, é o Plano Diretor Municipal do concelho de Mirandela. Realmente a política fica muito aquém quando comparada com os números. A chamada de atenção que eu gostava de fazer é sobre esta consideração da redução dos perímetros urbanos da generalidade do concelho.

Também gostava aqui de dizer o seguinte e, esclarecer para todos, para que fique bem assente em toda a Assembleia e se alguém algum dia tiver alguma dúvida da natureza construtiva da minha intervenção, ela fica aqui bem registada, que eu me revejo totalmente no trabalho e conheço e sei o trabalho árduo e dedicado da Senhora Presidente da Câmara de Mirandela no que toca à causa pública, no que toca às pessoas, no que toca ao afeto, no que toca ao atendimento e até considero que esse trabalho que tem feito em que eu, como disse, me revejo, valorizo e concordo, até devia ser aqui muitas mais vezes enaltecido, dadas foram as horas e horas que desde 2017, tem estado disponível para o cidadão, num território destes onde nós temos uma população tão particular, mas entendo que, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se a Senhora Presidente tomar a dianteira deste processo, nós vamos conseguir ter um documento muito melhor.

Eu queria chamar a atenção de todos e dos Senhores Presidentes da Junta que, o quadro 4 do relatório do Plano Diretor Municipal de Mirandela, refere claramente as percentagens portanto, isto não são contas minhas, isto são contas feitas, são contas trabalhadas, refere claramente a percentagem por freguesia dos valores comparativos, entre os perímetros urbanos da primeira Revisão do PDM e da segunda Revisão do PDM.

E reparem no seguinte:

- Abambres perde 12,5%;
- Vale de Juncal perde 0,5%;
- Abreiro perde 1,4%;
- Agueiras perde 7,8%;
- Alvites / Vale de Lagoa perde 2,6%;
- Bouça perde 9,1%;
- Cabanelas perde 5,6%;
- Caravelas perde 1,4%;
- Carvalhais perde um pouco mais porque entretanto vão sair alguns perímetros que estavam previstos para zonas industriais e de outros usos que não a habitação, 6,7%;
- Cedães ganha 6,0%;
- Cobro ganha 7,5%;
- Fradizela perde 0,6%;
- Frechas perde cerca de 10,4%;
- Lamas de Orelhão, ganha, como já disse na última Assembleia Municipal devido à inclusão de um conjunto de habitações ao longo da estrada que foram sendo construídas, 14,8%;
- Mascarenhas perde 8,2%;
- Mirandela perde 1,7%;
- Múrias / Vale de Prados perde cerca de 20%;
- Passos 0,6%;
- São Pedro Velho, 17,5%;
- São Salvador, 2,1%;
- Suções 11,8%;
- Torre de Dona Chama 9,4%;
- União das freguesias de Avantos e Romeu 7,2%;
- União das freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, entre as três cerca de 29,2%;

- União das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, perde 17,2%;
- União das freguesias de Franco e Vila Boa perde 14%;
- União das freguesias de Freixeda e Vila Verde Freixeda, 1%
- Vale de Asnes, 2,2%
- Vale de Gouvinhas, 14,1%
- Vale de Salgueiro, 22,9%
- Vale de Telhas, 33,0%

Aquilo que o próprio documento que:

“...Para além da eventual contração decorrente da reclassificação de algumas áreas em categorias de solo rústico, sobretudo decorrentes da "extinção" dos solos urbanizáveis, a própria Câmara Municipal considera que se deviam manter as áreas relativas à primeira Revisão do PDM e que estas áreas, inclusivamente, estavam ajustadas às necessidades do concelho e acho que bem considerado. Portanto, aquilo que lhe quero pedir Senhor Presidente, é que a Senhora Presidente tome a dianteira deste processo, se desloque junto da gestão da CCDDR-N e que tente reverter, para que pelo menos, não está em causa nenhum aumento de áreas, ninguém quer aumento de áreas, também já ouvimos nos meios de comunicação social, dizer-se que não se podem aumentar áreas de REN, de RAN, áreas de incêndios, naturalmente que não, também ninguém quer isso, aquilo que se quer é que pelo menos se possa encontrar um plano de plurinvestimentos, anual ou bienal, para que se possam, pelo menos, manter as áreas que já estavam no PDM relativas à primeira Revisão e que a própria Câmara considera que estavam ajustadas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa informa que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, solicitou a exibição de três imagens durante o seu período de intervenção e que lhe foi concedido esse pedido à semelhança de situações anteriores.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não podia deixar passar em claro a intervenção de um morador de Frechas, que já foi membro da Assembleia de Freguesia de Frechas no mandato 2005 - 2009 e que questionou o Presidente da Junta de Freguesia na Assembleia de 30 de junho 2007, relativamente à colocação dos abrigos e consequentes passadeiras e depois voltou a reforçar o mesmo pedido em 05 de outubro 2007 e nada foi feito, ou seja, permitiu que os abrigos fossem colocados numa curva perigosa, numa linha contínua e não se preocupou com as passadeiras. Passados estes anos todos, lembrou-se agora.

Quería também frisar que estive na Junta de Freguesia, como Secretário, desde 24 de outubro de 2017 a maio de 2019, e sabe perfeitamente que, enquanto Presidente de Junta, esse assunto foi debatido e foi pedido à IP a colocação de lombas e a redução de velocidade e que tivemos uma resposta negativa. Por causa do trânsito das ambulâncias, a IP não permite a colocação de lombas. Era só este esclarecimento que queria fazer.

Quanto à minha intervenção, fico estupefacto com a perda dos 10% de área. Fui dos Presidente de Junta que manifestei o desagrado relativamente à questão do PDM.

Não posso deixar de frisar aqui, depois de ter ouvido o programa da rádio “Politicamente Falando”, um Senhor Deputado, com responsabilidade acrescida, porque é líder da Bancada do PS, quando diz que “este assunto não devia ser debatido na praça pública”. Eu acho que é exatamente ao contrário. Devido à sua importância, ele devia ser debatido na praça pública. Não é da forma como tem sido feito, que os Presidentes de Junta não foram ouvidos. Foi-lhe apresentado aquilo que já estava decidido. E depois ainda diz que só agora falo nisto. Claro. Só agora falo nisto, porque foi quando eu tive conhecimento daquilo que se estava a passar, quando nos apresentaram aquilo que estava feito.

Quando as coisas são de boa-fé, eu sempre pensei que não ia alargar, mas, no mínimo, que ficasse exatamente aquilo que estava até hoje o PDM.

Relativamente ao Senhor Vice-Presidente, assumiu na comunicação social que, onde não houvesse infraestruturas que as iria fazer. Não sei se isso, é para cumprir ou não? Ou se foi mais um *bluff*.

Além disso, houve também o compromisso, depois numa reunião com os Presidentes de Junta, no pequeno auditório, que os Presidentes de Junta iriam ser novamente ouvidos e, até à data, ainda ninguém foi ouvido. Espero que não estejam a empurrar isto com a barriga até ao final de 2023, ou PDM terminar assim, porque se não este Executivo vai ser o coveiro das aldeias. Não tenho a menor dúvida. Não são Presidentes de Junta, é o atual Executivo.

Deixava já ao Executivo e também aos Vereadores da Oposição um desafio, que era, neste auditório, para aqueles Presidentes de Junta que efetivamente assim o entenderem e o quiserem fazer, marcar uma sessão de esclarecimento com a população. Convocar os Presidentes de Junta e, por sua vez, o Presidente de Junta convocar a população para estar aqui presente. Nesta sala cabe m duas ou três Freguesias, podiam fazer isso. Isso é que é com transparência. Tem que ser feito assim.

Relativamente a outra situação, a Senhora Presidente não está, tenho imensa pena, sobre o Matadouro do Cachão, eu até solicitei para estar aqui um dos Administradores, mas a Senhora Presidente faz questão de não estar, nem está o Administrador, nem está a Senhora Presidente da Câmara, não sei quem é que me irá responder.

Eu enviei à Senhora Presidente da Câmara, dia 13 de maio 2021, às 08h 7m, um *e-mail* e vou ler só para contextualizar, para vocês tentarem perceber: “Na sequência de várias queixas/denúncia de moradores do Cachão relativamente ao Matadouro ali instalado, dizem que está a laborar sem ETAR. Todas as águas residuais e subprodutos de categoria 2, estão a ser canalizados por uma ribeira do Cachão e consequentemente para o Rio Tua. Sabendo que neste Matadouro e a Senhora Presidente sabe, porque trabalhou lá, abatem animais com brucelose. A ser verdade, no meu entendimento, é de extrema gravidade. Sendo este Matadouro da tutela da

Câmara Municipal de Vila Flor e da Câmara Municipal de Mirandela, venho solicitar a V. Ex.ª que se pronuncie sobre esta matéria.”

A Senhora Presidente respondeu-me no mesmo dia, 13 de maio às 12h 01m, e encaminhou o *e-mail* para o Senhor Eng.º *João Paulo*, que é um dos funcionários da AIN/MIC para me dar esclarecimentos. O Senhor Eng.º respondeu-me depois, no dia 14 de maio, a dizer: “Em resposta ao solicitado, informo que as águas residuais do Matadouro Industrial do Cachão estão a ser canalizadas para a ETAR, da responsabilidade das Águas de Trás-os-Montes de Alto Douro. As informações que dispõe não correspondem à verdade. Estou totalmente disponível para, no local, mostrar o percurso das águas residuais e esclarecer o assunto.”

Eu pedia agora ao Senhor Secretário que projetasse a primeira fotografia só para elucidar os Senhores Deputados. Esta fotografia é a montante da saída do tubo da água para a ribeira do Matadouro. Portanto, a água, com toda a transparência, clareza, nitidamente a água pura.

Segunda fotografia, se faz o favor. Isto é onde está a sair a água do tubo do Matadouro. E agora, a outra fotografia, a jusante da saída do Matadouro.

Isto é uma vergonha. Isto é um atentado ao ambiente e à saúde pública.

Tome medidas Senhora Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, venho aqui só colocar duas ou três questões relacionadas com o BUPi.

No passado dia 26 de abril, houve uma Gala dos prémios BUPi 2022. Estive a tentar procurar informação sobre o Município Mirandela e o Município de Mirandela não aparecia. Aqui, ao nível distrital, Bragança ganhou o prémio de Município com maior produtividade. Em Vimioso tivemos um técnico com o terceiro prémio de técnico mais produtivo.

Neste sentido, queria perguntar: Porque é que o Município de Mirandela não aparece? Qual é que é a situação do cadastro em Mirandela?

E, depois, também fazer apenas uma observação. Como é que queremos ter estratégias e políticas para o futuro, quando não conhecemos, nem nos apressamos a conhecer o nosso território. Já foi aqui falado, o PDM também está com os constrangimentos que tem, as obras que estão planeadas não se executam e assim nós não podemos olhar para o futuro.

Neste sentido, Senhora Presidente, queria-lhe perguntar: O que é que nós queremos efetivamente para o futuro?

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Abril, Abril de 2023 – O mês em que comemoramos 49 anos da Revolução dos Cravos, mas também que celebramos a prevenção dos maus tratos infantis.

Porque o tempo é Hoje, e o agir - agora, impõe-se que traga a esta Assembleia dois temas que de tão frágeis se tornam urgentes – por um lado o crescendo da violência doméstica, por outro a importância da proteção das crianças e jovens, muitas vezes vítimas, elas, primárias ou secundárias deste crime hediondo, e que se vão formando como cidadãos, vendo modelos agressores e tendo-se como padrões de vítimas.

Em Portugal, no último ano, foram participadas 30.389 ocorrências às forças de segurança, e em igual período de tempo, e por violência doméstica, foram decretadas 987 medidas de prisão preventiva, e ocorreram 3768 casos de prisão efetiva.

Recorreu-se à proteção das vítimas por vigilância eletrónica em 3249 casos e foram apoiadas por teleassistência 16736 pessoas.

Na Rede Nacional de Apoio a Vítimas, foram acolhidas 3254 mulheres, 2909 crianças e 72 homens.

Em termos de óbitos por homicídio voluntário, em contexto de violência doméstica, pereceram 24 mulheres, 4 crianças e 0 homens.

Mais uma vez, e infelizmente, bastava que fosse só um caso, a violência pode não ser um assunto de mulheres, porque é um flagelo social, mas o que é certo é que, são maioritariamente as mulheres e os seus filhos que morrem, que nós deixamos que morram.

Ultimamente, o nosso concelho tem sido notícia por crimes graves. Saímos nas televisões e nos jornais, porque aqui, pasme-se, ao nosso lado e sem que demos conta, se põem mulheres à beira da morte, se impedem mulheres de fazer queixa, se perseguem mulheres que dizem não, que dizem basta... Ainda há tanto de abril por cumprir... é de direitos humanos que falamos, pois todo o ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Será que não estamos a falhar como sociedade?

Será que efetivamente estamos a promover as condições necessárias ao apoio e à proteção das vítimas de violência doméstica e de género?

Será que não estamos a falhar na prestação de apoio psicológico, social e jurídico, às vítimas de violência doméstica e de género no nosso concelho?

Não será necessário fazer mais em termos de ações de prevenção, sensibilização e capacitação junto da comunidade local e das escolas sobre a temática da violência doméstica e de género?

Vale a pena pensar nisto... e nas palavras do grande *Eugénio de Andrade*:

“É urgente o Amor. É urgente um barco no mar.

É urgente destruir certas palavras ódio, solidão e crueldade, alguns lamentos, muitas espadas.

É urgente inventar alegria, multiplicar os beijos, as searas, é urgente descobrir rosas e rios e manhãs claras.

Cai o silêncio nos ombros, e a luz impura até doer. É urgente o amor. É urgente permanecer.””

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha vinda aqui, para intervir no Período Antes da Ordem do Dia desta Assembleia Municipal, prende-se com a necessidade de melhorar a informação, corrigindo as falhas e proporcionando a todos os possíveis leitores e ouvintes que não podem estar presentes ou assistir *online* a estas sessões ou de outros órgãos autárquicos, ajudando a construir uma democracia verdadeiramente sólida e plural.

O nosso objetivo é de caráter construtivo, apenas.

Trata-se de um assunto que pode ter passado despercebido a muitas pessoas, mas que não passou a outras e relaciona-se com alguma comunicação social que, no nosso entender, não respeita o código de ética do jornalismo, nem tão pouco os leitores, ouvintes/eleitores do Município, em particular.

Como sabem, houve uma reunião extraordinária da Comissão Permanente desta Assembleia, dia 17 de março do corrente ano. O assunto era a questão do PDM de Mirandela.

A notícia sobre este acontecimento veio plasmada no Mensageiro de Bragança, de 23 março, página 09, depois de ter sido difundida na Rádio Terra Quente dias antes.

A Comissão Permanente é composta pela Mesa da Assembleia mais um representante dos Grupos Municipais do PS, PSD, CDS, Independentes e CDU. Nessa reunião estiveram presentes também os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia.

Ora, na reportagem vinda a público, pelo menos nesses dois órgãos de comunicação social regional que constatamos, vêm várias opiniões de participantes na reunião, nomeadamente dos representantes dos Grupos Municipais do PS, PSD, Independentes e CDU. Só não vem do Grupo Municipal do CDS. Desconhecemos as razões de tal crivo, de tamanha discriminação.

O representante do Grupo Municipal do CDS esteve presente do princípio ao fim da reunião. Não foi abordado, nem contactado por qualquer jornalista para que pudéssemos dar o nosso ponto vista sobre o assunto.

Perante esta situação, Senhor Presidente, Senhora Presidente, o que pensaria qualquer dos outros Grupos, aqui representados, se fosse assim discriminado? É melhor não referir o que se possa pensar, para não ferir suscetibilidades.

O mais grave é que um dos órgãos de comunicação social, onde a notícia foi badalada, é apoiado por dinheiros municipais. A quem interessa este tipo de informação?

Para que conste, e esta Assembleia fique informada devidamente sobre este lamentável caso de falta de ética jornalística, para não dizer outras palavras, esta falha não é só de agora. Já houve outras reuniões de Comissões Permanentes em que aconteceu o mesmo. Nós admitimos falhas, todos nós podemos cometer. Por isso, nessas alturas, nem dissemos nada, pensando que não se voltariam a repetir.

Como aconteceu com a informação sobre a aprovação do Orçamento Municipal e Plano de Atividades para 2021. Neste caso, a falta de rigor está patente na informação fornecida por esse Jornal e por essa Rádio e nós também não dissemos nada na altura, uma falha qualquer pessoa tem.

Na notícia, saída então, é referido taxativamente que o CDS votou favoravelmente. Ora, a verdade real foi um pouco diferente. O Grupo Municipal do CDS, nessa altura, tinha dois elementos apenas - e, por acaso, estão aqui presentes esses dois - tendo um votado favoravelmente, mas o outro absteve-se com declaração de voto expressa. Sobre este último, nem uma palavra, nem sequer a realidade, a razão por que se abstevera.

Assim, saiu a notícia parcialmente incorreta e nada rigorosa, porque leva os leitores, ouvintes e munícipes, a ficar com uma ideia errada sobre o sentido de voto do Grupo do CDS.

Vou terminar, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia ou à Senhora Presidente da Câmara, se assim o entenderem, que alertem, pelo menos, o órgão de comunicação social, que é apoiado com dinheiros do Município e pratica esse tipo de informação, manifestando-lhe o nosso protesto e desacordo por este género de informação e solicitando-lhe que tenha mais rigor e seja mais eticamente fiável.

“Ouvir todas as partes” é regra de ouro do trabalho jornalístico. Cito: “O jornalista deve ouvi-los a todos, dando a cada um uma idêntica possibilidade de expressão”.

Nem podia ser de outra forma numa democracia que o 25 de Abril nos trouxe, mas que não é praticada verdadeiramente por alguns.

Os mirandenses merecem uma informação rigorosa, pluralista, eticamente responsável, democrata e construtiva.

O Grupo Municipal do CDS-PP.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou iniciar esta intervenção novamente pelas falhas no abastecimento de água na localidade de Vale de Juncal.

Senhor Presidente, como sabe, este é um problema que existe há vários anos, agravando-se a cada ano que passa.

Relembro que em 2022, existiram habitantes desta localidade que estiveram mais de um mês, isto julho e agosto, sem água ou sem pressão suficiente capaz de fazer funcionar um simples esquentador, ou uma máquina de lavar.

Para quem não conhece o assunto, o que se passa é que o reservatório existente na localidade de Vale de Juncal abastece esta localidade e também a localidade de Contins, Freguesia de Carvalhais. Sendo que estas duas aldeias, contrariamente a outras, tem aumentado a sua população, em épocas de maiores consumos, a água que chega ao reservatório de Vale de Juncal, é insuficiente para abastecer estas duas localidades e o abastecimento entra em rotura.

No final do verão de 2022, a Senhora Presidente, face ao problema, prometeu resolver o problema o mais rápido possível. No entanto, passaram mais de seis meses e nada foi feito. Bastou as temperaturas começarem a subir e consequentemente o aumento do consumo de água e já os habitantes destas duas aldeias voltaram a ficar sem água. É lamentável.

Só agora, que as falhas no abastecimento voltaram a ocorrer e por insistência da Junta de Freguesia de Abambres, é que houve uma reunião entre os técnicos do Município, o Executivo Municipal e a Junta de Freguesia, por forma a delinear um novo traçado para o abastecimento de Contins a partir de outra origem que não o reservatório de Vale de Juncal.

Senhora Presidente, dado que o tempo escasseia e que o percurso da nova ligação à localidade de Contins necessita de autorização ainda de entidades externas, solicitamos que interceda diretamente junto dessas entidades, de forma a obter autorização para a passagem das condutas e autorize rapidamente o processo de aquisição de serviços, de forma a que os trabalhos avancem e não chegue o final do verão e tudo esteja igual.

Solicita-se, ainda, que enquanto as obras não forem realizadas, seja efetuada uma monitorização apertada do reservatório de Vale de Juncal, de forma a que quando a água do reservatório atingir determinados níveis, o abastecimento seja reforçado através de meios externos - os bombeiros - e não esperar que o reservatório esteja completamente vazio e só depois fazer esse abastecimento externo. Esperamos que assim seja.

Outra questão que muito nos preocupa, e já foi aqui falada, é a Revisão do Plano Diretor Municipal, o PDM.

Muito já se falou sobre a atual Revisão do PDM. No entanto, as dúvidas persistem ou aumentam.

As propostas dos perímetros urbanos que nos foram recentemente apresentadas, vão bloquear por completo o desenvolvimento das nossas aldeias, bem como podem provocar uma perda significativa do património local.

Como a Senhora Arquitecta *Lúisa* acabou agora de anunciar, as perdas são realmente significativas em relação às áreas que estavam aprovadas no anterior PDM.

Após a reunião ocorrida em março de 2023, o Senhor Vice-Presidente anunciou que o Município ia continuar a trabalhar com as Freguesias, estudar as necessidades e investir nas infraestruturas necessárias, de forma que o documento a apresentar à CCDR-N seja uma mais-valia para o desenvolvimento local.

Após a reunião, não obtivemos qualquer informação adicional.

Assim, pergunto à Senhora Presidente o seguinte: quais as propostas que vão ser enviadas à CCDR-N? Já foram enviadas? São as delineadas por cada Presidente de Junta junto dos técnicos do Município? Foram devidamente fundamentadas? Já avaliaram onde vão ser construídas as novas infraestruturas, que permitam manter as parcelas dentro do perímetro urbano?

Senhora Presidente, existem pessoas a comprar terrenos na Freguesia de Abambres com o objetivo de construir a sua habitação própria, mas possivelmente já não vão conseguir, a não ser que a proposta desde PDM demore mais dois ou três anos até ficar fechada.

Precisamos de saber com o que contar. Precisamos de informar os proprietários e os investidores do que se está a passar e com o que podem contar.

Temos conhecimento, ainda, que neste mês foi adquirido um terreno na Freguesia que apenas possui aptidão para construção. A parcela vai passar de urbanizável a rústico fora do PDM, portanto. Se o proprietário daqui a um ano apresentar o projeto de construção junto do Município o que é que lhe vão dizer? Que investiu na parcela errada? Precisamos de ser urgentemente todos esclarecidos.

Também já nos questionaram o porquê de só agora nos termos manifestado. Quero aqui informar e esclarecer que esta Junta não se manifestou apenas agora. Em novembro de 2019, aquando da abertura do período para apresentação de propostas, estamos a falar em 2019, desloquei-me ao Município e informei que, para além das áreas já comprometidas - solo urbano e solo urbanizável - pretendia o alargamento do perímetro urbano entre a localidade de Vale de Juncal e Abambres. Propostas que mantenho, sobre as quais não obtive qualquer resposta até ao momento. Se existiu alguma falha de comunicação foi por parte do Município, pois desde 2019, até recentemente não reuniu, nem esclareceu as Juntas e muito menos investiu em infraestruturas.

Continuo à tarde.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Duas ou três questões que eu tinha para colocar, nomeadamente sobre o PDM. Já abordei esse assunto em fevereiro, dizendo aqui que achava que era uma machadada o facto de quererem reduzir a área do PDM nas aldeias e hoje tive mais uma desagradável surpresa. Quando penso em São Pedro Velho, que é a Freguesia mais distante da sede do concelho, uma Freguesia que não tem transporte público diário para a sede do concelho, que tem uma estrada miserável, acesso à aldeia, uma estrada municipal, onde a internet é cada vez pior, não estou a exagerar, ainda agora falava com a Senhora Presidente e ela não consegue na Junta abrir muitos *dossiers* que precisa de ver. E agora tenho esta surpresa em que vão reduzir a área em 17,5%. É o fim das aldeias, como dizia o Senhor Presidente de Junta *José Carlos Teixeira*. É mais uma caminhada, mais uma machadada, são umas atrás das outras. Vamo-nos acomodando, achamos isso normal e as coisas continuam.

Eu comparo muito o que se passa nas aldeias, se me permitem o termos de comparação, com que se passa com os Professores. Durante anos deixaram, acomodaram-se e agora é que se lembraram, mas já é tarde.

Outro assunto. Satisfeito por ver as obras que foram retomadas na Praia Fluvial da Ponte da Pedra, estiveram paradas algum tempo. O painel informativo, como eu mencionei aqui da última vez, esperava a correção relativamente à localização. Só vem lá mencionado que a Ponte da Pedra se situa na Freguesia de Torre de Dona Chama. Na Freguesia de Torre de Dona Chama e em São Pedro Velho, até porque o painel está colocado na Freguesia de São Pedro Velho. Ainda não foi feita essa correção.

Queria também chamar a atenção, e espero que a Câmara não caia no erro que se cometeu há 60 ou 70 anos, se repararem, quem conhece aquele troço entre Torre de Dona Chama e a Bouça, os acessos às aldeias estão todos localizados em curvas. Guide, São

Pedro Velho, Ribeirinha, Ferradosa. Todos os acessos às aldeias estão colocados em curvas perigosas. Só não há mais acidentes, porque não há muito trânsito, mas os poucos acidentes que há em São Pedro Velho, são precisamente nesse cruzamento e quem conhece o troço sabe daquilo que eu estou a falar.

Isto a propósito do quê? O acesso à praia fluvial, eu penso que vai servir de acesso e de saída. Para quem conhece, quem vem no sentido Bouça - Torre de Dona Chama é uma reta de 300/400 metros, os carros só abrandam ao chegar à curva, ou seja, ao chegar ao acesso e à saída, neste caso, da praia fluvial, onde vejo ali alguns acidentes, porque quem quiser sair da praia fluvial em direção à Bouça tem que ir para a faixa contrária e parece-me que não será a melhor solução.

Certamente o projeto já estará elaborado. O acesso, como está planeado, a saída, o ideal seria na reta, mas provavelmente isso não será fácil, não sei será fácil e se será viável. Queria apenas deixar esse reparo, porque, com toda a certeza, vai haver ali acidentes.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção era só dizer que a CDU vai apresentar uma proposta, a qual pedimos ao Senhor Secretário para ler.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com efeito, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* entregou na Mesa uma Proposta de Recomendação que será submetida, será lida e depois submetida no final deste ponto.

Entretanto, antes de passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, uma vez que numa das intervenções foi visado diretamente e pelo nome, o Senhor Deputado *Rui Pacheco* pode usar da palavra para o efeito. Tem três minutos Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só quero fazer um pequeno reparo.

Em primeiro lugar, muito me apraz saber que continuam a ouvir o programa, em que tenho orgulho de participar, com atenção. É bom sinal e é sinal que se preocupam com a política em Mirandela.

Em segundo lugar, eu só quero referir que, o que disse mantenho e explico muito facilmente porquê.

Eu quando digo que o PDM é um assunto para não ser debatido em praça pública, não quer dizer que com isso esteja à defender algum tipo de opacidade, ou de não discussão sobre o assunto. Mas eu relembro que o processo do PDM é um processo em curso - aqui a palavra-chave é “em curso” - e, ao contrário do que é apanágio noutros sítios e por outras pessoas, nós consideramos que os assuntos devem ser discutidos com a ressalva, nos momentos e nos lugares certos, dentro das instituições e das reuniões certas e que o ruído, quando é elevado e quando se proporciona público e em demasia, não abona de nada positivo, para uma resolução que a todos consiga agradar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer todas as questões que foram feitas e vou começar pela ordem em que foram proferidas.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, a verdade é que nós assistimos, muitas vezes, a ações de populismo político ou, antes, de demagogia política, quando, no fundo, se tenta criar situações infundadas que estiveram, muitas delas, na origem há alguns anos e que agora servem de arma de arremesso político, de forma, quanto a mim, infundada e também com algum esquecimento, uma vez que todos sabemos que quem está no poder é sempre alvo de críticas. É normal que assim seja e é bom que assim seja, mas na política também temos que ter memória e temos que ser razoáveis em algumas das acusações que se fazem.

Dizer-se que até 2017, estava tudo bem e muitas das questões que aqui foram explanadas, obviamente, como certamente depois de 2025, haverá questões que permanecerão, por isso é que se mantém a premência dos Presidentes de Junta, dos Presidentes de Câmara, das Assembleias Municipais, as Assembleias de Freguesia, ou seja, o poder local democrático que foi largamente falado até na intervenção de nosso Presidente da Assembleia Municipal, na intervenção do 25 de Abril, tem de facto, esta proximidade com o cidadão. Em tudo o que isso é, tem de bom e na sua grande maioria, obviamente são questões de muita proximidades e os Presidentes de Junta sabem que assim é. Qualquer problema e qualquer questão que existe há uma responsabilidade e há uma resposta o mais eficaz possível às questões, mas que apesar do esforço que todos temos, na perspetiva da coesão do conselho, na perspetiva de poder ter a resolução imediata de todas questões, muitas delas ficam resolvidas, outras agravam-se a nível de infraestruturas, por exemplo, temos redes de água e saneamento que estão, de facto, a necessitar da sua atualização e da sua remodelação.

Por isso, eu julgo que é importante todos nós, responsáveis políticos, qualquer que seja o partido político, ou os independentes, terem a noção de que é natural que o “bode expiatório” de qualquer situação seja sempre a Câmara Municipal e que seja sempre essa a nossa responsabilidade, mas nós assumimos sempre essa responsabilidade. Para o bem e para o mal, estamos aqui e damos a cara por aquilo que fazemos diariamente.

Obviamente não estamos sozinhos, felizmente. Nós somos um Executivo Municipal, temos uma Câmara Municipal com muitos trabalhadores, a larga maioria contratados durante os 40 anos do governo PSD e, por isso, todos eles, todos os dias, se esforçam para fazer o melhor de tudo, sempre com uma estratégia, obviamente do Executivo Municipal.

De qualquer forma, para a questão do “lápiz azul”, essa foi uma afirmação que em democracia é demasiado violenta, agressiva e, de certa forma, imatura na sua abordagem. Por isso, registamos bem. As palavras são proferidas e a responsabilidade de quem as profere é sempre quem tem um discurso escrito e, portanto, foi pensado, foi escrito e foi dito.

Respeitando a opinião de todos, julgo que houve um retrato evidente daquilo que é o pensamento político.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu julgo que a população portuguesa, quando fala que toda ela está na rua a reclamar, naturalmente que todas as manifestações são legítimas e todas as pessoas têm o direito, até o dever, de reclamar pelas suas intenções, pelas suas expectativas, mas porque foi abordado várias vezes a questão dos professores, a verdade é que ainda bem que os professores se mobilizam por uma causa. Portanto, acho até que, a questão da mobilização cívica, da participação cívica é sempre um ato em democracia de muito salutar. Eu própria estive numa ação de vigília aqui em Mirandela, dentro do maior respeito, com a maior educação, sem partidos políticos, pelo menos de uma forma expressa.

É natural que haja estas manifestações, que são sempre um sinal de vivacidade de uma democracia que se quer sempre mais madura e isso passa também pelo respeito pelos outros e pela defesa das classes profissionais.

Lembro que a suspensão de todos os funcionários públicos, que inclui os professores, foi no período da Troika, em que ficaram todos os funcionários com as carreiras bloqueadas, congeladas. Agora houve evidentemente e, por isso, isso também se repercutiu naquilo que vamos ver mais à frente na Prestação de Contas, os salários aumentaram e, portanto, a nível de recursos humanos, temos tendencialmente um aumento do valor salarial.

O que se passa com o parque eólico. Senhor Deputado, o que se passa com o parque eólico é que efetivamente, através do Ministério Público, foi-nos pedida uma série de explicações, que foram respondidas pelos serviços da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo com várias informações.

Julgo que a semana passada ou há 15 dias, recebemos uma notificação do Ministério Público com um processo judicial e estamos obviamente, a juntar toda a informação para o nosso Advogado fazer, com a devida Procuração da Câmara, a defesa.

Relativamente a esta questão, eu relembro que tivemos aqui uma sessão explicitamente vocacionada para a questão da importância das pinturas rupestres e, por outro lado, o investimento que, note-se, já estava aprovado, ou seja, tinha sido aquele projeto de interesse relevante, julgo que até já foi referido aqui na Assembleia em 2016. Portanto, a Câmara Municipal, tendo em vista não ter que pagar as devidas indemnizações, até porque, aqui bem perto, em Vila Nova de Foz Côa, quem pagou as indemnizações foi o Estado português, não foi a Câmara de Vila Nova de Foz Côa, acionou obviamente todos os seus técnicos, no sentido de cumprir a Lei.

A verdade é que o PDM que existia e as áreas classificadas até então, com o Parecer da Direção Regional da Cultura do Norte ou da Direção-Geral da Cultura, ou seja, um parceiro da cultura, dizia que havia compatibilidade. Para além disso, sendo em área REN, a competência da aprovação do parque eólico é da CCDR-N. Portanto, a Câmara Municipal, como entidade licenciadora, limitou-se a pedir pareceres externos, que foram favoráveis à implantação naqueles locais que foram pedidos.

Este já era um processo de licenciamento, porque eram mais aerogeradores e depois ficaram menos aerogeradores e, portanto, é um processo que já é anterior ao nosso mandato e a Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, e bem, fez aquilo que na opinião e na interpretação que eles fazem ao nosso PDM e aos instrumentos legais em vigor estava lá.

Também faço uma referência. O Município de Mirandela é parceiro de um projeto de arte rupestre, em que nós somos cofinanciadores, nós todos, os mirandelenses, somos cofinanciadores, no sentido de termos investigação arqueológica naquele local. Portanto, estamos a falar de um investimento de milhares de euros. Ou seja, se o Município de Mirandela não quisesse investigação àquele local e fosse apologista do parque eólico, não teria obviamente investido na investigação daquele local. É preciso que se note que nunca tivemos posições, nem nós, nem os Presidentes de Junta de Freguesia, note-se bem, porque tanto o Presidente da Junta de Freguesia de Passos, como a Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão, querem somente defender o património cultural, mas sem por em causa a própria infraestrutura que a Câmara, à data, considerou como o projeto de interesse municipal.

Na altura também estava o Presidente da Junta de Franco, que depois acabou por deixar de ter aerogeradores do seu lado, mas a verdade é que, depois de tudo assinado e contratualizado com a Câmara Municipal, no mandato anterior a 2017, e com as assinaturas que também foram feitas pelas Juntas de Freguesia, à data, tanto as Juntas de Freguesia, como a Câmara Municipal estavam impedidas de criar situações que pusessem em causa o futuro e a sustentabilidade dos nossos territórios.

Portanto, é muito fácil dizer “resolvam esta situação”, é muito fácil ser apologista das pinturas, todos nós somos apologistas das pinturas, mas é mais difícil quem tem os lugares de responsabilidade para decidir e para decidir de acordo com os interesses de todos e não da forma popularista como, muitas vezes, se aborda esta questão, como digo, em arma de arremesso político.

Relativamente à questão, houve entretanto um pedido de prorrogação do prazo da licença, que está em análise, mas, desde já, posso partilhar com todos que, o facto de aqueles locais estarem em vias de classificação, podemos, depois da análise técnica, suspender o licenciamento daquela infraestrutura, tendo em vista, obviamente, a não responsabilidade da Câmara Municipal, porque foi o Estado Português, através do Ministério da Cultura, que entrou em vias de classificação, dando um Parecer favorável a um requerimento das zonas de proteção especial.

Portanto, na Câmara Municipal, segundo os técnicos, não existe nada que ponha em causa a posição da Câmara, nem das Juntas de Freguesia. Neste momento, estamos a fazer tudo aquilo que consideramos correto, sob o ponto de vista técnico, quer em questões do licenciamento, quer em questões de resposta.

Quem está aqui com algumas dificuldades é o Parecer favorável da Cultura e depois em vias de classificação, mas essa é uma responsabilidade do Ministério da Cultura e também obviamente, em questões de REN, que é da CCDR-N.

Portanto, neste momento, a Câmara Municipal está em fase de resposta, quer à ação do Ministério Público, quer também à resposta da empresa das eólicas, tendo em vista a prorrogação do prazo da licença.

Julgo ter respondido à questão que me colocou.

Relativamente à descida de impostos, a verdade é que nós, se leram o documento da Prestação de Contas, devem ter reparado que em relação ao IRS, em particular ao IRS, desde que foi reduzido, tendo em vista que o dinheiro ficasse nas famílias, é verdade que a Câmara deixou ter receita considerável ao longo destes quatro anos.

Relativamente à derrama, aquilo que foi decidido foi um rendimento líquido tributável acima dos 150.000,00 € e estamos a preparar o regulamento da derrama, possibilitando definir alguns CAE's, que julgamos que poderão eventualmente pagar ao

Município. Esta questão também teve relacionada com a questão da barragem, dos hipermercados e outras situações que julgamos poderem eventualmente pagar derrama.

Este é um assunto que está a ser tratado pela Divisão de Administração Geral. Há Municípios que têm uma receita muito significativa com a produção elétrica, com a derrama e isso pode ser um fator favorável.

Atualmente estamos a elaborar o regulamento da derrama, permitindo selecionar alguns CAE's.

Relativamente à empresa *Anguai*, CTT e Câmara Municipal, na Reunião de Câmara já tive a oportunidade de fazer alguma referência a esta situação e vou tentar explicar, de forma muito resumida, porque há aqui várias variantes.

Ainda muito recentemente, recebi uma empresa que tinha, desde junho de 2009, um direito de superfície. Tinha um alvará de obras, iniciaram a construção em 2014. Em maio de 2017, receberam um convite para desistirem do processo. Em 2017, no dia 25 de maio, a empresa entrou nas instalações da empresa que recebi na obra. Houve, depois, em junho de 2017, um contrato de promessa de compra e venda e houve a reversão do direito de superfície a 11 de setembro de 2017.

Em causa está que a Câmara construiria as infraestruturas que esta empresa tinha no terreno, onde estão agora localizados os CTT, ainda não temos o valor total do investimento, mas é óbvio que a Câmara Municipal não pode construir nada e depois entregar a um privado.

Julgo que tinham menos área e a Câmara em contrapartida por cederem o lote e as infraestruturas dá mais área, o que vai comprometer logo quatro lotes da nova zona industrial e, portanto, esta é a empresa que também ficou prejudicada com a trapalhada de negócio que foi engendrado.

Acredito que da parte da Câmara Municipal, à data, tenha sido de boa-fé permitido para a instalação de um investimento no concelho e então foi engendrado - estou a referir uma parte da nossa defesa - um complexo negócio, através do qual a *Anguai* construiria o edifício, adequado aos interesses dos CTT, em terreno que o Município lhe venderia e após o Município tomava tal edifício de arrendamento, entregando depois aos CTT como subarrendatário.

Um contrato tem 10 anos, o outro tem 20 anos. Portanto, a Câmara durante 10 anos ficaria com o imóvel caso os CTT saíssem de lá.

De acordo com a Ata, estamos a falar de 20 março 2017, a Câmara aprovou os termos do negócio a celebrar e as partes do acordo com a proposta, que era a simplificação de todos os procedimentos administrativos de licenciamento que, permitam a responder aos prazos necessários para a concretização do processo e as minutas de contrato-promessa. As minutas dos contratos-promessa dos negócios previstos diziam respeito ao contrato-promessa de arrendamento com a *Anguai* e do subarrendamento com os CTT que iriam ocupar o edifício. Foram deste logo aprovadas, ficando o Senhor Presidente autorizado, por delegação, a assinar os documentos resultantes das minutas.

A ocupação, cujo início ocorreu no dia 01 de outubro, terá permitido superar, através da prática, a situação jurídica resultante da falta das devidas licenças, permitindo a utilização do edifício pelos CTT. Note-se que o referido dia 01 de outubro, foi um domingo e por coincidência o dia das eleições autárquicas. Inexistiu qualquer acordo ou intervenção municipal quanto a esta entrega que conste de documentação ou de deliberação.

Depois, inexistiu qualquer referência interna ao contrato celebrado. Para além do próprio Presidente não ter competência para celebrar tal contrato e face ao valor respetivo do mesmo, deveria ter sido precedido de deliberação da Câmara aprovar a minuta de contrato para posterior celebração, aliás, a Lei n.º 8/2012, Lei dos Comprimidos e Pagamento em Atraso, obrigaria à aprovação da minuta do contrato de arrendamento pelo órgão deliberativo, concretamente a Assembleia Municipal de Mirandela, onde estamos reunidos, o que não sucedeu.

Ora, qualquer autorização de despesa não permitida por lei é nula, nos termos do n.º 2 do Regime Financeiro das Autarquias Locais.

Portanto, esta é uma situação jurídica complicada que, naturalmente, quisemos ter acordos, permitindo que a Câmara saísse do processo, que os CTT fizessem um acordo direto com a *Anguai*, tentando resolver a questão, evidentemente, aumentar o valor da renda, ou seja, para mais um terço daquilo que era e havia um diferencial que, no final dos 20 anos, chegava a cerca de um milhão de euros que a Câmara teria que pagar ao dono da empresa e que os CTT não pagariam à Câmara.

Ou seja, um negócio ruinoso para a Câmara Municipal. Neste momento, ruinoso para todos os intervenientes. Para os CTT que, naturalmente, não gostam desta situação, porque o edifício nem está licenciado, porque tem que haver uma alteração de loteamento para que seja licenciado. O terreno foi revertido para o Município. As infraestruturas foram feitas por outra empresa que, entretanto, ficou sem o terreno.

Portanto, estão a ver a dificuldade de explicar de forma simples esta situação. Por isso é que eu disse que era uma situação muito densa para explicar em Reunião de Câmara.

Relativamente à questão concreta que colocou: "A empresa CTT vai continuar a estar em Mirandela?", a nossa proposta aos CTT e à empresa *Anguai*, havendo a possibilidade de consenso, era tudo fazermos para que haja o processo de licenciamento, que os CTT façam um contrato direto que permitisse à Câmara sair deste contrato ruinoso e os CTT permitiriam arrendar por mais anos, do que aqueles que tinham contratado com a Câmara Municipal como subarrendatária.

Portanto, este acordo não foi aceite pela empresa, já foi há alguns anos, a verdade é esta. Entretanto, entrepuseram uma ação em tribunal contra a Câmara Municipal, obviamente por causa das rendas. Mas temos aqui uma situação que nos preocupa, é que o edifício não está licenciado, a Câmara Municipal não está a receber rendas dos CTT, mas sabemos que os CTT têm uma conta com as rendas e a Câmara também não está a pagar, porque nós não podemos pegar edifícios que não estejam licenciados.

Relativamente ao PDM vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente no final, se for possível, porque agora tenho a intervenção da Senhora Deputada *Luísa Belchior* e mais outros Senhores Deputados falaram no PDM, portanto, se o Senhor Presidente não se importasse, eu fazia as respostas à totalidade das questões, exceto a questão do PDM do concelho de Mirandela, uma vez que tem sido sempre acompanhada pelo Vice-Presidente, que estará naturalmente mais capacitado e com conhecimento de causa técnica até, para explicar todas as questões do PDM.

O PDM esteve em aprovação, temos um PDM agora de 2015, demorou 10 anos, julgo que até mais, para ser apresentado e, portanto, dizer que o PDM está atrasado, são processos muito densos, são processos que envolvem mais de 20 entidades. Não é a

Câmara Municipal que faz o PDM. Nós temos muitas entidades que dão Parecer sobre o PDM. A CCDR-N é a entidade que aprova o PDM. Já fizemos a primeira reunião, tivemos Pareceres desfavoráveis e a CCDR-N impõe que todos os perímetros urbanos sejam infraestruturados, ou seja, não é possível construir onde não há infraestruturas.

Essa é a solução que temos que avaliar, ou ter a capacidade financeira de investir em aumentar os perímetros urbanos com um plano plurianual de investimentos com saneamento, água, infraestruturas elétricas ou efetivamente a CCDR-N não aprova tal qual seja a nossa proposta.

Portanto, esta questão do PDM, passarei então ao Senhor Vice-Presidente.

Quanto às questões do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, relativamente às questões das passadeiras, esta é uma questão da Infraestruturas Portugal nas estradas nacionais, o mesmo se passa na zona de Cabanelas, que também foi pedido, que é uma zona perigosa e, portanto, eles dão sempre parecer desfavorável e nós também sabemos que os acidentes também decorrem da atitude do condutor, na grande maioria.

Aproveito para vos dizer que Mirandela está num Projeto Europeu de Segurança Rodoviária com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, é a Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Cascais. Eles selecionaram dois Municípios, um do grande centro urbano e um do interior, para termos um Projeto Europeu de Segurança. Portanto, é bom que estejamos aí representados.

Relativamente ao Complexo do Cachão, vou enviar esta preocupação que também é nossa, sob o ponto de vista ambiental, ao Conselho de Administração do Complexo Agro-Industrial do Nordeste e do Matadouro Industrial do Cachão, no sentido de poderem responder cabalmente a estas preocupações.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, agradecer esta intervenção, porque, de facto, é importante.

É um projeto que nós temos acarinhado. O Município de Mirandela teve uma estratégia diferente daquela que tiveram, quer o Município Vimioso, quer o Município de Bragança. Alguns Municípios, a nível nacional, não foram muitos, mas alguns, que são aqueles que estão melhor localizados, contrataram empresas. Empresas que são pagas por metas e objetivos. O facto de se contratar empresas tem uma vantagem, mas também tem algumas desvantagens. Ou seja, são as empresas e os trabalhadores das empresas que fazem e que têm o conhecimento e o *Know-how* de como lidar com o BUPi.

Nós quisemos que ficasse no Sistema de Informação Geográfica, está a ser coordenado pela Dr.<sup>a</sup> *Maria Gouveia* que tem uma vasta experiência em sistemas de informação geográfica. Fizemos contratações, aliás, o Balcão BUPi permite. Temos 18.800 matrizes. Dos 143 Municípios, estamos em 21.º lugar. Portanto, nós temos 46.600, julgo que é esse o número, de matrizes para cadastrar. Sabemos que é um projeto muito importante, mas também deixem-me dizer-vos que, também estamos a primar pela qualidade daquilo que se está a fazer. Estamos a ir para as Freguesias, os Senhores Presidentes de Junta sabem que estamos a ir para as Freguesias, tentar envolver as Freguesias nesta obrigação de registos.

Julgo que este é um projeto para continuar. Acho que é importante que nós consigamos fazer, o cadastro é fundamental para as nossas políticas, para toda a nossa vida e, portanto, vamos continuar naturalmente a apostar. É até dia 30 de junho que o projeto está ativo, pelo menos pago e depois vamos ver no próximo Quadro Comunitário, julgo que sim, que vai haver apoios para manter até às 46.000.

Estamos em 21.º, julgo até que ficamos bem classificados. Não fomos os primeiros, mas a justificação é sempre essa. Efetivamente o privado tem outras, não digo competências, porque não é, o público faz bem e quando faz, faz muito bem, mas efetivamente tem outra forma de fazer.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, agradecer evidentemente trazer este tema. A verdade é que a violência doméstica, os números são preocupantes em todo o país, mas também é um sinal positivo haver números, porque quando não há acusação é uma violência encoberta e, portanto, é bom que as mulheres e os homens, mais as mulheres, vão. Nós em Mirandela tivemos aqui nos atendimentos de violência doméstica, em 2020, só um caso. Estou a falar nos atendimentos na Ação Social, não no Gabinete de Apoio à Vítima, porque são números confidenciais. Em 2021 tivemos nove. Em 2022 houve cinco casos. Normalmente para pedir apoios financeiros no Plano de Emergência Social da Câmara Municipal.

Portanto, agradecer a intervenção. É um tema que vai ser abordado na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança na Câmara de Mirandela, com intervenções da PSP e da GNR. É uma preocupação que vamos tendo.

Relativamente ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, julgo que, se assim é, acho que daqui para a frente terá que haver outra situação para que possam ser todos os ouvidos. Naturalmente que estou solidária com essa posição.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia *José Cabanas*, a questão de nada foi feito, Senhor Presidente, não é verdade e sabemos, pelo menos eu, o Senhor Presidente, o Vereador *Vitor Correia*, o Chefe de Divisão, o Eng.º *Luís Borges*, sabemos que não é verdade. Ou seja, a Câmara Municipal há alguns anos atrás, julgo que isto até já foi explicado aqui, juntou o abastecimento de Vale de Juncal e Contins. Não se trata só do aumento da população. A verdade é que, muitas vezes, os reservatórios estão cheios, ainda ontem o Chefe de Divisão me dizia: “quando chove não há falta de água”, ou seja, há uma utilização da água de abastecimento público para rega, mas, contrariamente àquilo que diz, ou pelo menos é a minha opinião, a Divisão de Ambiente fez um projeto, o pedido à Direção Regional de Agricultura para a passagem da conduta na Quinta do Valongo já foi feito. Houve um compromisso da Direção Regional de Agricultura de serem céleres na resposta. A conduta passa por um caminho e vai desde onde está a Guarda Nacional Republicana, os GIP'S, até cá em baixo, permitindo que o abastecimento se faça de forma separada das duas aldeias.

Segundo a Divisão, é a única solução que existe, é terem abastecimentos separados. Portanto, em relação ao abastecimento dos Bombeiros, sempre que há um alerta, nós estamos a montar sensores que nos façam o alerta que o depósito já está num determinado nível e que julgo que vai também prevenir esta situação.

Estamos muito preocupadas com este verão, vamos ter um ano pior que o ano passado. Portanto, o abastecimento de água às populações vai ser uma realidade, pelo menos naquelas situações em temos abastecimento próprio, em que temos captações próprias e que as captações próprias deixam de ter água.

Entretanto, dizer que também já houve acordo relativamente à conduta de Cedães e Vale de Asnes, a obra vai ser da IP, resolvendo dois problemas antigos de Cedães, Vale de Asnes e Cedáinhos.

Em relação ainda ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia *José Cabanas*, dizer que em relação às infraestruturas “nada foi feito”, a verdade é que foi investido praticamente três milhões de euros em infraestruturas, ETAR’s, ETAS, o camião cisterna, que também foi uma aquisição recente do Município, é algo injusto dizer-se que nada foi feito, aliás, a Câmara Municipal e os Senhores Presidentes de Junta sabem, desde janeiro de 2023, transferiu parte do seu orçamento para as Juntas de Freguesia.

Portanto, os Senhores Presidentes de Junta estão a receber diretamente da DGAL uma parte substancial, daquilo que estava já anteriormente protocolado, às Juntas de Freguesia. Por isso, dizer que “nada foi feito” é de alguma forma injusto e não corresponde certamente à verdade.

Os investimentos das infraestruturas, desde iluminação pública, condutas, saneamento e água, os Senhores Presidente de Junta sabem que é assim.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, eu pensei que nos vinha convidar para a Feira do Morango, mas fica o convite adiado.

Vamos fazer a sinalização da estrada. Em relação à Internet estamos a aguardar o 5G, prometido pelo Estado Central.

Em relação à praia fluvial houve um atraso no início das obras, muito devido a que o nosso projeto inicial estava em leito de cheia, ou seja, quando o rio subiu muito, os técnicos perceberam que tinha que haver ali uma reformulação do projeto e as infraestruturas que tínhamos pensado colocá-las noutra local e por isso esse atraso, que eu acho que foi benéfico para o próprio projeto. Relativamente à saída, sinceramente, temos que ver no projeto como é que está.

Acho que já respondi a todas as questões. Depois foi o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, que é a proposta, e o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, que faz aqui uma referência ao programa de rádio, mas não fez qualquer questão.

Passo, então, a palavra ao Senhor Vice-Presidente para falar sobre a questão do PDM.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Conforme manifestado pela Senhora Presidente da Câmara e para informar os Senhores Deputados, de acordo com o artigo 29.º do nosso Regimento, sobre as regras do uso da palavra pelos membros da Câmara Municipal, no seu ponto 4, diz: “*Só pode ser concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal*”.

Portanto, a utilização da palavra, o uso da palavra por parte do Senhor Vice-Presidente da Câmara está previsto no nosso Regimento e pretende complementar os pedidos de esclarecimento sobre o PDM. Nesse contexto, tem a palavra, por favor.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, disse que vai reportar aos administradores da AIN/MIC. Acho que isso peca por tardio, porque eu enviei -lhe o e-mail dia 13 de maio de 2021. Pergunto: O que é que tem andado a fazer este tempo todo? Não a tem preocupado? Deste e-mail tem conhecimento o Eng.º *João Paulo, Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara de Vila Flor, o Sr. *Neves, Agostinho Beça, Orlando Pires, Luís Vinhais*. Então os técnicos da Câmara o que é que andam a fazer? Dois anos depois lembra-se que vai reportar isto? Quem manda é a Câmara de Vila Flor e de Mirandela. Os administradores só fazem aquilo que a Senhora Presidente lhe mandar fazer. Deixe estar mais tempo. Ou será preciso exatamente aquilo que aconteceu com o canal? Vir cá a CMTV e no dia a seguir o problema do canal ficou resolvido. Se for necessário, diga.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, quando eu disse que nada foi feito, nada foi feito desde o último verão até agora. A reunião que ocorreu com os técnicos foi segunda-feira e o pedido à Direção Regional foi quarta-feira, dia 26, há dois dias.

Neste tempo que decorreu, desde o verão do ano passado, toda a gente sabe o que aconteceu, até agora, efetivamente, nada foi feito. Quais sensores instalados? O que instalaram no depósito de Vale de Juncal, por minha insistência, foi uma mangueira, como existe nas cubas, uma mangueira transparente, para ver o nível da água.

Efetivamente, até esta semana, nada foi feito.

Foi feita uma reunião de urgência na segunda-feira e foi pedido um Parecer à Direção Regional na quarta-feira. Desde então nada foi feito.

Investimentos nas infraestruturas na minha Freguesia? Saneamento muito é preciso, porque já disse aqui nesta Assembleia, por exemplo, Vale de Juncal, um terço de Vale de Juncal, das habitações existentes, não tem saneamento, quanto mais dotar novas parcelas de saneamento. Nada foi feito relativamente ao saneamento, nem às infraestruturas com água neste último mandato.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, deixou-me preocupado com os dados que nos deu do BUPi. A Senhora Presidente deu-nos dados que demonstram que só apenas cerca de 35% da área do concelho de Mirandela é que está georreferenciada e que o financiamento termina a 30 de junho. Se em dois anos, sensivelmente, georreferenciámos 35% da área, a pergunta que queria fazer é: Se não arranjarmos financiamento para o restante período, a Câmara assegura esse financiamento?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As interpelações que foram feitas, obviamente que têm a sua razão de ser. No entanto, relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia *José Carlos Teixeira*, obviamente que o e-mail que foi enviado, foi obviamente falado, à data, com o Conselho da Administração. Nós temos no Matadouro Industrial de Cachão, e não é só desde 2017, é há muitos anos, como sabe, não há uma situação atual, o abate dos animais sanitários já existe há muitos anos. Portanto, Senhor Presidente, este é um processo que tem sido, até de alguma forma, conduzido, sob o ponto de vista ambiental, com muita preocupação pelas autoridades.

Ainda há pouco falávamos nos trabalhadores dos CTT, e não quero com isto entrar em demagogia, mas a verdade é que o Matadouro Industrial do Cachão tem problemas infraestruturais graves. O Senhor Presidente sabe que tem problemas infraestruturais, quer sob o ponto de vista das linhas de abate, aliás, estivemos encerrados três meses por causa de uma inspeção da ASAE.

Acontece que no Matadouro Industrial do Cachão trabalham, pelo menos, na linha de abate, 22 trabalhadores, na maioria, residentes no Cachão e, portanto, tem havido da parte, quer da Câmara Municipal de Mirandela, quer da Câmara Municipal de Vila Flor, um investimento há muitos anos, também não é de agora, para a viabilização em salvaguarda dos postos de trabalho no Matadouro.

A verdade é que a ETAR do Cachão tem os problemas que tem e, a maior parte dos efluentes estão a ser conduzidos para a ETAR das Águas do Norte. Sendo um problema recorrente que temos, Senhor Presidente, pode chamar os órgãos de comunicação social que quiser, mas obviamente que em defesa dos interesses, quer dos trabalhadores, quer das populações, julgo que deve haver algum bom senso nestas situações e também essa responsabilidade que temos do ataque político não bloquear outros interesses, das próprias populações do Cachão.

Por isso, aquilo que lhe vou responder, novamente, é que esta situação já foi reportada. Esta situação já é do conhecimento do Conselho da Administração e não só o Matadouro Industrial do Cachão, também existem outras indústrias, como sabe, que são altamente poluentes e que a Câmara Municipal tem pago a parte do saneamento doméstico e não doméstico ao mesmo preço e, portanto, tem sido lesada, no fundo, por esta situação. Pese embora, também o Complexo Agro-Industrial do Cachão, como sabem, situar-se em Mirandela e o Município de Vila Flor tem sido sempre solidário, há muitos anos, desde que Administração ficou para as Câmaras Municipais, depois da PEC e as duas Câmaras têm feito um esforço financeiro muito grande para manter a infraestrutura. Há muito tempo que esperamos que o Governo, apesar das visitas sistemáticas, consiga ter um investimento estruturado e está falado neste novo Quadro Comunitário de apoio, para que o Cachão volte a ser uma realidade, mais na vertente tecnológica e de inovação, mas é isso que nós temos projetado. O Senhor Presidente da Junta saberá naturalmente o que fazer.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta *José Cabanas*, eu só disse que nada foi feito relativamente às infraestruturas do concelho. A verdade é que os técnicos da Câmara Municipal, como sabe, tiveram que desenvolver o projeto, levantamento, resolver o tipo de procedimento que ia ser feito. Estamos, neste momento, em condições, caso tenhamos autorização de Direção Regional, para fazer a nova conduta e a Câmara Municipal vai investir na realização da nova conduta.

É esta a situação que o Senhor Presidente sabe, porque tem estado em reuniões com os técnicos. Estou só a fazer esta referência, porque efetivamente os técnicos têm reunido com o Vereador por causa dessa situação, que já se arrasta há muitos anos, como sabe.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, dizer que as suas preocupações são as minhas. Obviamente que nós temos o compromisso que o BUPi é um projeto para manter e para melhorar. Temos a mais-valia de também termos técnicos internos capazes de manter o projeto e, portanto, quanto mais não seja, vamos manter com os técnicos internos que façam o BUPi, não com a velocidade que temos com os avançados, mas efetivamente manter algum trabalho que vai sendo feito pelos técnicos credenciados do Município.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente no seu melhor. Vítima, a fazer-se de vítima.

Senhora Presidente, quero deixar aqui bem claro, para os mirandelenses, inclusivamente para a população do Cachão: eu não quero que o Matadouro feche, de maneira alguma. Eu não quero é que prejudique a água do rio Tua. Eu quero é que resolva o problema. Crie condições para o Matadouro laborar.

Agora, não esteja a dizer que o Presidente de Junta pretende fechar o Matadouro. Isto que fique bem claro.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazem bem deixar que os Senhores Deputados interpelem a Mesa.

A minha interpelação à Mesa é o seguinte: É que começamos a Assembleia Municipal 15 minutos depois, os 15 minutos que não dão depois na hora do almoço, onde a Bancada do PSD, alguma dela, esteve na última Assembleia privada de participar na maioria dos pontos. Também não havia problema nenhum. Porem-nos a votar e a falar sobre brigadas de intervenção contra os fogos, os Bombeiros. A Bancada do PS não fez intervenção, mas também nós não iríamos, porque os temas em discussão, brigadas de intervenção, dos incêndios, o tema é muito importante, mas até ponho em causa o que é que nós iríamos votar ou deliberar, quando tantas decisões são tomadas pelas Corporações de Bombeiros, e bem, até enchem piscinas privadas, até levam água às piscinas privadas e depois põem-nos aqui a nós a votar. Para dizer o quê, Senhor Presidente? Que os 15 minutos que começamos mais tarde esta Assembleia, que sejam de tolerância à hora do almoço, para ver se não acontece o que aconteceu na última Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Recordo ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* que na última Assembleia Municipal foi proposto um horário de almoço, em que não manifestou nenhuma oposição em relação à proposta de retoma dos trabalhos. Portanto, isso não pode constituir uma falha do Presidente da Assembleia que, normalmente, é o primeiro a chegar a esta casa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acrescento que foi dada meia hora de tolerância. Portanto, o dobro do tempo que evoca.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para rematar, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* nem pode aferir uma coisa dessas, porque praticamente chegou já estava fechada a inscrição dos Deputados Municipais nos Outros Assuntos de Interesse para o Município e, portanto, o seu atraso foi muito superior a meia hora.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Frechas, fazer referência que, entretanto, chegou uma informação do Conselho de Administração do Matadouro Industrial do Cachão e da AIN, dizendo que está tudo a entrar na ETAR de Frechas. Na semana passada, houve um problema na estação de drenagem de resíduos de pré-tratamento, mas já está resolvido.

Esteve lá também o Senhor Vereador *Vítor Correia* e o Chefe de Divisão *Luís Vinhais*. Falta apenas uma reunião com as Águas do Norte. Temos a informação de que as Águas do Norte querem comprar um terreno junto à ETAR, para instalar um centro de compostagem para a resolução da questão. Esperemos que isto se resolva.

Relativamente aos comentários, não vou fazer comentários pessoais. Eu respeito muito o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, como todos, e, portanto, nunca lhe estabeleceria um rótulo chamando-o de “vítima” ou deixar de ser de “vítima”.

Por isso, julgo que nós devemos sempre respeitar os outros e não tratar o ataque político como ataque pessoal.

Infelizmente, na política há muitos casos assim, em que as questões de agressividade entram no discurso político e que não trazem nada de novo à política. Trazem amargura, mal-estar e uma agressividade que entre instituições não se compreende, porque eu não estou aqui como *Júlia Rodrigues*, estou aqui como Presidente da Câmara e o Senhor está como o Presidente de Junta de Freguesia e não como *José Carlos Teixeira*. Por isso, a Câmara Municipal respeita o Presidente de Junta de Freguesia, todo Executivo Municipal respeita o Senhor Presidente de Junta de Freguesia, mas, sinceramente, deve também haver respeito do Senhor Presidente de Junta de Freguesia, porque temos todos que contribuir para a dignificação do nosso espaço público. Nós temos essas responsabilidades, estamos numa Assembleia Municipal, estamos aqui com muitos mirandenses, que vieram acompanhar os trabalhos, temos muitas pessoas *online* e, portanto, todos os mirandenses, que estão em Mirandela e fora de Mirandela, merecem uma atitude de respeito para com todos.

Eu peço, por favor, em nome das nossas instituições, que haja, de alguma forma, cordialidade no tratamento das nossas instituições, porque as questões pessoais resolvemos fora deste espaço.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Se me permitem, aqui uma breve caracterização daquilo que é o Plano Diretor Municipal. Tratando-se de um plano de gestão do uso do solo para os territórios e este instrumento de gestão territorial, no caso do concelho de Mirandela, o primeiro Plano Diretor Municipal surgiu em 1994, elaborado com base numa cartografia de 1948, cartografia militar. Depois, lembro também que em 2003, iniciou-se o processo de Revisão desse mesmo Plano Diretor Municipal que originou o Plano Diretor Municipal em vigor, o Plano Diretor Municipal de 2015, que começou a ser revisto em 2003, que teve como base a cartografia de 1992 e a cartografia de 2008.

Nessa altura, e o PDM em vigor, utilizava uma cartografia a uma escala 1-25.000. Após 2015, por base ou por força de um conjunto de Decretos Regulamentares, há aqui também uma evolução significativa do conceito de espaço urbano.

Em 2019, iniciamos os trabalhos de Revisão do Plano Diretor Municipal, que ainda continua, em que estes novos instrumentos de gestão territorial estão obrigados a ter cartografias com um mínimo de três anos de existência e, por isso, em 2019, fizemos uma nova cartografia à escala de 1-10.000.

Vejam que há aqui, do ponto de vista, da cartografia, uma evolução significativa, tanto ao nível da qualidade, como ao nível da atualização dessa mesma cartografia que, para o bem e para o mal, condiciona, e volto a repetir, para o bem e para o mal, tem a ver com os interesses do concelho, com os interesses dos municípios, com os interesses de todos nós, condiciona favoravelmente e condiciona desfavoravelmente. Porquê? Porque estas novas cartografias conseguem ter uma noção muito mais clara daquilo que são os riscos de vertentes, aquilo que são os riscos de cheias, aquilo que são os riscos de incêndios e também uma projeção muito diferente às alterações climáticas.

Por isso, o Município de Mirandela, em 2019, tendo em conta a legislação em vigor, constituiu uma equipa interna com técnicos do Município de Mirandela e também contratou uma empresa externa, a empresa Mundo às Riscas. Foi esta empresa que iniciou todo este trabalho que cruza com a cartografia. Depois, foi também com base nesta equipa interna que iniciamos, em outubro de 2019, um período de participação pública. Tivemos sem precedentes, e volto a repetir, tivemos sem precedentes, quatro sessões públicas de esclarecimento sobre esta Revisão do Plano Diretor Municipal. Duas delas aconteceram na cidade de Mirandela, com horários diferentes, para que todos os municípios pudessem estar presentes, fizemos uma no norte do concelho e outra no sul do concelho. Tivemos 120 participações.

Entretanto, em 2021, é apreciada, favoravelmente, a REN - Reserva Ecológica Nacional bruta, pela parte da CCDR-N e por parte da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e submetemos, em 2022, a proposta de plano na plataforma de gestão territorial, para que as 28 entidades externas se pudessem pronunciar sobre aquilo que era a nossa proposta de plano. A nossa proposta de plano contemplava aquilo que foram os contributos dos Senhores Presidentes de Junta, que agradecemos e que nós incentivamos a participar no período de discussão pública, e contemplava também as 120 participações dos municípios.

É verdade que a empresa Mundo às Riscas e a equipa técnica da Câmara não podem fazer propostas à CCDR-N que belisquem a lei em vigor. Mas, apesar de tudo, nós nunca iríamos propor a redução de perímetros. Houve um conjunto de Pareceres dessas 28 entidades e na reunião de plenário, em outubro de 2022, todo o Plano Diretor Municipal reúne condições para passar à discussão pública final, exceto por parte da CCDR-N em relação aos perímetros. A CCDR-N não concorda com a manutenção ou alargamento de perímetros como o Executivo, juntamente com os Senhores Presidentes de Junta, pretende. Eu digo “pretende”, não digo “pretendia”. Pretende, nós pretendemos. Só que a CCDR-Norte mostrou-se irredutível quanto à necessidade de contenção, ou alargamento do perímetro urbano tendo em conta, como disse, a legislação em vigor.

Por isso, volto-me a reportar a outubro de 2022, nós iniciamos em janeiro de 2023, o contacto de agendamento de reuniões com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que decorreram em fevereiro 2023, para lhes dizer: “Meus Senhores, aconteceu isto. As vossas pretensões, as nossas pretensões não estão a ser acolhidas pela Comissão de Coordenação da Região Norte e o que se passa é que nós vemos por parte da Comissão de Coordenação da Região Norte uma proposta de contenção do perímetro urbano de 74 hectares, 4% do território, que equivale àquilo que é a cidade de Mirandela.” Por isso, a situação é esta. E dissemos a cada um dos Senhores Presidentes de Junta os dados que tínhamos, para que, em conjunto, pudéssemos ter uma estratégia para os passos seguintes.

Depois há outro detalhe técnico, que tem a ver com a parcela mínima de construção em solo rústico, tem a ver com, numa Freguesia, numa aldeia, quem tiver mais do que dois hectares de solo rústico pode construir atualmente uma edificação de apoio à exploração agrícola e que também a CCDR-N quer deixar cair.

Isso para nós é brutal e, por isso, se estiveram atentos ao cronograma que aqui referi, em que momento antes o Município podia ter dado o passo de falar com as Juntas de Freguesia? Quando? Momento virtual sem termos a discussão com a CCDR-N? Adivinhávamos?

Por isso, nós, em todas as matérias, mas sobretudo neste documento de gestão territorial, Plano Diretor Municipal, que vai regular o uso do solo para os próximos 10 anos, o Executivo, esta Assembleia e os Senhores Presidentes de Junta, nós temos que falar a uma só voz, perante as entidades nacionais, defendemos os interesses de todos nós. E não há, nem pode haver nunca, sobretudo nestas matérias estruturantes, posições como: Município de um lado, Executivo, Assembleia de outro lado e Presidentes de Junta de outro. Isso não existe. O que existe é o interesse do nosso concelho.

Aqui chegados, nós temos que, por todos, decidir. Ou temos uma posição também assente em critérios técnicos que não belisquem as questões de riscos de cheias, de incêndios e outro tipo de riscos para as populações e que consigam convencer a CCDR-N, o Governo, o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado que para Mirandela e para o concelho de Mirandela vai haver uma discriminação positiva.

Sobre essa matéria, em relação à unidade mínima de construção, a Senhora Presidente já o fez. Enviou uma carta, tanto ao Senhor Secretário de Estado, como também à Associação Nacional de Municípios e à CCDR-N, para reverterem essa situação. O assunto está a ser avaliado pela Secretaria de Estado, já tivemos o *feedback* que acolheram, no fundo, o assunto e que vai ser validado e nós estamos convencidos que essa situação vai ser atendida, porque seria então grave para o desenvolvimento do concelho.

O ponto de situação sobre o Plano Diretor Municipal de Mirandela é este.

Para terminar, efetivamente, o Executivo, sobretudo por determinação da Senhora Presidente, tudo o que estiver relacionado ou tudo o que depender do investimento em infraestruturas, água, saneamento, o que quer que seja, para viabilizar solo urbano, o Executivo fará esse investimento e mapeará no Plano Plurianual de Investimento essa dotação.

Esta é a situação clara, transparente e simples.

----- A Senhora Deputada Municipal **LUÍSA BELCHIOR** solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Assembleia, é lógico que seja qual for o instrumento de gestão territorial, era o que faltava que não fosse feito com base cartográfica atualmente. Aliás, um simples processo de licenciamento de obra particular, tem que ter um levantamento topográfico que retrate a realidade atual da própria parcela individual. Era o que faltava que, um instrumento desta dimensão não estivesse realizado com cartografia atual e muito mais eficaz. Mas, dizer-lhe que os casos de risco, os casos de deslizamentos, a maior parte deles já estavam todos sinalizados, bem sinalizados em plantas de condicionantes, pode-se ter acrescentado qualquer coisa, não estudei a planta, mas todos esses casos eles já existem e estão devidamente catalogados e provavelmente terão sido todos mantidos e, se calhar, até nem foram alargadas essas zonas.

Agora, o que acontece é que, efetivamente, nós estamos perante um problema que é realmente grave, que é um problema de uma perda de património concelhio considerável, para além dos transtornos que se vão sentindo ao longo dos anos e de cada vez que alguém tem a vontade em construir. Existe, depois, também, o património das pessoas, o património dos cidadãos, que está aqui o seu valor também comprometido. E dizer-lhe que eu encontrei muita referência no relatório relativamente à cartografia, porque já li várias vezes, e a cartografia não põe essas questões em causa.

Agora, há aqui uma situação que consta do ponto 2.2 dos princípios estratégicos de base territorial da segunda Revisão do PDM, que eu gostava que me explicasse e que diz assim: “Na ausência de uma estratégia de desenvolvimento integrado no hábito municipal, elemento crucial para sustentar uma estratégia de ordenamento territorial para a segunda Revisão do PDM, foi necessário redefinir um conjunto de princípios e orientações estratégicas de base territorial que, permitam sustentar as opções de ordenamento territorial e fundamentar as alterações que se propõe introduzir.”

É que nós não podemos chegar, naturalmente, como já disse o Senhor Presidente da Junta de Abambres, à Comissão e propor avulsamente um conjunto de parcelas. Nós temos que propor com fundamento. Nós temos que propor baseado nesses ditos mapas,

nessa cartografia, que vai justificar o investimento plurianual que pode a Câmara de Mirandela fazer. Sejam 500 mil euros por ano, ao longo de sete anos, de oito anos, que pode ir progressivamente fazer.

Agora, naturalmente que se nós vamos com um conjunto avulso de parcelas, onde não temos uma estratégia de desenvolvimento, o que é que acontece com a tutela? A tutela vai cortar e reprovar todas essas parcelas propostas. Agora, também ninguém queria o alargamento dos perímetros, porque os perímetros, o próprio documento identifica-os como “totalmente ajustados”. Os perímetros estão ajustados. Infelizmente, o nosso território tem perdido população, infelizmente, mas vai perder mais assim.

O que se queria era manter os perímetros e para se manterem os perímetros é preciso naturalmente investir. Efetivamente, são investimentos que não se notam? Que não se veem? Que ficam enterrados? São. Mas são necessários. Já se vê no caso da água da Freguesia de Abambres, que eu solidarizo-me também com o Senhor Presidente, porque naturalmente ter uma casa nova e não ter água... Desculpem lá...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa também regista o pedido de esclarecimento por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas. Esse é que é o uso correto do Regimento. Um pedido de esclarecimento, o uso da palavra para esclarecimentos, limita-se à formulação concisa de perguntas sobre a matéria em dúvida. E digo isso, porque, de facto, tem sido utilizada a expressão de interpelação à mesa. Quem fez corretamente o pedido de interpelação à mesa foi o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porquanto o pedido de interpelação refere-se a interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta, ou da orientação dos trabalhos, que foi concretamente o que foi. De resto, são pedidos de esclarecimentos, para o qual também tem três minutos, Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria só colocar a questão ao Senhor Vice-Presidente, se efetivamente vai voltar a convocar os Presidentes de Junta, como assumiu. Se vai esclarecer ou não as populações, acho que o devia fazer. E porque é que assumiu na comunicação social que iria repor tudo o que fosse feito e que estivesse em falta para que a CCDR-N concordasse e assumisse o PDM, ou seja, fazer as infraestruturas. Se o vai ou não fazer e porque é que disse à comunicação social e agora não esclareceu.

Eu acho que é demasiado importante este assunto e as pessoas estão a levar isto de ânimo leve, porque as populações ainda não se aperceberam daquilo que estão a perder. As pessoas desconhecem totalmente aquilo que se está a passar. Se nós falarmos hoje num terreno em que se possa construir uma habitação, por exemplo, na aldeia de Frechas, vale 30 ou 40 mil euros, depois de 2023 aquilo vale 500 euros. Mas um lote em Mirandela que hoje custe 50 mil euros, vai haver especulação imobiliária, vai custar 100 mil euros. Mirandela não tem capacidade de resposta.

As pessoas não sabem isto, as pessoas ainda não se aperceberam disto, porque isto foi tudo - vou usar o termo, se calhar, exagerado - meio camuflado. Eu sei que isto esteve aberto, mas as populações não tiveram conhecimento disto e a Senhora Presidente, se bem se lembra, sei que tem boa memória, porque é boa política e tem boa memória, os bancários é que normalmente têm alzheimer, eu fui vítima do PDM. Acompanhou o meu processo desde 2000. Sabe a dificuldade que eu tive na minha exploração e fui dos poucos teimosos que fiquei na aldeia.

A fazer assim onde é que os jovens agricultores se vão instalar? Onde é que podem fazer pavilhões agrícolas? Não podem. É no centro das aldeias que vão fazer os armazéns? Vão fazer as suas explorações agrícolas?

Pensem bem naquilo que vão fazer, porque, como digo, este Executivo vai ficar o coveiro das aldeias.

----- O Senhor Vereador *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que nós todos temos que garantir, e é para isso que estamos a trabalhar, é que nenhum investimento privado ficará por realizar no concelho de Mirandela, por causa do Plano Diretor Municipal. Essa é a questão.

A questão central é: nenhum investimento privado, seja de acolhimento de empresas, seja de habitação, ficará por realizar por causa do PDM. Sei que as minhas palavras ditas desta forma são bem interpretadas por vocês todos, porque o nosso real problema é não termos essa pressão. Nós gostaríamos de ter essa pressão de empresas a quererem vir para o nosso território, é o nosso trabalho, o nosso desafio, e gostamos de ter essa pressão de municípios ou cidadãos que queiram vir construir no nosso território. Não temos essa pressão, nem na cidade de Mirandela, ao nível empresarial, muito menos nas Freguesias. Isto não é demagogia, é a realidade. São os dados.

Por isso, não vai ser o PDM que vai comprometer o desenvolvimento do nosso concelho e não vai ser o PDM que vai ser, como foi aqui usada uma expressão para o nosso concelho e para as aldeias, que acho que é triste, nem a vou repetir. Por isso, o Município de Mirandela e, repito, a Senhora Presidente deu indicações à equipa de trabalho, desde o início, que fossem acolhidas as infraestruturas necessárias, o plano plurianual de investimento, que contemplasse a necessidade de infraestruturas para que não compromettesse nunca nenhum investimento privado. Foi isso que foi dito aqui.

Agora, o que está em causa é mais do que isso. É a preservação de alguns perímetros que têm as condicionantes que a CCDR-N refere e é esse trabalho que vamos continuar a fazer.

Se vamos reunir com os Senhores Presidentes de Junta? Vamos ter que voltar a falar com os Senhores Presidentes de Junta depois de termos uma insistência, neste caso, uma insistência muito bem fundamentada junto da Comissão de Coordenação da Região Norte e do Governo, para ver se há uma discriminação positiva para Mirandela. Eu volto a repetir. Porque não há discriminação positiva para nenhum outro concelho e aquilo que está a acontecer da retração dos perímetros, infelizmente, está a acontecer em todo o território nacional, porque o Governo enviou orientações, vertendo-as na legislação em vigor, em que diz que pretende consolidar os perímetros existentes, remetendo para a reabilitação urbana e condicionando a nova construção, tendo conta aspetos que já referir.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esgotada a discussão neste ponto da Ordem do Dia desta Assembleia, conforme agendado, temos para fechar o ponto a Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU.

A Mesa vai passar à leitura da Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, peço desculpa...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faça o favor Senhor Deputado. Qual é a questão?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Assembleia, estamos no Período Antes da Ordem do Dia, a Senhora Presidente da Câmara deu durante uma hora as devidas explicações, entretanto houve um Senhor Deputado, Presidente de Junta, que quis interpelar, as vezes que quis, a Mesa. Nós ainda não tivemos a oportunidade, depois da Senhora Presidente da Câmara falar, no Período Antes da Ordem do Dia, de voltarmos cá outra vez.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, teve tempo para esses pedidos de esclarecimentos. Pelo meio até fez um pedido de interpelação à Mesa. Teve tempo e gozou desses momentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pedi um esclarecimento à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Peço desculpa. A Senhora Presidente da Câmara deu as devidas respostas aos Senhores Deputados na sua primeira intervenção. O que era normal era voltarmos cá outra vez.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, não é normal. Desculpe, mas não é normal. Mas também não é anormal.

O Senhor Deputado tinha era o direito, em momento próprio, de ter solicitado um pedido de esclarecimento à luz do Regimento. Agora, já interveio. Inclusive, nos “Outros Assuntos de Interesse para o Município” tem o direito a tecer e de levantar de novo as questões que entender.

Agora, não podemos é andar aqui em “carrocel”, constantemente, com estas figuras do Regimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assim é que andamos. O que era normal era a Senhora Presidente falar...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa quer seguir uma linha linear.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu aos Senhores Deputados, só que a Senhora Presidente falava e já estava a ser interpelada. Não! Eu pensei que viria agora e que este Período Antes da Ordem do Dia, fosse discutido em definitivo. Até aqui foram interrupções.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, permita-me dizer-lhe o seguinte...

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou a ficar preocupado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não precisa de se preocupar. Enquanto eu aqui estiver não precisa de se preocupar.

O que lhe posso dizer é que chegou o momento em que, de facto, todos os Senhores Deputados tinham o direito, porque a Senhora Presidente já tinha dito que a matéria do PDM ia endereçar ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*. Portanto, quando esgotou as suas respostas a todos os Deputados sobre outras matérias, o Senhor Deputado Municipal tinha aí o direito legítimo, regimental, para solicitar os pedidos de esclarecimentos que entendesse.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Até porque a Mesa perguntou-me. “Está a pedir a palavra para quê?”.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era para saber precisamente se era para um pedido de esclarecimento ou outra matéria qualquer.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não. Desculpe. Vocês estão enganados.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado disse que era uma interpelação à Mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vocês estão enganados, porque há assuntos aqui demasiado pertinentes, inclusive a Senhora Deputada, Primeira Secretária...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ninguém lhe está a tirar a pertinência dos assuntos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Deputada, Primeira Secretária, fez intervenções, eu aguardava a minha vez, depois de a Senhora Presidente...

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas o Senhor Deputado não se inscreveu.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vocês estão enganados.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não ficou esclarecido com alguma resposta? Então faça o favor de pedir o esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dá-me licença?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faça o favor. Tem três minutos para o efeito. Ninguém lhe retira o direito ao pedido de esclarecimento. Não pode é evocar que não lhe foi concedido em momento próprio.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não posso nos “Outros Assuntos” vir aqui fazer uma resenha da Assembleia Municipal. Tenho é que abordar outro assunto.

Eu não posso chegar aqui e no final fazer uma resenha do que correu bem ou correu mal.

Senhora Presidente da Câmara, vamos então terminar este assunto.

De facto, o debate está riquíssimo e deixe-me só concluir o seguinte: A Senhora Deputada vai votar contra. É que eu vou votar contra, porque em si confio. Estou a dar muito crédito à sua intervenção e sobre aquilo que aqui apresentou.

Senhora Presidente da Câmara, vai votar contra o PDM?

Em política é isto, desculpem lá. Se não está satisfeita, vai votar contra Senhora Presidente?

Senhora Presidente, a Senhora Deputada não disse, mas eu vou dizer por si. O que faltou neste Executivo foi que ao longo dos últimos seis anos, em nenhum dos orçamentos conseguiu prever a verba respetiva, para a implementação de políticas de infraestruturas que visassem, neste momento, o PDM.

Esta é que é a grande conclusão.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quem é que lhe disse que o Senhor podia dizer coisas por mim?

O Senhor não pode dizer coisas por mim. O Senhor diga as suas coisas. As minhas digo-as eu.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Conclua o seu pedido de esclarecimento, Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este assunto do PDM virá aqui, com certeza, à Assembleia Municipal, e aquilo que percebo é que a Assembleia vai votar contra. É uma conclusão política minha. Pode ser que me engane ou então ficará tudo bem no final.

Outra coisa. Senhor Deputado, falou no “Lápis Azul”. Eu pensava que esse discurso estaria terminado.

Quem terminou com o Congresso Internacional com técnicos doutorados que viriam a Mirandela, abordar o tema das pinturas rupestres foi o Senhor Vereador *Vitor Correia*, que num *e-mail* cancelou um Congresso Internacional sem apelo, nem agravo. A única coisa que dizia era “por dificuldade de agenda este congresso não se realiza”. E assim foi escamoteada a informação à população e, terminou, espero que tenha terminado aqui a discussão sobre as pinturas rupestres.

Se há aqui alguma confusão, é porque a Câmara Municipal já recebeu 500 mil euros. Isto é que me preocupa. Uma Câmara Municipal, entidade poderosa em Mirandela, estar de mão aberta ou postada, perante tal verba significativa.

Sobre os CTT’s, Senhora Presidente, o tema é demasiado delicado, certamente será abordado conjuntamente na Reunião de Câmara com os Senhores Vereadores da Oposição, porque verdadeiramente o que nos preocupa, de Tribunal continuo a dizer que não percebo nada, a fixação de postos de trabalho e desta empresa é muito significativo para o concelho de Mirandela.

Sobre o PDM só vou dizer uma coisa. A CCDR-N determinou leis que houve um encolhimento dos perímetros, das populações e nas suas construções, quanto mais não seja até porque depois há infraestruturas, depois vem a eletricidade e fica tudo demasiado caro e a ordem para encolher por causa dos incêndios.

Eu diria ao contrário. Portugal não é todo igual. Sempre ouvi dizer que as aldeias iam ter gente e que aquelas terras de cultivo estivessem cultivadas, porque há um setor importante para este concelho que é a caça. A atividade cinegética que é de valor acrescentado, sempre ouvi dizer que não há caça, porque as terras não estão cultivadas e também já ouvi dizer que há mais incêndios, porque as terras estão jogadas ao abandono.

Portanto, este Portugal não é igual e a CCDR-Norte devia contemplar esta diferenciação.

Muito obrigado pela palavra que me deram.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para que não se gere aqui nenhum equívoco, como podem confirmar na vossa Ordem do Dia, o PDM não está em votação, pese embora a sua discussão e de salutar discussão democrática ocorrida ao longo deste ponto. A Revisão do PDM tem o seu curso até 31 de dezembro, com a eventual prorrogação ou não.

De qualquer forma, esgotado o seu prazo de trabalhos, será votado em sede de Câmara Municipal e só depois remetido à Assembleia Municipal para votar. Portanto, ainda estamos todos muito distantes, nem conhecemos o seu desfecho final e só aí, em consciência, é que cada um de nós se pronunciará.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Efetivamente, tenho aqui um esclarecimento a fazer ao Senhor Deputado, até porque já que não percebe nada de Tribunal, mas não é preciso perceber nada de Tribunal, bastando ter bom senso e interpretar as políticas com responsabilidade.

Efetivamente, o PDM é uma responsabilidade de todos. A Câmara Municipal vai fazer o seu trabalho de oficial e já fez relativamente à unidade mínima de construção e vai fazer junto do Governo, mas também da CCDR-N. Portanto, também desafio os Senhores Deputados que representam Partidos Políticos e até os Senhores Presidentes Independentes, que façam o mesmo junto das vossas representações institucionais, porque quantos mais formos, mais força teremos.

Este é um desafio que eu lanço a todos. Obviamente, com um plano plurianual de investimentos. Nós temos uma taxa de infraestruturas muito alta, mas também temos um território muito grande e muito disperso.

Temos algumas aldeias que não têm infraestruturas. Felizmente, fizemos um investimento na Bronceda, que está a ser concluído, também em Marmelos. Temos feito alguns investimentos de infraestruturização de aldeias e, portanto, tem que ser um compromisso de todos, porque se temos ainda alguns aglomerados urbanos que não têm infraestruturas tem que ser um compromisso assumido por todos, que vamos fazer novas infraestruturas para novos agregados urbanos.

Neste momento, não sei calcular o valor das infraestruturas, mas são muitos milhões de euros, para além de todas as redes que nós temos, que precisam de ser requalificadas, onde já temos habitação com infraestruturas, mas já tem muitos anos. Ainda muito recentemente, na Rotunda do Hospital foram todas as canalizações, porque ainda tinham o fibrocimento e foram todas renovadas.

Portanto, esta é uma opção de política estratégica importante para todos, mas eu também queria alertar todos de que, a decisão estratégica de fazer um plano plurianual que temos que cumprir relativamente às infraestruturas para manter os perímetros tal qual estão, porque nós também sabemos e temos a experiência que as pessoas que constroem fora dos aglomerados urbanos assinam sempre uma declaração a dizer que não vêm pedir à Câmara infraestruturas e passado alguns anos vêm à Câmara pedir as infraestruturas.

Efetivamente, o valor do terreno é mais baixo, porque não está infraestruturado e, portanto, não tendo infraestruturas depois vêm obviamente pedir à Câmara para as executar. É justo que isso aconteça? As pessoas quando adquiriram o lote sabiam que não era infraestruturado e depois vai ser o público a fazê-lo. Quando temos outras aldeias inteiras que não têm água, nem abastecimento de água, nem saneamento, em particular saneamento ainda estruturado.

Portanto, era só este alerta que eu queria deixar a todos, porque é minha obrigação não entrar em populismos que sejam tábua rasa daquilo que existe. Isto é muito mais abrangente da visão global de todo o Município.

Obviamente que a reabilitação urbana é fundamental. Nós temos as aldeias com prédios muito degradados, temos o centro da cidade com prédios muito degradados e, portanto, quantos mais bairros novos nós fizermos, menos investimento há na reabilitação urbana.

Portanto, temos que ter alguma cautela no nosso pensamento estratégico que não tem que ser de conhecimento técnico. Por isso é que os políticos devem ter esta a visão dos próprios territórios.

Eu tenho a certeza que, por exemplo, em Eixes, em outras aldeias de Suções, a Senhora Presidente preferia que reabilitassem o miolo da aldeia do que alargar o perímetro para outras áreas, porque depois temos outras complicações. Não é só infraestruturas, é recolha de resíduos, tudo isso. Temos os centros das aldeias completamente degradados. Porquê? Porque as pessoas preferem construir de novo do que reabilitar o antigo. Existindo essa possibilidade certamente o farão e, portanto, é este o pensamento que devemos ter.

Relativamente às pinturas rupestres, Senhor Deputado, queria deixar-lhe aqui uma nota.

Nós não andamos de mão dada, com a empresa construtora. Esta é uma situação que já falei há pouco. Herdamos esta situação, como vão herdar outras que nós deixaremos, eventualmente.

Efetivamente, relativamente às pinturas rupestres, a Câmara sempre teve, da parte dos serviços técnicos e deste Executivo, um comportamento exemplar, cumprindo a Lei e nós nunca pusemos em causa a questão das pinturas rupestres.

Em relação ao Congresso Internacional, Senhor Deputado, era para lhe dizer que quem paga às Senhoras Arqueólogas para fazer a sua investigação também é a Câmara Municipal e, portanto, a Câmara Municipal deve encontrar datas apropriadas para se fazer o Congresso Internacional, porque é a Câmara Municipal que está a pagar às Arqueólogas para fazer a investigação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passamos à leitura da Recomendação apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU:

#### “Recomendação

##### Pela integração dos Trabalhadores «temporários» da Resíduos do Nordeste”

Os trabalhadores em regime de contrato de trabalho temporário cedidos pela empresa MULTITRAB à Resíduos do Nordeste realizaram uma greve ao trabalho normal e suplementar no final do passado mês de dezembro. Estes trabalhadores reivindicam a sua admissão nos quadros da Resíduos do Nordeste, por forma a garantir a manutenção dos seus postos de trabalho após o fim da concessão, bem como outras melhorias nas suas condições de trabalho. Desta luta reivindicativa resultou, àquela data, o compromisso assumido pelo Diretor-Geral da empresa intermunicipal, de propor aos acionistas da empresa numa próxima reunião da Assembleia Geral, a integração na empresa intermunicipal destes trabalhadores com vínculo precário.

Alguns destes trabalhadores prestam este serviço essencial há vários anos e sempre em regime de contrato de trabalho temporário, apesar da sua atividade profissional corresponder a uma necessidade permanente das populações. No entanto, a administração da Resíduos do Nordeste tem perpetuado a sua situação de precariedade, que não se alterou após a referida reunião da Assembleia Geral.

Sendo inaceitável este desrespeito pelos direitos e justas expectativas destes trabalhadores, impõe-se que estes trabalhadores que também são municipais, integrem a Resíduos do Nordeste, passando aos quadros desta empresa intermunicipal com todos os direitos dos demais trabalhadores, pondo assim fim à sua precariedade laboral.

Assim,

1. Considerando que a empresa Resíduos do Nordeste se assume como uma empresa pública ao serviço da comunidade do Nordeste Transmontano, da qual os seus trabalhadores são membros de pleno direito;

2. Considerando ser inaceitável perpetuar a precariedade dos trabalhadores cedidos pela empresa MULTITRAB para desempenhar funções essenciais e permanentes em regime de contrato de trabalho temporário, em alguns casos há mais de 20 anos de contrato precário em contrato precário;
3. Considerando que o Município de Mirandela participa na Resíduos do Nordeste com quota e direito a voto;
4. Considerando que a CDU teve conhecimento que a Assembleia Geral já reuniu e entendeu que “a estratégia a seguir pela Resíduos do Nordeste deve ser, em regra, a de externalização da operação dos serviços necessários a uma boa gestão dos resíduos”, havendo, contudo, espaço para uma “opção de gestão direta, nomeadamente, quando exista uma melhor relação custo-benefício”;
5. Considerando que a dita “estratégia” da Resíduos do Nordeste, pode ser, simultaneamente, racional no que à gestão de recursos humanos e contenção de custos diz respeito - numa lógica meramente capitalista - e irracional na perspetiva dos interesses da comunidade a que serve - por levar a um pior serviço, maior exploração de trabalhadores e consequentemente, degradar a qualidade de vida das populações do Nordeste Transmontano.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida no dia 28 de abril de 2023, delibera:

- Recomendar ao Executivo Municipal para que no órgão deliberativo da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, proponha a integração no quadro da empresa e carreira respetiva, de todos os trabalhadores com vínculo precário cedidos pela empresa MULTITRAB, conforme as suas justas reivindicações, uma vez que é esta a única opção viável numa relação de “custo-benefício” justa para todos os envolvidos.

Mirandela, 28 de abril de 2023.

O Eleito da CDU

*Jorge Humberto Fernandes*”

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, recomendar ao Executivo Municipal para que no órgão deliberativo da Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, proponha a integração no quadro da empresa e carreira respetiva, de todos os trabalhadores com vínculo precário cedidos pela empresa MULTITRAB, conforme as suas justas reivindicações, uma vez que é esta a única opção viável numa relação de “custo-benefício” justa para todos os envolvidos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Eu, mais que uma declaração de voto, quero fazer um pedido, neste caso, ao Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto*, que é quem normalmente tem esta prerrogativa de apresentar este tipo de recomendações, que me parece completamente lógico e desejável que todos aqui tenhamos conhecimento, pelo menos, um bocadinho antecipado, sobre estas matérias a serem votadas, de maneira a poderem ser analisadas de forma concreta.

Este não é um assunto que nos dê grandes dúvidas, mas outros há em que decidir num minuto ou menos de um minuto o sentido de voto que nos vincula, enquanto cidadãos eleitos, não é o mais correto. Por isso, solicito a cortesia de em situações futuras e estendo obviamente o meu pedido a todos os Deputados Municipais, que haja aqui uma cortesia e uma simpatia de fazer chegar a todos os membros desta Assembleia as propostas a serem apresentadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Proponho, se todos estiverem de acordo, um intervalo para almoço com retoma dos trabalhos às 15 horas.

Dizia a minha falecida avó *Antónia* que “um homem conquista-se pelo estômago”. Portanto, esta Mesa da Assembleia e a própria Assembleia querem conquistar o melhor de vós e, particularmente, sou sensível aos efeitos da hipoglicemia, desejo-vos a todos um bom almoço. Até às 15 horas da tarde.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Serei breve, e não querendo desmerecer nenhuma das iniciativas que o nosso concelho viveu nestes últimos meses, quero destacar uma iniciativa comunitária que pelo seu arrojo e repercussão já se tornou um pretexto para visitas – o Serrar da Belha, na Freguesia de Vale Telhas. Esta iniciativa começa a ser preparada com meio ano de antecedência, sendo os últimos dois meses mais intensos. Grande parte da comunidade é envolvida nomeadamente a população mais idosa através das atividades no projeto “Elos de Ternura”, onde vão preparando a logística para o Evento. As entidades responsáveis, Junta de Freguesia e a Associação Cultural, contaram e bem, com apoio logístico da Câmara Municipal de Mirandela.

Nos últimos três dias, na preparação, estiveram envolvidas cerca de 50 pessoas, ou seja, quase metade da população residente. Eclodiram na aldeia, 8 Tascas, e 5 tabernas – todas de pessoas da freguesia, sendo este um critério potenciador de retorno económico direto, que em 2019, se cifrou em cerca de 10 000 € de negócio local, e pelo que pode apurar localmente, acredita-se que este ano duplicou. O número de visitantes estima-se acima dos 5.000.

E esta é mais do que a evidência Senhora Presidente, que descentralizar as iniciativas é um dos caminhos para dar visibilidade às nossas freguesias. Acreditamos que nas freguesias se pode fazer mais, se pode fazer melhor. Mantendo os Eventos nas freguesias, com o apoio do Município, é possível realizar atividades apelativas e visitáveis, fazendo também com que o mundo rural seja visto de outra forma, ajudando a escoar os produtos locais, privilegiando o nosso vinho, o azeite, o pão, as frutas e outros produtos de altíssima qualidade que todas as nossas freguesias possuem. Parabéns a Vale Telhas, e a todas as freguesias que ousam fazer...

Para o ano lá voltaremos e com certeza que as tradições se manterão por mais gerações.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero pedir desculpa à Mesa, a minha intervenção não tem diretamente a ver com a Informação da Senhora Presidente, mas este capítulo podia ser apenas única e exclusivamente sobre o tema que eu vou falar e tem a ver com uma notícia que saiu no Expresso, faz hoje oito dias, no dia 24 de abril, em que o Senhor *Ricardo Dias Felner* jornalista especializado em gastronomia, redigiu um artigo que tem o título: “Em busca da Alheira perfeita”. O artigo faz um ataque cerrado à Alheira de Mirandela, à Confraria da Alheira, às indústrias produtoras e também à Senhora Presidente, porque é lá visada.

Eu peço que esqueçamos durante cinco minutos o confronto político que nós temos, que é normal nesta Assembleia Municipal e que nos associemos todos e, que respondamos de forma cabal a este artigo, que faz um ataque pessoal às pessoas visadas nessa notícia, que faz um ataque às instituições que são lá mencionadas e também ao nosso *ex libris*, por isso também pedia uma resposta cabal da Senhora Presidente e que nos possamos associar todos nesta defesa.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Relativamente à Informação da Senhora Presidente, apraz-me referir aqui dois ou três aspetos da Informação. A Informação é variada, extensa e há alguns pontos que me suscitaram dúvidas.

Começo por me referir ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia foi um organismo criado para prestar apoio às Juntas de Freguesia no entanto, a comunicação, pelo menos em relação à Junta de Freguesia de Suções, é muito falível, não sei se o será para toda a gente, agora sei que para a Junta de Freguesia de Suções deve haver uma “caixa” qualquer onde os *e-mails* chegam e vão para essa “caixa”, que nunca têm resposta!

Vou-me referir essencialmente a um *e-mail* enviado no dia 21 de março, resultante da reunião da Comissão Permanente, para a qual muito gentilmente Sua Excelência, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, convidou as Juntas de Freguesia. Nessa reunião, fomos informados pelos Técnicos presentes e pelo Senhor Vice-Presidente de que, se nós, Presidentes de Junta, tivéssemos algumas dúvidas e eu tenho muitas sobre o PDM, poderíamos agendar uma reunião, que os Técnicos da Câmara Municipal estariam disponíveis, para nos prestar todo e qualquer esclarecimento. A reunião foi no dia 17 de março, dia 21 de março mandei um *e-mail*, ciente de que me diriam alguma coisa, até ao momento não obtive qualquer resposta. Não sei se os Técnicos não têm disponibilidade, se isso só foi dito na reunião e que na verdade não vai ser cumprido, pelo menos devia ter tido uma resposta ao *e-mail*, passado um mês devia ter tido uma resposta, a esclarecer-me de qual a situação, porque eu continuo a dizer que relativamente ao PDM, eu só tive informação de duas aldeias, não sei o que se passa nem com Pai Torto, nem com Eivados e se ninguém me esclarece, o que eu tenho que dizer às pessoas é que, não sei e se calhar começar a mandá-las à Câmara Municipal, porque não sei se terão mais sorte que eu.

Depois relativamente ao Ponto 2.1.4, espaços de jogos e recreios, parques infantis, eu aqui vou falar dos parques infantis, porque na minha Freguesia há na escola dos Eivados, na escola de Pai Torto e nos Eixes, há parques infantis que estão completamente obsoletos, o dos Eivados não é na escola, é num espaço público, já alertei para isso, completamente obsoletos, com equipamentos que já estão em desuso inclusivamente e que continuam iguais.

Quanto à ginástica sénior, todas as semanas sou confrontada com a ginástica sénior dos seniores da minha Freguesia. Ela funcionou um ano, na escola do 1.º ciclo de Suções, eu cheguei a fazer uma proposta no Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, porque não tenho a escola protocolada, para fazermos um Protocolo e na altura disseram-me que não, que era um caso que necessitava ser pensado, porque é necessário para a ginástica sénior. Não recebi qualquer ofício, podia ser um lapso, mas várias vezes perguntei e o que me foi respondido era que estavam a tratar do assunto, e quando perguntei da última vez, foi-me dito: “O professor de educação física não lhe disse nada?” Eu respondi que não e o que me disseram foi:” Então é porque não vão ter”. Não sei porque é que os seniores de Suções não têm e se é essa a informação, eu quero a informação sobre esse assunto, para esclarecer as pessoas, porque todos os dias me perguntam e eu sei que há vários e a Senhora Presidente de Câmara sabe também, que tinham vários meios, inclusivamente se não quisessem passar pela Presidente de Junta, para contactarem as pessoas.

Só tenho aqui mais um reparo, sobre as refeições escolares, vi que foram abertos os procedimentos concursais, enquanto profissional da educação e ouvindo os pais recentemente e já estive mesmo muito envolvida no setor das refeições, há queixas e eu só peço e faço mais um apelo, é que se tenha em conta o preço/qualidade, mas que não se olhe só ao preço, porque a qualidade tem sido bastante baixa.

Uma Câmara que não trata dos idosos e das crianças, de certeza que será um concelho que não terá grande futuro. Porque as crianças merecem o melhor e que não que olhemos apenas ao preço.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, na sua Informação e eu vou fazer-lhe umas questões muito objetivas e diretas e gostava que a Senhora Presidente, dentro daquilo for possível da sua parte, responda com a objetividade que estes pontos requerem.

No ponto 3.5, onde falamos do serviço de património cultural no ponto 1 o inventário do património cultural que se enquadra no projeto Norte. 06-3559-FSE, diz a Senhora Presidente que o inventário terá que ser feito com a brevidade que é necessária.

A CDU nos finais do ano de 2022, requereu uma reunião com o Vereador que tutela este processo, juntamente com o Arqueólogo *Isidro Gomes*, onde tivemos oportunidade de falar sobre aquilo que estava em causa em termos de inventário do património cultural e o que ficamos a saber sobre essa conversa, é que o serviço que tem por obrigatoriedade fazer o inventário do património cultural depara-se com alguns problemas e com algumas dificuldades, que têm a ver com a falta de meios técnicos e de meios humanos. A pergunta que lhe faço muito objetivamente Senhora Presidente, é saber qual o ponto de situação do inventário do património cultural do nosso concelho?

No ponto 8 do mesmo referido ponto 3.5 do serviço património cultural, a Senhora Presidente fala que, “*O Procedimento em curso da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Mirandela: Apreciação, verificação da informação e construção da listagem para incluir no ANEXO II do regulamento, e nas plantas de ordenamento e condicionantes*”, nós sabemos também que este documento, este procedimento é bastante importante, ou até decisivo, para aquilo que será a aprovação do PDM e a mesma pergunta lhe faço Senhora Presidente, em que situação está este procedimento que é tão importante para aquilo que é a avaliação e a aprovação do PDM da nossa cidade?

Ainda no ponto 3.5, no ponto 12, a Senhora Presidente fala que, “*está em curso o procedimento ESCARPARTE (cofinanciado pela Fundação La Caixa e FCT): Construção do Plano de Salvaguarda a submeter a aprovação da tutela do Património Cultural*”, Senhora Presidente que concurso de procedimento é este, para que seja feita a tal construção do plano de salvaguarda e em que fase é que está?

Concluindo aqui no ponto 3.5 da sua Informação no ponto 13, “*Mapeamento da pintura rupestre existente no Regato das Bouças e Escarpa da Pala. Reuniões de trabalho com os consortes.*”

Senhora Presidente, sabendo nós que há este constrangimento da Divisão da Cultura do Município de Mirandela, como referi atrasadamente sobre a capacidade dos meios técnicos e humanos, gostava de perguntar quem é que está a fazer este mapeamento da pintura rupestre? E como isto está encadeado, ou tem um seguimento da parte da última pergunta que eu lhe faço sobre este assunto é, foi abordado hoje de manhã pela Senhora Presidente e por alguns Senhores Deputados aqui da nossa Assembleia, para saber qual é o ponto de situação do Parque Eólico?

Foi aqui mencionado pela Senhora Presidente e eu gostava que me elucidasse melhor sobre a intervenção que houve, ou por uma notificação que a Câmara Municipal recebeu do Ministério Público, a Senhora Presidente falou dessa intimidação do Ministério Público e eu queria saber concretamente o que é que está em causa? E gostava de saber concretamente o que está em causa porque nós também temos conhecimento dessa informação, em que não só a Câmara Municipal, mas a empresa também foi notificada, obviamente que era importante saber e sabemos também que a obra, neste preciso momento, está embargada pelo Tribunal, por isso é que eu agradecia o seu esclarecimento, na questão de qual foi a notificação que o Ministério Público fez à Câmara Municipal, era para saber qual é a informação contida nessa intimidação, porque das duas três Senhora Presidente, estamos aqui perante uma situação que pode ser um pouco complicada, visto que a Câmara Municipal já foi ressarcida por um contrato de concessão de cerca de 500 mil euros, já o tem na sua posse, a Junta de Freguesia ou Junta dos Compartes dos Passos, já recebeu também uma verba dessa empresa, se tudo aponta para aquilo que está escrito e não quero fazer futurologia, mas poderá estar aqui em causa a conclusão ou construção deste parque. Em que ponto é que está a situação que a Câmara Municipal, provavelmente terá que entregar os 500 mil euros à empresa e a Junta de Freguesia dos Passos a mesma coisa.

Gostava de saber concretamente em que situação está.

Terminando a questão da sua Informação, na página 19 da mesma Informação tem a ver com o Programa 1.º Direito, a Senhora Presidente dá a informação que foram feitas vistorias às habitações propostas para a Operação Pública de Aquisição. Senhora Presidente, gostava de saber quantas vistorias foram feitas? Quantas habitações é que estão na linha de aquisição que esta autarquia tem? Visto que já foram feitas as vistorias a estas habitações, gostava de saber quantas são e qual é o montante que provavelmente estará em causa?

Senhora Presidente, há outra coisa aqui e acho que esta até merece alguma atenção maior da nossa parte, na sua Informação eu pensava que constava uma reunião que houve na Câmara Municipal, no dia 14 deste mês, em que esteve cá a Senhora Ministra da Coesão Territorial, a Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, o Senhor Presidente da Câmara de Castelo Branco, o Senhor Presidente da CCDR-Norte e a Senhora Presidente da CCDR-Centro, juntamente com a Senhora Presidente, no Salão Nobre da nossa Câmara Municipal e é pena esta informação não constar no documento da sua Informação. Aquilo que eu perguntava e me interroga é que, não vindo essa informação na sua folha, visto que esta reunião foi feita no dia 14, que assuntos é que foram tratados de relevância maior entre estas individualidades e como eu falei e para quem me está a ouvir e possa não saber, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro situa-se em Castelo Branco, esteve cá o Presidente da Câmara de Castelo Branco, a CCDR-Centro situa-se em Coimbra, esteve cá a Presidente da CCDR-Centro, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte situa-se em Mirandela, esteve cá o Presidente da CCDR-Norte, juntamente com a Senhora Presidente, portanto, eu gostava de saber, eu não, acho que o Plenário gostava de saber concretamente, o que é que foi tratado nesta reunião tão importante e com tantas individualidades?

Senhora Presidente das duas três, ou tem a capacidade de nos dizer que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte com sede em Mirandela vai sair daqui, em que condições é que vai sair? Que contrapartidas é que vamos ter? eram estas as informações que eu gostava de obter da sua parte.

Em relação, Senhora Presidente aquilo que foi dito aqui, sobre a questão do PDM – Plano Diretor Municipal, aqui o que possa estranhar muito a esta Assembleia, ficou aqui claro hoje que o Plano Diretor Municipal, que vai ser implementado não só no concelho de Mirandela, como nos outros concelhos do país, tem a ver com uma estrutura supra municipal, que são as CCDR's, que impõem, isto ouvi-o da sua boca há pouco, que impõem as normas e os procedimentos que devem ser impostos e digamos que, fica mais claro hoje as preocupações que a CDU demonstrou na altura quando foi feito o negócio entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, o PSD, quando negociaram as CCDR's do país. Portanto, se há aqui alguma questão política que temos que

analisar e a preocupação de todos é essa, mas fica claro que a solução para que a situação dos PDM's a nível nacional se recomponham, tem a ver exatamente com aquilo que são as transferências de competências e a CCDDR não deve estar mandatada para uma coisa para a qual não houve eleições.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar responder de forma sucinta a todas as questões levantadas, relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, de facto as tradições e o levantamento da identidade e das tradições das nossas freguesias são fundamentais, tem havido eventos em algumas freguesias, muitos deles já realizados há muitos anos, outros mais recentes com carácter inovador, associados a produtos tradicionais portanto, todas elas têm a sua identidade, a sua forma de viver estes eventos. De facto o “Serrar da Belha” é um evento que tem crescido bastante, com envolvimento de toda a comunidade, a par de todos os outros que existem em todo o concelho e portanto, a questão da promoção e da comunicação dos eventos é muito importante aliado sempre ao facto de nós termos que ter eventos diferenciadores daquilo que já existe, para podermos ter estes visitantes que querem sentir não só as tradições, mas também o saber fazer. A ideia das tasquinhas já é uma ideia que existe noutros eventos e portanto, associar a gastronomia a estas tradições parece-me uma excelente estratégia para dinamização dos territórios rurais e também das nossas aldeias.

Felicitar em nome do Executivo estas iniciativas, já falei aqui de manhã na Feira do Morango, mas temos outras feiras que nós conhecemos e que vão sendo realizadas ao longo de todo o ano, até porque estas feiras em épocas menos festivas de verão, acabam por atrair mais pessoas e também o aproveitamento para escoar os próprios produtos.

Relativamente ao Expresso e ao lamentável artigo que foi publicado no dia 24 de abril, “Em busca da alheira perfeita”, efetivamente recebi essa comunicação da Associação Comercial Industrial de Mirandela, dando nota que vai fazer um comunicado escrito para dizer a verdade sobre aquilo que é dito, parece-me um artigo de opinião com muitas falsidades, para atingir concretamente um setor de atividade que é fundamental para o concelho e portanto, é uma questão que também estamos a analisar juridicamente e internamente, não por me citar a mim, mas porque efetivamente o jornalismo nem sempre é perfeito e portanto, muitas vezes são estas notícias, ou estes artigos de opinião que estragam alguma reputação que nós sabemos que a Alheira de Mirandela tem, teve e terá sempre.

Por isso agradeço a tomada deste tema, vamos estar atentos, a liberdade de expressão não se pode confundir com o desrespeito pelos produtores, pelos produtos de excelência, até porque a Alheira de Mirandela é um produto IGP - Indicação Geográfica Protegida e portanto, está salvaguardado vamos apoiar aquilo que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela pretender fazer e dar o apoio jurídico necessário.

Julgo que quanto mais nós comunicarmos este artigo, pior para o próprio setor, mas de qualquer forma temos que acompanhar, porque não é inocente a forma como é escrito, a forma como é visível até nas imagens que são publicadas e portanto, sob o ponto de vista da promoção da Alheira de Mirandela e do território, é muito grave aquilo que está que está escrito portanto, agradecer e estamos realmente a acompanhar em conjunto com Associação Comercial Industrial de Mirandela e obviamente a Confraria da Alheira, que também está a analisar o artigo que foi publicado.

Quanto à intervenção do Senhora Presidente da Junta de Suções *Luísa Deimãos*, realmente a reunião com todos os Presidentes de Junta relativamente ao PDM, muitos dos Senhores Presidentes já estiveram com a Dra. *Maria Gouveia*, que foi a pessoa que ficou indicada pela equipa de trabalho de Revisão do PDM para reunir com os Senhores Presidentes de Junta e se ainda não foi convocada para a reunião, vai ser a convocada para a reunião, obviamente que é a perspetiva, aquilo que neste momento podemos fazer é a perspetiva dos Senhores Presidentes, a vossa opinião na cartografia que temos disponível e portanto, julgo que ainda não foram todos convocados, porque entretanto houve outras situações, que a Dra. *Maria Gouveia* teve que realizar e portanto, vai ser naturalmente convocada.

Relativamente aos espaços dos jogos e recreios, parques infantis, por todo o concelho temos alguns parques infantis que estão a ser desmantelados, por um lado pelas décadas que estão nos próprios locais, temos uma Divisão específica que trata da fiscalização dos parques infantis e portanto, não reunindo condições, aquilo que temos optado é por retirar os equipamentos antigos. Esta informação tem que ser dada obviamente aos Técnicos da Câmara que estão com este assunto, para visitarem o local e para retirar os equipamentos. A localização dos parques infantis, bem como a sua manutenção, da sua necessidade nos locais, é depois uma avaliação que tem que ser feita entre o Presidente de Junta e a Divisão que trata destes próprios espaços.

Sei que algumas Juntas de Freguesia estão a fazer investimento com os verbas que são transferidas pela Câmara Municipal para substituir os equipamentos, temos feito alguns parques infantis em algumas aldeias, algumas Freguesias e portanto, naturalmente que Suções faz parte dessa solução.

Em relação à ginástica Sénior na Freguesia de Suções, não tenho informação disponível sobre o que se passou, logo que tenha essa informação, naturalmente que vou transmiti-la à Senhora Presidente de Junta, para que possamos melhorar caso haja algum esclarecimento a dar. A ginástica sénior neste momento está afeta ao Serviço de Desporto Municipal, nós temos a piscina municipal onde temos também aulas de que eles têm que acompanhar com professores de educação física e temos muitas crianças e jovens que usam e bem e idosos que usam e bem a piscina municipal, depois desta fase pandémica em que esteve encerrada e temos outros programas com os idosos e com as crianças. Nós há pelo menos 3 anos fazemos todo transporte escolar, o dos Passos é gratuito, tivemos alargamento do horário em todas as soluções da Câmara Municipal portanto, a Câmara Municipal tem investido quer no alargamento do horário, permitindo aos pais estarem no ensino público até mais tarde e temos também acautelado que os idosos, em conjunto até com a com as autoridades de segurança, quer a PSP quer a GNR tem programas de acompanhamento da segurança de idosos. Tem sido feito um trabalho de proximidade muito grande com eles, também houve através do CLDS um Programa que tinha atividades com idosos e o acompanhamento e portanto, não têm sido esquecidos, porque efetivamente concordo quando diz que: “uma Câmara que não cuida os seus não tem futuro”, mas nós somos todos parte desta solução, em particular para os mais vulneráveis, as crianças, os mais vulneráveis que poderão ser ou não idosos e crianças, mas os Presidentes de Junta têm um papel muito importante neste acompanhamento.

Relativamente às refeições escolares, é um tema recorrente, quer internamente, quer até com outras Câmaras Municipais, o preço aumenta substancialmente, também os preços dos alimentos aumentaram substancialmente, mas de facto temos algumas empresas

com os quais não temos qualquer problema na sua confeção, na sua qualidade e temos de forma recorrente problemas com outras empresas, as medidas de mitigação que nós implementamos foi o acompanhamento esporádico por amostragem dos trabalhadores municipais nas cantinas escolares e portanto, o que eu vou pedir era para fazerem chegar essa informação, o Agrupamento de Escolas tem conhecimento desse acompanhamento, porque apesar de ser a Câmara que paga e faz concursos públicos, já estamos a trabalhar para o ano letivo 2023/2024, mas efetivamente as refeições, são os professores, são os diretores, é o Agrupamento de Escolas que têm mais contacto direto com a produção.

Aqui há uns anos as refeições escolares eram confeccionadas por pessoas locais, neste momento já há muitos anos que a Câmara contrata empresas de prestação de serviços que servem estas refeições, transportadas ou não. Com algumas empresas não há problema algum, aliás, há muito cuidado com a confeção dos alimentos, as senhoras contratadas são sempre da localidade e portanto, conhecem há muito tempo os fornecedores locais e não tem havido problemas, noutras tem havido sempre problemas. Vamos tentar melhorar, mas é uma situação que nos preocupa.

Quanto é intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente ao inventário do património cultural, nós aprovamos em Reunião de Câmara e aqui, já no anterior mandato, dois Técnicos Superiores altamente qualificados, que trabalham connosco no Serviço de Património Cultural, têm feito um trabalho de excelência, quer no inventário do património, quer até na gestão o nosso Museu *Armindo Teixeira Lopes* e portanto, são dois recursos humanos que, conjunto com os outros Técnicos Superiores do quadro da Câmara Municipal, têm feito muito trabalho no inventário do património, mas também no apoio a outras valências da Câmara Municipal.

Recentemente e felizmente temos um arquiteto afeto ao Serviço Património Cultural, que é uma mais-valia muito grande, quer na inventariação, quer também na qualificação de alguns espaços ligados ao próprio património.

Relativamente ao Plano Diretor Municipal, eu julgo que a questão que colocou foi respondida, na íntegra, no período da manhã e a relativamente ao Programa Escarpate, é um programa que já foi aqui também falado, É um contrato de consórcio que temos entre o MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação do IPB, que é o chefe do Consórcio, o Município de Mirandela, a Faculdade Letras da Universidade do Porto e a Octopetala Lda. que é responsável por partes do projeto e para isto dizer que, a nível financeiro temos a Câmara a apoiar uma parte e a Fundação La Caixa, como falamos de manhã, a apoiar outra parte do projeto. Tem o valor financeiro global de 201 mil euros, sendo 105 mil euros financiados pela Fundação La Caixa, em conjunto com o BPI e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o restante, 95 mil euros, correspondente à parte de investimento apoiada pelo Município de Mirandela.

O valor financeiro para o Município repartido por 3 anos, sendo o Chefe do Consórcio MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação do IPB, este contrato Consórcio tem aqui obrigações contratuais, onde se inclui o plano de salvaguarda a submeter à aprovação da tutela do património cultural e portanto, entre parte financeira e as questões relacionadas com as atividades de cada um dos parceiros, cada parceiro tem as suas responsabilidades a nível contratual, quer o Laboratório Colaborativo, quer as investigadoras de arqueologia, quer também a empresa que também participa aqui neste projeto.

Já por várias vezes falou aqui neste Programa, tinha a ideia que já tínhamos discutido aqui este contrato de consórcio, foi uma candidatura que foi conjunta entre estas entidades.

Relativamente à obra, também tem a ver com a situação que falei de manhã, a obra não está de facto de embarcada, porque ainda não arrancou. Nós neste momento, como disse de manhã, houve o pedido de prorrogação da licença de construção e como também já referi, ainda não foi respondido, está a ser feita a análise, mas pode vir a ficar suspensa a licença.

Quanto à operação pública de aquisição, fizemos 19 vistorias a 19 habitações, o júri ainda não decidiu, mas a grande maioria das habitações, em princípio reunirá as condições para podermos intervir no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

Relativamente à reunião com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, com a Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, com o Senhor Presidente da CCDR-Norte, com a Senhora Presidente da CCDR-Centro, que por acaso é uma mirandense e com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, efetivamente houve uma reunião de trabalho, não foi anunciada porque era uma reunião essencialmente para falarmos da nossa preocupação, quer Mirandela, quer Castelo Branco, com as sedes das Direções Regionais quer do Norte, quer do Centro, porque todos sabem que a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte é em Mirandela, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro é em Castelo Branco e portanto, nós tínhamos ido a uma reunião em Castelo Branco com a Senhora Ministra da Coesão Territorial a convite do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco e nessa reunião combinamos uma reunião em Mirandela, onde estariam também os Presidentes da CCDR-Norte e CCDR-Centro, obviamente a nossa preocupação é de facto a integração das competências da agricultura na CCDR e como é óbvio, a preocupação do centro de decisão não só da agricultura, mas também da eventualidade de ter outras competências da CCDR e portanto, vamos obviamente trabalhar neste processo. Aquilo que ficou mais ou menos garantido e decidido, é que a Vice-Presidência para agricultura, pelo menos no norte, ficará sempre em Mirandela, ainda não está contratualizado obviamente, mas tratando-se de um instituto público a sede vai ser depois decidida em Conselho Regional no norte todo. Obviamente que temos todo o interesse em ter sedes de institutos públicos ou sedes de serviços desconcentrados e portanto, pedia a todos também a vossa união em torno deste desafio que é imenso e não é, nem do PS, nem do PSD, nem do CDS, nem da CDU, nem dos Independentes, é de Mirandela, é dos transmontanos e portanto, contamos com todos, com esta força que temos que ter, para que consigamos juntos até com o apoio da agricultura, consigamos este grande desígnio que temos, este desafio pela frente e vamos ter que o conseguir.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu fiz-lhe perguntas muito objetivas e concretas.

Quem é que está a fazer o mapeamento das pinturas rupestres? A Senhora Presidente falou-me de um Acordo, nós sabemos qual é o Acordo, que existe entre a Fundação La Caixa, e o IPB, eu quero saber concretamente quem é que está a fazer o mapeamento das pinturas rupestres.

Senhora Presidente, há aqui outra questão que é importante e que também não ficou clara, como lhe disse nós tivemos uma reunião com a Divisão da Cultura da Câmara Municipal e há aqui um ponto que ficou claro, a Senhora Presidente informou que houve a aprovação de dois Técnicos para esta Divisão, mas nós sabemos que estes dois Técnicos são precários, como já havia dois Técnicos

da Câmara Municipal que eram precários, acabaram o contrato e tiveram que ir embora. Começamos a perceber aqui as dificuldades daquilo que é o funcionamento, ou o normal funcionamento das instituições dentro da Câmara Municipal, recorrendo a este subsistema da precarização dos trabalhadores, em que desenvolvem o trabalho, acaba o contrato e vão embora e vêm outros dois que começam tudo de novo e aqui é que se coloca a questão que eu lhe falei há pouco, eu quero saber é como é que está a verificação da informação e da construção, para incluir no anexo II do Regulamento do PDM e nas plantas de ordenamento e condicionantes

Porque este ponto aqui, é aquilo que vai decidir aquilo que é depois o PDM Senhora Presidente, e eu quero saber em que ponto é que está, para não estarmos aqui a discutir uma coisa que provavelmente ainda não está a ser feita, que já devia estar a ser feita, e provavelmente não esta a ser feita porque não temos recursos técnicos, nem humanos para o fazer e depois vão-nos arranjar aqui subterfúgios, que vão condicionar provavelmente esta aprovação.

E agora Senhora Presidente, na questão da reunião, eu esqueci-me de mencionar há pouco que estiveram presentes os dois Senhores Deputados eleitos pelo Partido Socialista na reunião, eu fi-lo propositadamente, não mencionei há pouco, mas menciono agora, estiveram cá os dois Senhores Deputados eleitos pelo Partido Socialista na reunião, a Dr.<sup>a</sup> *Berta Nunes* e o Professor *Sobrinho Teixeira*, mas também foi convidado o Senhor Deputado eleito pelo Partido Social Democrata e não veio e obviamente que isto aqui nos faz tirar duas ilações, ou o PSD como esteve sempre de acordo com esta transferência de competências para as CCDR's, porque isto foi um negócio feito entre o PSD e o PS, não foi agora, foi feito há uns anos atrás e a Senhora Presidente sabe tão bem ou melhor do que eu como é que foi negociado, mas o que fica aqui expresso é que o Senhor Deputado eleito pelo PSD não veio, porque está de acordo com aquilo que vai ser feito à transferência de competências nesta matéria, mas não quer ficar na fotografia como também fazendo parte deste estratagema, Senhora Presidente.

E o importante, quando a Senhora Presidente nos pede para que estejamos todos juntos na defesa daquilo que é o melhor para Mirandela, Senhora Presidente eu só posso estar juntamente consigo, nesta luta que vamos travar e que não vai ser pequena, se eu souber o que é que está em causa, o que é que Mirandela vai perder e a Senhora Presidente tem que nos dizer claramente o que é que Mirandela vai perder com esta transferência e o que é que Mirandela vai ganhar, porque só assim é que eu posso dizer, Senhora Presidente eu estou consigo porque Mirandela vai ganhar mais do que vai perder. Agora Senhora Presidente, eu não vou passar um "cheque em branco" e depois chegados ao fim deste processo e Mirandela perdeu mais do que ganhou, para fazermos a satisfação e o gaudio dos políticos que vivem em Lisboa, centralmente e que estão pura e simplesmente a pensar naquilo que é a sua eleição política e que quem cá está, como se diz em Braga: "o último que feche a porta"!

Senhora Presidente eu só estou consigo neste processo, se a Senhora Presidente for clara e me disser o que é que está em causa, o que é que Mirandela vai ganhar com esta transferência e o que é que Mirandela vai perder com esta transferência e eu e o meu partido iremos ponderar e só a partir daí é que poderemos estar com a Senhora Presidente nesta luta.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente eu não me devia ter explicado bem, ou então houve aqui uma dificuldade de comunicação. Eu comecei a minha intervenção por falar no Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e nas não respostas, e as não respostas que obtenho, ou a falta de comunicação que há entre a Junta de Freguesia de Suções, não sei se entre as outras, e o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.

Eu não disse que não fui ouvida, aliás, eu já disse aqui que já tive reunião com a Dr.<sup>a</sup> *Maria Gouveia*, neste mesmo lugar, já disse que tive essa reunião, só que nessa reunião só me foi apresentado o PDM para duas aldeias da minha Freguesia, Suções e Eixes e a Freguesia tem quatro aldeias. Eu digo sempre, eu não tenho respostas, não sei o que se passa com Eivados, nem com Pai Torto, na altura a Dr.<sup>a</sup> *Maria Gouveia*, disse-me que provavelmente ainda não tinham feito o levantamento das aldeias de Pai Torto e dos Eivados e eu fiquei à espera.

Também me referi a um ofício que enviei e o ofício foi decorrente de uma reunião onde estive, que era da Comissão Permanente e que gentilmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos endereçou, aos Presidentes de Junta e aí estavam os Técnicos do Município, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Presidentes de Junta e elementos da Comissão Permanente, assim como a Mesa da Assembleia Municipal e foram disponibilizadas reuniões com os Técnicos da Câmara Municipal para prestarem qualquer tipo de esclarecimento aos Presidentes de Junta, a reunião foi no dia 17 de março, eu mandei o ofício no dia 21 de março, endereçado à Senhora Presidente a pedir essa reunião e até hoje nada sei. Nem se os Técnicos estão muito ocupados e que não podem receber, se o *e-mail* foi bater a algum lado e ninguém se lembra dele, eu só queria essa resposta, porque realmente eu já reuni, a Junta de Freguesia de Suções já reuniu com a Dr.<sup>a</sup> *Maria Gouveia*, agora não teve foi as respostas que pretendia, tenho feito as perguntas aqui neste local, já é a segunda vez e mandei ofício e passado este tempo todo, acho que merecia uma resposta, nem que fosse para me dizerem que os Técnicos não têm disponibilidade. Eu só fiz o ofício no seguimento do que foi dito naquela reunião e era isso que eu gostava de saber.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* e ao mapeamento, obviamente que o mapeamento está integrado neste Consórcio, são os cientistas e investigadores que fazem o mapeamento.

Relativamente aos dois Técnicos, foram contratados no âmbito de uma candidatura de técnicos altamente qualificados, a precariedade são contratos de trabalho por um determinado período em que estes contratos são apoiados financeiramente e depois a Câmara tem um outro período que não tem comparticipação e portanto são pagos integralmente pela Câmara Municipal, têm mestrados ou doutoramentos e portanto, são contratos de trabalho, não são precários, são contratos de trabalho, não sei ao que é que o Senhor Deputado se refere, mas aquilo que lhe posso dizer é que, neste momento estão a trabalhar, estão a trabalhar muito bem estes temas e é sempre bom ter o conhecimento na Câmara Municipal.

Relativamente ao anexo 2 da verificação é uma situação que está em curso, ou seja, ainda não está concluído e relativamente aos convidados, a Câmara Municipal convidou todos os Deputados eleitos pelo distrito de Bragança e pelo distrito de Castelo Branco,

para estarem presentes na reunião, efetivamente só os Deputados de Bragança eleitos pelo PS estiveram presentes, mas não tiraria essas ilações da posição política do Deputado do PSD, até porque não estando presente poderia não ter essa oportunidade.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente da Junta Freguesia de Suções *Luísa Deimãos*, a Freguesia tem efetivamente quatro aldeias, falta fazer então Pai Torto e Eivados, a reunião, segundo recebi informação, está agendada para dia 9 de maio e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia já esteve reunida com o Vereador *Vítor Correia*, segundo a informação que tive há relativamente pouco tempo.

Relativamente à reunião da Comissão Permanente, esta foi uma reunião onde estiveram todos os Presidentes de Junta de Freguesia, onde foi apresentado o PDM, vamos verificar o ofício que enviou para o agendamento com os Técnicos também do PDM, segundo o percebi.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, obviamente que quando falei nos dois Técnicos que entraram para a Câmara Municipal, têm um contrato de trabalho, nós sabemos, mas o facto de terem um contrato de trabalho não quer dizer que não seja precário.

Senhora Presidente, qual é a duração do contrato de trabalho destes dois Técnicos?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não percebi a questão que foi levantada, de qualquer forma eu expliquei que os dois Técnicos são recursos altamente qualificados, foi uma candidatura, eu vou confirmar a duração do contrato e informarei.

#### **4.2 - Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23/02/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Diagnóstico e Plano Municipal para a Igualdade, conforme proposto.”**

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Quando entramos na pandemia, ouviam-se várias frases motivacionais de apoio e, a que me dava mais esperança era “Vamos sair disto como pessoas melhores”. Alguns saímos, outros nem por isso... Mas, ao deparar-me com este documento fico feliz por verificar que, pelo menos, algumas pessoas pensaram numa maneira de “dar vida” a tal frase.

O Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação é uma medida preventiva e corretiva, que busca garantir a igualdade de tratamento e oportunidades para todos os cidadãos da comunidade. O objetivo deste plano é promover a inclusão social, o respeito à diversidade e o combate a qualquer forma de discriminação, seja ela por gênero, idade, etnia, orientação sexual, religião, deficiência, rendimento, grau de instrução ou local de residência. Para que este plano seja efetivo, é necessário que seja elaborado em conjunto com diversos setores da sociedade, como órgãos públicos, organizações da sociedade civil e grupos minoritários.

Confesso que analisei este diagnóstico e fiquei rendida a todos os objetivos propostos, bem como a cada medida associada para atingir o mesmo: todas elas nos levam a mudanças de mentalidades e comportamentos. E todos nós podemos e devemos, enquanto cidadãos e eleitos locais, promover estas práticas ao invés de instigar o ódio.

Este instrumento deveria ser um livro que, todas as noites deveria estar na nossa mesa-de-cabeceira para que, ao final da correria do dia-a-dia pudéssemos analisar, pensar e sonhar nas soluções e implementa-las no dia seguinte.

Em última análise, termino afirmando que o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação não é apenas um documento político, mas sim uma visão e missão coletiva para um futuro melhor.

Grata pela vossa atenção.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU considera de inegável importância a criação de instrumentos, incluindo na esfera municipal, que possam contribuir, quer no plano do diagnóstico, nas orientações concretas para a concretização das competências do poder local.

Compreendemos que os instrumentos que hoje são apresentados decorrem do cumprimento da legislação em vigor e na persecução da agenda da CIM-TTM, que preside ao fomento de protocolos com as Câmaras Municipais. Contudo, consideramos que as orientações que advêm dos planos na área da igualdade e não discriminação emanados dos governos, são manifestamente insuficientes nas medidas que preconizam e com muito fraco alcance social, os objetivos que pretendem alcançar.

Desde logo, porque centra a concretização da igualdade e não discriminação, na mudança de mentalidade e no combate aos estereótipos, como responsabilidades no Governo e nos órgãos do poder local. O combate que naturalmente tem de ser levado a cabo, com a dimensão de uma nova pedagogia assente no combate a todo o tipo de discriminações e estereótipos.

Mas esta nova pedagogia que deve ser dinamizada a partir dos serviços dos órgãos do poder central e local, na sua ligação com as forças vivas e com a população em geral, tem de ser acompanhada com políticas públicas, concretas, que criem as condições para o exercício dos direitos e para a igualdade no trabalho e na vida. Para tal não basta promover os valores da igualdade e não discriminação remetidos para a responsabilidade individual e para a circunstâncias económicas e sociais de cada um.

O assédio moral nos locais de trabalho, porque têm filhos a cargo, porque querem ser mães, porque querem exercer os direitos de parentalidade, porque pelo facto de serem mulheres acham que são mais frágeis e não se conseguem defender, associada à falta de oportunidades de emprego, tornando-as reféns destas situações, continuam a ser as mulheres as que mais enchem as fileiras do desemprego, que ganham em média os salários mais baixos e que exercem os trabalhos mais precários. Mas são também elas que abdicam do seu emprego quando não há creches para deixar ficar o filho, ou quando os pais adoecem.

O isolamento das mulheres nas zonas rurais muitas vezes sem forma de se deslocarem, muito vulneráveis às inúmeras violências, entre elas, a violência doméstica. No quadro político marcado pelas consequências da ação do Governo pelas opções de não conter o aumento brutal do custo de vida, de continuar a desinvestir em importantes serviços públicos, como o Serviço Nacional de Saúde, com a falta de investimento público na promoção do emprego e no combate à desertificação, está objetivamente a consolidar dinâmicas de atraso e desigualdade, que negam às mulheres a igualdade e não discriminação, como alimentam a perpetuação de outras dimensões das desigualdades e não discriminação.

Acresce que este combate não é feito com a transferência de responsabilidades para as autarquias, nem em novos domínios, comprometendo a igualdade em todo o território nacional, no acesso às importantes funções sociais e colocando as autarquias a assumir novos cargos para os quais não têm meios para o concretizar.

Outro exemplo, é o fraco alcance social de combate e prevenção à violência doméstica, quando se passa as responsabilidades para as autarquias e organizações que intervêm no terreno, sem as articulações devidas que possam contribuir para os serviços articulados e com respostas próximas e eficazes às mulheres.

O Plano que é apresentado limita-se a um trabalho de diagnóstico e sensibilização que são importantes, mas que terão um fraco alcance social, porque passa ao lado das medidas estruturantes que têm de ser tomadas pelo poder central, que criem condições objetivas e subjetivas para a irradicação de todo o tipo de discriminações, para as quais é fundamental combater o agravamento das desigualdades, na distribuição do rendimento nacional, no acesso aos serviços públicos na saúde, na educação, ou de apoio às mulheres vítimas de violência.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que este Diagnóstico e este Plano Municipal de Igualdade é um instrumento de gestão da política global orientadora da não discriminação em geral, dizer também que é uma estratégia de integração de perspectiva de género e de não discriminação, em todas as políticas e ações que são promovidas pela Câmara Municipal de Mirandela e foi com este objetivos, como poderão também ler no Diagnóstico Municipal para a igualdade e a não Discriminação, que foram delineados já em 2013, na elaboração do último Plano Municipal para a Igualdade, que se transpôs agora para a realidade local as diretivas internacionais e nacionais em matérias humanas, da promoção de uma cidadania participativa, proactiva e de valorização das pessoas e por isso, a CIM-TTM elaborou uma Candidatura POISE, na tipologia 1.06 e nós participamos obviamente nesta Candidatura e portanto, foi aprovado em Reunião de Câmara por unanimidade.

Julgo que é importante termos um Plano Municipal para a Igualdade e a não Discriminação para este triénio 2022/2025, do Município de Mirandela.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.3 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório Anual 2022.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/04/2023, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.  
Submeter este relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para informar que as contas foram certificadas para o nosso Revisor Oficial de Contas, o Relatório é do conhecimento de todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta e portanto, vamos a seguir discutir o documento base da Prestação de Contas para o ano 2022.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.4 - Prestação de Contas 2022.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/04/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2022 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Do documento em discussão e votação, da Prestação de Contas 2022, posteriormente à sua impressão e envio aos Senhores Deputados, foi dado conta de um lapso, lapso de redação, não um lapso material, nem de conteúdo.

Para o efeito foi enviada, ainda ontem, a errata a esta Prestação de Contas 2022, identificando onde se encontravam os lapsos, são eles:

- Na página 23, que diz respeito ao quadro 8 e na página 24, o gráfico número 11.

Com efeito, após a impressão do documento como eu dizia e da superlativa análise desta Prestação de Contas, foram identificadas duas situações que mereceram de facto melhor atenção e que importava corrigir, nomeadamente o quadro 8, despesa corrente que está vertido, ou seja, nesta tabela de excel ele não assumiu no campo total da despesa corrente o somatório das colunas. Relativamente ao gráfico 11 da página 24, o valor correspondente às remunerações de 2022, foi considerado o valor total da rubrica das despesas com o pessoal e não o valor apenas das remunerações, o que terá induzido em erro a análise efetuada. Importa referir que se trata apenas de erros de redação. Em devido tempo foi enviado um *e-mail* com estas explicações, bem como a errata. Serviu esta explicação para o caso de algum Senhor Deputado não ter tido a oportunidade entre ontem e hoje de ter acesso ao conteúdo da referida errata.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de mais, Senhora Presidente, gostava que não me respondesse de forma sucinta, como disse há pouco, queria que me respondesse de forma objetiva.

Eu só venho aqui fazer uma série de perguntas, uma análise mais técnica parece-me que é da competência da Vereação e portanto, aquilo que nos suscitou naquele documento foram algumas perguntas e passo a enumerá-las:

- As alterações efetuadas no Orçamento alteraram o quê? O que é que essas alterações no Orçamento provocaram?
- Em que medida está o Executivo a acautelar estes reveses, que estas alterações modificativas provocarão nos anos futuros?
- Quais as obras que saíram do Orçamento e que provocaram essas alterações?
- São as mesmas obras que ao longo dos anos vão sendo adiadas e provocam as sucessivas alterações orçamentais?
- A anunciada redução de dívida em 2 milhões de euros, foram pagos com a redução dos projetos cofinanciados, ou com base no alargar do prazo de pagamento a fornecedores, tal como consta na rubrica “outras dívidas a terceiros”, no Inventário apresentado?

Fugindo agora um bocadinho, surgiu-nos também esta situação, que implicou deliberações desta Assembleia e que nos preocupa, do empréstimo do Banco Europeu de Investimento, Senhora Presidente, sabemos que veio muito pouco dinheiro, ao que parece, 500 mil euros, o resto como é que vai ser? Vai ficar por aí? Como é que vão resolver esse problema?

Quais as aplicações desde constrangimento na vida Financeira da Câmara?

Onde é que vão conseguir os restantes 4 milhões de euros? Vamos ter um novo Orçamento Retificativo na receita? A despesa está comprometida, não há grandes hipóteses, logo não vamos ter obra! Estamos aqui todos a falar em questões de saneamentos, PDM e por aí fora, mas depois temos de tirar de um lado para meter no outro! Alguma coisa vai acontecer.

Vamos perder verbas do Quadro Comunitário por causa disto?

Estas questões preocupam-nos e temos receio, para não dizermos que temos a certeza, que irá comprometer o desenvolvimento e o futuro deste Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, sem querer alongar-me muito nesta análise e fazendo uma análise muito sucinta das contas e da Prestação de Contas de 2022, quero destacar aqui meia dúzia de números que me parecem completamente importantes e que devem ser salientados na sequência de uma boa, a nosso ver, uma boa execução e uma boa Prestação de Contas do ano passado.

Nós temos aqui umas contas de um total de ativo de cerca de 72,5 milhões de euros, um total de rendimentos de aproximadamente 27 milhões de euros, um total de gastos de menos 25 milhões de euros que efetivam um resultado líquido de aproximadamente de 2 milhões de euros, no ano de 2022.

A nível do desempenho orçamental, temos uma receita que ronda os 31,6 milhões de euros e uma despesa abaixo da receita mais ou menos por 1 milhão

Há aqui pontos que são importantes de ressaltar, porque temos aqui uma dívida total apurada de cerca de 12 milhões de euros, dos quais são relevantes, para o limite de endividamento, pouco mais de 11 milhões de euros, o que permite manter uma margem útil de endividamento da Câmara Municipal de cerca de 4 milhões de euros.

Nós não nos podemos esquecer que em 2017, quando chegamos à Câmara Municipal, a Câmara Municipal estava num processo de saneamento financeiro, estava num processo que o excesso de endividamento de anos anteriores e de uma sequência de anos, eu depois nos Outros Assuntos farei aí a contabilidade correta, que já tiveram a amabilidade de me chamar a atenção sobre as contas que fiz na primeira intervenção da manhã, mas o que é certo é que há aqui uma perspetiva de evolução positiva.

Considerando o princípio de equilíbrio orçamental, há ainda uma receita corrente bruta de 23,3 milhões de euros, uma despesa corrente de 19 milhões de euros e um montante de amortizações médias dos empréstimos a longo e médio prazo, que também contribuem para a sustentabilidade do Município de cerca de 1 milhão de euros, o que volta a permitir que haja um cumprimento de equilíbrio financeiro por uma margem novamente acima dos 3 milhões de euros.

A nível da execução orçamental, nós temos uma execução orçamental de 31,3 milhões de euros, o que faz com que mais uma vez se cifre na ordem dos 75 %, o que vem a ser uma conta quase constante, nestes últimos seis anos de governação, nos últimos dez anos, que são os dados que nos são apresentados, pelo menos na documentação que nos foi enviada para estudo nesta Assembleia, nós temos pouco, é basicamente uma média em que houve poucos anos acima deste valor de execução, obviamente que temos os orçamentos retificativos, mas que são uma consequência e nós não nos podemos esquecer da dificuldade que este ano tem sido a nível de manter orçamentos viáveis, dado o valor altíssimo da inflação a que estamos todos sujeitos, sejamos nós em nome individual, sejam as empresas e os municípios em nome coletivo.

Há ainda uma melhoria que também acho que é de salientar, uma melhoria significativa na receita, na recolha de receita de água, do saneamento, dos resíduos, do estacionamento, do Parque de Campismo e da residência de estudantes, o que faz com que haja aqui um cuidado extra, com esta parte do cuidado de manter a receita de uma forma constante e de uma forma justa e equitativa para o Município.

Nós não nos podemos alhear e foi aqui falado já, nós não nos podemos alhear de que, de facto, há uma série de projetos participados e cofinanciados em curso e portanto, nós temos um montante de execução de aproximadamente seis milhões de euros, o que faz com que todos consigamos perceber, é só uma questão de dar uma volta a Mirandela, que efetivamente depois de uma altura de estagnação, digamos assim, temos imensas obras em curso, algumas delas muito importantes do ponto de vista de mobilidade, outras do ponto de vista do turismo e todas, todas, importantes para o Município e para os mirandelenses.

Nós também verificamos, na análise que foi feita, um aumento total de balanço de quase 10% face a 2021, e um aumento de 7% no património líquido e quase 20 % no passivo e no ativo destacamos aqui o aumento dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis, sendo que apesar do elevado volume de depreciação e amortizações, houve um aumento de quase sete milhões de euros, significando que o investimento que está a ser feito, tem compensado completamente a desvalorização geral, ou seja, sem me querer alongar muito mais, parece-nos que esta Prestação de Contas, vem no seguimento dos anos anteriores, mantendo a trajetória positiva e correta da recuperação e de consolidação responsável e sustentada das contas e da saúde financeira do Município, que tem sido apanágio deste Executivo, da maneira que foi também do Executivo passado, de nunca mais termos uma situação que nos envie novamente para uma situação de auxílio financeiro, como a que estávamos quando das eleições de 2017.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, confesso que estava com muitas expectativa nas questões que queria levantar e, de facto, a Prestação de Contas merece que tenhamos aqui grandes números, relativamente ao nosso desempenho do ano de 2022 e portanto, eu gostava de antes de fazer a resposta às questões, dizer aqui os grandes números desta Prestação de Contas.

Os documentos da Prestação de Contas do Município de Mirandela, relativamente ao ano 2022, compreendem um total de ativo de 72,6 milhões de euros, um total de rendimentos de 26,8 milhões de euros, um total de gastos de 24,8 milhões de euros e um resultado líquido de 1,9 milhões de euros.

O Desempenho Orçamental espelha um total de receita de 31,6 milhões de euros e um total de despesa de 31,2 milhões de euros.

À data da elaboração da Prestação de Contas, com reporte a 31 de dezembro de 2022, é apresentado um limite da dívida total de 30,5 milhões de euros, sendo a dívida total apurada de 12,6 milhões de euros, dos quais são relevantes para os cálculos de endividamento 11,1 milhões de euros, que representa uma margem utilizável para endividamento de 3,8 milhões de euros.

Aferindo o Princípio do Equilíbrio Orçamental, apresenta-se uma receita corrente bruta de 23,3 milhões de euros, uma despesa corrente de 19 milhões de euros e um montante de amortizações médias de empréstimos de médio/longo prazo de 972 mil euros, o que resultou numa margem de 3,2 milhões de euros, sendo largamente cumprido o princípio do equilíbrio orçamental.

O ano de 2022 começou logo com uma grande pressão inflacionista, que encontrou no início da Guerra da Ucrânia, provocada pela invasão Russa, o carburante ideal para crescer e se espalhar generalizadamente. Como temos um impacto direto nas famílias, os municípios também têm um impacto direto da inflação. E por isso, o ano de 2022, foi também preparado por nós, para ser finalmente um grande ano de execução de uma panóplia significativa de investimentos, com grande impacto na vida dos mirandelenses, aproveitando os Fundos Europeus do Plano de Recuperação e Resiliência e do Programa de Assistência para a Coesão dos Territórios da Europa, como forma de complementar o desenvolvimento e o investimento local, promovendo também a Saúde Pública, a Educação e o Desenvolvimento Económico e Social.

Identificaram-se e trabalharam-se como prioritários investimentos estruturais ao nível das infraestruturas básicas referentes às condições de vida das populações, como o abastecimento de água e redes de saneamento, habitação e mobilidade, com destaque, neste caso, para os desígnios da Estratégia Local de Habitação, procurando mitigar também os riscos de desigualdades sociais e económicas e, no limite, o risco de exclusão social, tão agravados que foram desde o início da Pandemia.

Assim, o Orçamento Municipal para o ano, totalizava o excepcional montante de 46 milhões de euros, dos quais 26,9 milhões de euros em despesa corrente e 22,6 milhões de euros em despesa de capital.

As expectativas em 2022 eram, de facto, muito altas, tendo-se conseguido atingir uma execução de 31,2 milhões de euros, sendo 19 milhões de euros de despesa corrente e 12,2 milhões de euros de despesa de capital.

Assim, verificamos que houve um aumento de 25% na despesa de capital, sendo este resultado um indicador inequívoco do esforço desenvolvido em termos de investimento. Apesar de todas as dificuldades do ano de 2022 e estamos em crer que o ano de 2023, vai ser ainda mais difícil, o Município conseguiu contabilizar 31,6 milhões de euros de receita e, ainda que com um grau de execução a rondar os 74%, foi um dos anos com maior execução orçamental.

No que diz respeito à despesa, destacamos também o aumento nos gastos com o pessoal, com um acréscimo de 1,6 milhões de euros face ao ano de 2021, sendo que já em 2021 tinham subido significativamente. Este aumento de despesa é justificado pela integração dos trabalhadores provenientes da transferência de competências e pelos sucessivos aumentos salariais que têm ocorrido nos últimos anos e que têm efetivamente uma repercussão direta no nosso orçamento.

Ao nível de aquisição de bens, tivemos uma diminuição na ordem de 1,1 milhões de euros, com diminuições na aquisição de matérias-primas e subsidiárias, vestuário e artigos pessoais, mas também na aquisição de água com a estabilização da despesa, o ano 2021 foi marcado por regularizações de dívidas de anos anteriores.

Na aquisição de serviços a diminuição foi menor, também sustentada na diminuição da despesa com o saneamento, em 2021 tinha sido superior devido à já mencionada regularização de dívidas anteriores, uma vez que, em sentido oposto, a generalidade das rubricas subiu, muito por força da inflação, havendo aumentos significativos, por exemplo, nos encargos com instalações, conservação de bens, transportes escolares, vigilância e também iluminação pública, que teve praticamente estabilizada pelo investimento que tem sido feito nas lâmpadas LED, senão seria uma situação muito mais complicada, como tem sido com o gás nas piscinas.

No que concerne aos apoios dados pelo Município, também tivemos um aumento de mais de 100 mil euros nas transferências para instituições sem fins lucrativos, fazendo todos os possíveis por ajudar a manter as respostas que todas estas instituições providenciam à comunidade. As restantes rubricas de transferências sofreram uma diminuição justificada pela necessidade de alocar recursos financeiros e monetários à execução de um grande número de obras participadas por fundos comunitários em execução. Também foram contabilizadas as despesas com as Políticas Ativas de Emprego e Formação Profissional que se mantiveram acima de meio milhão de euros, continuando a apostar-se no compromisso com as políticas de inserção no mercado de trabalho, para o combate à inatividade e também o apoio aos rendimentos das famílias.

Os projetos iniciados e projetados para 2020, que tiveram depois início em 2021, com o arranque de várias empreitadas vieram conhecer também um impulso decisivo em 2022, com o desenrolar de um importante conjunto de investimentos no concelho, aproveitando também o apoio de fundos comunitários.

Apesar das vicissitudes e apresentando a resposta possível, conseguimos uma receita cobrada líquida de 31,6 milhões de euros, o que permitiu acomodar a despesa necessária à atividade do Município e às questões emergentes, apesar da progressiva descida de receita de IRS, sendo que devemos destacar o bom desempenho na restante cobrança de impostos pelo dinamismo demonstrado nomeadamente, pelo mercado imobiliário local. Destacamos obviamente a melhoria da execução da receita, nos setores da água, saneamento e resíduos, estacionamento, parque de campismo e também, como foi referido pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco*, a residência de estudantes.

A forte participação comunitária em projetos cofinanciados atingiu o montante de 5 milhões de euros. Relativamente às demonstrações financeiras, verificamos um excelente desempenho económico financeiro apurando um saldo positivo de 1,9 milhões de euros.

A atividade do Município foi muito condicionada pelas circunstâncias que já referimos, que são sobejamente conhecidas de todos, que implicaram um aumento significativo nos preços e maiores dificuldades na adjudicação de contratos. Estamos a falar da Contratação Pública. Ainda assim, a única rubrica de gastos que subiu significativamente foi a dos juros pagos, ainda que os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal e as amortizações e depreciações também tenham subido. Em boa verdade, pagou-se mais por menos. Não é menos importância o facto de as empreitadas em curso não se traduzirem ainda em gastos, uma vez que apenas quando terminarem e forem inventariadas começarão a dar origem a amortizações e depreciações.

Sendo a Câmara Municipal de Mirandela o órgão autárquico a quem, por excelência cabe gerir o Município, o seu Património e os desígnios coletivos dos mirandelenses, renovam-se nesta Prestação de Contas de 2022 os votos de tudo ter sido feito e tudo procurar fazer para levar a bom porto a Missão que perseguimos: Atender às necessidades e às expectativas dos cidadãos, trabalhando em prol de um município sustentável, coeso e competitivo.

Um agradecimento muito especial a todos os Técnicos que trabalham arduamente nestes documentos, Relatório de Atividades, Prestação de Contas e Inventário, tudo aquilo que foram os trabalhos produzidos para que nós aqui possamos prestar contas aos Senhores Deputados, aos Senhores Presidentes de Junta, mas também há os mirandelenses em geral.

Relativamente às Alterações Modificativas que questiona, são alterações normalmente de carácter esporádico, que têm acontecido em todos os anos económicos e portanto, quando refere as obras sucessivamente adiadas, não sei a que obras é que se está a referir, posso-lhe dizer que relativamente às obras, no seu conjunto nós temos o investimento no PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e no POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que são fontes comunitárias de 46 operações, 34 milhões de euros, 25 milhões de euros de fundos e 9 milhões de euros de participação municipal portanto, uma taxa de financiamento de 86%.

Relativamente ao Programa COMPETE - Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade e estamos a falar REACT-EU Portugal, estamos a falar de todos os açudes e os fins múltiplos de Mirandela, temos um investimento de 2,2 milhões de euros, do fundo ambiental 1,5 milhões de euros e também a Estratégia Local de Habitação um investimento de 12 milhões de euros, de 2023 ao ano de 2026 e portanto, todas estas obras constam dos documentos, será errado dizer-se que nós não temos obras em execução na Câmara Municipal de Mirandela até porque, quer os Serviços de Obras Municipais, quer os Serviços de Contratação Pública, têm tido imenso trabalho, porque cada vez há mais exigência na formalização dos concursos públicos das consultas prévias e portanto, dizer que não há obra é quase, nesta fase em que estamos a terminar até junho 2023 pelo menos o Norte 2020 e até dezembro algumas outras Operações, para além da Estratégia Local de Habitação que é até 2026, dizer que não temos obras planeadas, com projetos e com investimento.

Eu tenho dito repetidamente aqui nas Assembleias Municipais, que a Câmara Municipal não pode ficar só a gerir dívida e ficar dependente do serviço de dívida e portanto, para sermos competitivos temos obviamente que investir, ao estarmos a investir e ao estarmos a fazer obra, é preciso que haja dinheiro, mesmo as não financiadas, que haja orçamento municipal.

O ano passado, no ano de 2022, tivemos um decréscimo, também em outros municípios aconteceu mesmo, de 10% porque o nosso FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, depende também das receitas do Governo Central e portanto, tivemos uma diminuição 10% que obviamente é muito dinheiro e que se repercutiu na nossa saúde financeira ao longo de todo o ano. O facto de nós também tirarmos do orçamento municipal as verbas que vão diretamente para as Juntas de Freguesia, tem também um impacto direto no nosso orçamento como é óbvio, estamos a falar de 1 milhão de euros de FEF Municipal que é transferido diretamente para as Juntas de Freguesia, para elas também terem capacidade financeira para as obras, eventos, tudo aquilo que foi descentralizado.

Obviamente que temos que ser mais eficazes na receita, na cobrança da receita e temos que controlar a despesa, por isso, já desde o ano passado que a Câmara Municipal implementou internamente um Plano de eficácia na angariação da receita, vocês têm os documentos e portanto, sabem que nós temos praticamente 900.000,00 € de dívida à Câmara e portanto, é esse o nosso objetivo, é sermos eficazes. Nós preocupamo-nos muitas vezes com a despesa, mas a receita é igualmente importante.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, estamos evidentemente com um problema, do alargamento do prazo médio de pagamento, esse é o nosso problema, porque temos a comparticipação municipal das obras que temos que pagar, para depois fazer o pedido de pagamento para o Norte 2020 nos poder desembolsar a parte comparticipada, de facto o empréstimo BEI, que nós falamos aqui, andaria à volta dos 3,9 milhões de euros, houve reprogramações financeiras de algumas operações, estamos obviamente a aguardar o Visto do Tribunal de Contas de outras operações e portanto, a libertação das verbas é sempre muito demorada. Aquilo que prevemos é que dos 3,8 milhões de euros, possamos receber 1 milhão de euros aproximadamente e por isso, fica aquém das nossas expectativas e que tínhamos pensado.

Há outra situação que é, o Banco Europeu de Investimento, quando as operações já estão com o grau de execução perto da sua execução final, já não atribui verba e portanto, ficou aquém das nossas expectativas. Obviamente que, este ano não tem sido um ano nada favorável, mas estamos em crer que vamos conseguir superar, obviamente com o apoio de todos, todas as nossas dificuldade.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco* espero que na intervenção inicial tenho respondido às questões colocadas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu no início referi que não precisava de ser sucinta, mas também nem tanto, a Senhora leu o Relatório, leu todos os números, mas no fundo, no fundo, prova exatamente as nossas preocupações.

Disse tudo aquilo que fez e nós agradecemos por aquilo que fez, nós temos essa humildade de agradecer aquilo que fez pelos municípios. O problema é aquilo que não fez, e foi isso que eu lhe perguntei.

Há algumas coisas que eu tenho aqui:

- Reabilitação da habitação do bairro Operário, prevista para 2022, não se concretizou;
- Avanços na ETAR, Rego de Vide, Miradeses, Vale de Salgueiro e Múrias;
- Construção da rede de abastecimento de água de Cedães, Vale de Asnes e Cedaínhos, recuperada pelo que eu percebi.

Eu posso ir enumerando, aqui a questão é que, a gente vai falando, vai ouvindo e há dificuldades, claro que há dificuldades, mas nós queremos saber é: Qual é que é o caminho que a Senhora Presidente vai tomar para superar essas dificuldades?

Os números, eu aceito, estão todos corretos, para mim estão todos corretos, está tudo bem, eu comecei por dizer exatamente isso, que deixo isso para os Senhores Vereadores, para eles analisarem. A minha questão é, qual é que é o caminho que a Senhora Presidente e o seu Executivo vai seguir?

Disse aí uma coisa que, ou eu não percebi bem, posso não ter percebido bem, mas fiquei com esta dúvida, disse que o BEI não pagava se a obra ultrapassasse uma determinada execução, foi isso que disse? Aconteceu isso? Está para acontecer? É que se o BEI não paga, vamos ter que ir buscar o dinheiro a algum lado para pagar!

No fundo era só um pouco isto, era perceber qual é que é o seu caminho. Nós não queremos saber aquilo que se passou, aquilo que se passou está escrito, está vertido nos papéis, o Senhor Deputado *Rui Pacheco* fez aqui uma excelente intervenção sobre isso, foi coadjuvado pela Senhora Presidente e eu agora quero saber qual é que é o caminho?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, às vezes acredito que seja difícil interpretar tantos números e tentar a interpretação daquilo que é dito, mas o Banco Europeu de Investimento quando nós ultrapassamos uma execução de 70%, julga que nós, nós e todos os municípios, já temos o investimento praticamente concluído e por isso já não há apoio à parte não comparticipada.

Nós optamos por este instrumento financeiro, porque não conta para endividamento, apesar de termos ainda muitos milhões para poder endividar, de qualquer forma é um mecanismo que o Estado pôs ao serviço das autarquias, no sentido de podermos pagar durante mais tempo aquilo que é a parte não comparticipada por fundos comunitários. Dos 25% de uma operação que é financiada a 85%, o Estado vai libertando essa verba ao longo dos próximos anos.

Imagine, faz um investimento em escolas de 10 milhões de euros, esse investimento vai ser usado e utilizado durante os próximos 20 anos, 15 anos e portanto, a Câmara Municipal ou outra instituição, pode efetivamente facilitar o pagamento de parte não comparticipada durante mais tempo. Acontece que a nossa execução foi superior àquela que nós estávamos a prever e portanto, ultrapassamos a execução que o Banco Europeu de Investimento define que deve ser para essa comparticipação. Isto aconteceu obviamente as reprogramações temporais e financeiras que foram feitas atrasaram o processo também no Tribunal de Contas e neste momento estamos em crer que acontecerá mais, no fundo vamos receber mais 0,5 milhões de euros desta contratualização que foi feita.

Quando refere, “não disse tudo o que fez”, obviamente que a Câmara diariamente tem procedimentos em curso, nós investimos, estamos a investir também nos pavilhões desportivos, não sei se tem ideia mas o nosso parque escolar, todo ele estava muito degradado e portanto, o anterior mandato foi praticamente dedicado ao parque escolar todo e agora estamos a investir também nos pavilhões desportivos, que tinham problemas infraestruturais graves e, por isso, quando eu digo que a Câmara Municipal não pode estar refém da dívida, nós precisamos de um conforto e como há pouco falava a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimões*, “tratar bem as nossas crianças” e portanto, é fundamental termos boas condições nas escolas, para toda a comunidade escolar.

Relativamente a todos os projetos e este é um problema da Câmara Municipal de Mirandela é, nós temos de ter projeto para podermos executar, temos uma bolsa de projetos que pretendemos já candidatar, ou mapear no próximo Quadro Comunitário de Apoio, mas relativamente à questão financeira, julgamos que haverá certamente e, como sabe, a Lei das Finanças Locais está a ser revista, nós neste momento não somos um Município em saneamento, nem com dificuldade financeiras, porque nesses casos os municípios tem uma taxa de juro de 0,95 não têm taxas de juros comerciais, porque estão em ajuda financeira e portanto, isto é como a classe média, estão esmagados entre a inflação e também tudo aquilo que diz respeito aos compromissos com os empréstimos.

Não sei se respondi ao que estava nas expectativas do Senhor Deputado, mas também julgo que a Prestação de Contas foi bem explicada num documento inicial.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu vou voltar a fazer a mesma questão, porque continuamos na mesma.

As expectativas, como tinha minhas sobre o meu discurso, eu tinha sobre a sua resposta e, continuam a não esclarecer.

Se há uma execução, se o BEI atribui verbas para uma determinada taxa de execução e se o Executivo se antecipou nessa execução e isso provoca com que não haja libertação de verbas para pagar esses financiamentos, foi isso que eu percebi. Então está mal programada a coisa, está mal programada. Se o que eu entendi está correto, então está mal programado. Então vou parafrasear o antigo Primeiro-Ministro que é, “estamos a ir mais além”! Estamos a ir mais além daquilo que era necessário, podíamos fazer mais devagar, não havia necessidade de estar a gastar tanto no momento, para depois gastar noutras coisas, se é que eu estou a perceber. Eu continuo sem compreender e depois, eu entendo, voltou a falar nas obras feitas, no parque escolar entre outras, ótimo, maravilha, mas qual é que vai ser o caminho, Senhora Presidente? Se não houver verba, vamos aumentar a dívida? Daqui a uns meses está aqui a pedir outra votação nossa para aumentar o valor do empréstimo?

Pedia-lhe alguma informação adicional.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, eu julgo que não percebeu exatamente aquilo que eu disse, aquilo que eu disse é que o Norte2020, tem que ter uma execução até 30 de junho de 2023, ou seja, temos que executar.

Relativamente a vir pedir à Assembleia Municipal dinheiro, julgo que não é assim que as coisas se processam, é que se o Senhor Deputado não fizer perguntas objetivas sobre aquilo que quer saber, é muito difícil eu responder. A resposta que o Senhor Deputado quer ouvir. Eu não sei qual é a resposta que o Senhor Deputado quer ouvir e a persistência na resposta que o Senhor Deputado quer ouvir, eu estou a ser transparente, estou a ser objetiva com aquilo que estou a dizer a todos, todos conhecem a realidade orçamental da Câmara Municipal há anos, obviamente que nós conseguimos fazer um acordo de regularização de dívida de águas, já no anterior mandato, fizemos a consolidação de empréstimos com a taxa variável e portanto, agora estamos a aumentar o pagamento de juros, obviamente que nós estamos a gerir mês a mês toda a questão orçamental e por isso, o nosso caminho é sempre de fazer, sem deixar de investir, porque o serviço da dívida e repare, nós temos neste momento 12 milhões de euros de dívida, mas iniciamos em 2017, com 23 milhões de euros com as participadas e 19 milhões de euros sem as participadas.

De qualquer forma, ainda não percebi onde é que o Senhor Deputado quer chegar, o nosso caminho tem que ser sempre através, temos como receitas próprias, de forma muito simples, para o Senhor perceber, de forma muito simples, nós temos receitas do FEF, temos receitas de IMI, temos a receita de IRS, temos bastante abaixo daquilo que poderíamos ter é verdade, porque a política deste Executivo foi baixar os impostos às famílias e temos também obviamente algumas receitas que estão na Prestação de Contas. Este dinheiro e foi aquilo que eu expliquei no texto inicial, foi que, com a receita que tivemos conseguimos acomodar a despesa do ano de 2022. Certamente que do ano de 2023, vamos ter que reencontrar soluções, tendo como objetivo primeiro a eficácia na angariação das receitas, receitas próprias, mas também a diminuição da despesa, ou seja, controlar a despesa ao seu limite mínimo.

Posso-lhe dar um exemplo, nós tivemos uma subida substancial do gás, a piscina municipal passou de custar cerca de 10 mil euros por mês, não chegava a 10 mil euros por mês de gás, houve meses em que tivemos 80 mil euros por mês que tivemos que pagar de gás portanto, é um aumento de 800% e o Senhor Deputado diz-me assim, “mas o que é que a Senhora faz quanto a isso?” Temos duas soluções, ou pagamos, ou então fechamos a piscina municipal, mas depois o Senhor Deputado diz-me, “Ah mas a Senhora Presidente não está a pensar nos mirandelenses, porque os mirandelenses, os idosos precisam de praticar desporto, a piscina municipal é o equipamento que faz parte da vida das pessoas, que é bom para a saúde.

Eu estou a explicar porquê, foi isso que me perguntaram, qual é a estratégia? E portanto as decisões são tomadas com aconselhamento técnico obviamente, mas sempre de forma consciente que não podemos deixar de investir, obviamente diminuir ao mínimo as despesas extraordinárias, mas manter o serviço às populações. Só no ano 2022, tivemos um aumento de transporte de água às populações na ordem dos 300 mil euros, aos Bombeiros Voluntários de Mirandela e de Torre Dona Chama.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, três abstenções e 15 votos contra, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2022 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### “Declaração de Voto

Tendo em consideração as alterações orçamentais ocorridas durante o ano de 2022, especialmente a última;  
Tendo em consideração as justificações ou a falta delas, por parte da Senhora Presidente, relativamente a estas alterações;  
Tendo em consideração que o grau de execução real nem ter chegado aos 70%;  
O facto destes desvios orçamentais serem na ordem dos 25%, números do executivo, estando esta prática, reiterada, a ser considerada como um acontecimento NORMAL;  
É a prova que, este executivo está claramente a ludibriar a perceção dos munícipes, transformando os orçamentos em meros panfletos de propaganda para munícipe ver e Presidente da Junta votar! Este executivo preocupa-se mais com o superficial, o acessório, entenda-se, o escrutínio da população em detrimento daquilo que deveria ser o seu principal foco, a preservação do Bem Público, os investimentos necessários ao bem-estar e ao bem viver em Mirandela, socorrendo-se de artifícios financeiros, notícias e outras formas de comunicação, para transmitir uma imagem de que tudo está bem quando a realidade nos mostra que quase tudo está mal!  
Dito isto, não resta alternativa que não seja o voto contra da Bancada Municipal do PSD.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### Declaração de Voto

A CDU vai fazer o voto de abstenção, porque, analisando esta Prestação de Contas e ouvindo os esclarecimentos apresentados, de certa maneira, empolgados, pela Senhora Presidente, ficamos na expectativa de perceber o básico dos básicos que é o investimento naquilo que é prioritário na nossa cidade.  
Há investimentos que a Senhora Presidente falou e, esses, alguns serão estruturantes, como estamos a falar nas requalificações das escolas, mas depois temos outro tipo de investimentos que poderiam ser feitos e não estão a ser feitos, mas a imagem que passa é que esta Câmara Municipal está a fazer investimentos. A taxa da sua execução não chega a 70%, estamos aquém daquilo que estava projetado em termos orçamentais, mas depois começamos a perceber que há dificuldades financeiras na Câmara Municipal.  
Aqui, a questão que fica levantada tem a ver exatamente com o que foi o voto da CDU, por uma questão de coerência, contra o Orçamento para 2023. Está plasmando aqui que, independentemente, dos subterfúgios financeiros que a Câmara possa arranjar para justificar, provavelmente, o que possa ser justificado, mas na grande maioria não é o que é justificado, ficamos à mercê de números. Para além daquilo que demonstram, sabemos perfeitamente que não correspondem à realidade daquilo que é executado no nosso Município.”

#### 4.5 - Inventário 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/04/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar o Inventário de 2022, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2021 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 – Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

#### 4.6 - Proposta de Adenda ao Auto de Transferência de Competências para a Freguesia de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/04/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar a adenda em anexo e propor à Assembleia Municipal de Mirandela, para que esta delibere alterar através da adenda, o n.º 3 da cláusula 4.ª do auto de transferência celebrado com a Freguesia de Mirandela e posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que passará a ter a seguinte redação:**

- “A transferência legal de competências municipais para as Freguesias, contemplada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua versão atual, abrange o processamento, a instrução e a decisão de infrações contraordenacionais.”

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração através da adenda, do n.º 3 da cláusula 4.ª do auto de transferência celebrado com a Freguesia de Mirandela e**

posterior comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que passará a ter a seguinte redação:

- “A transferência legal de competências municipais para as Freguesias, contemplada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua versão atual, abrange o processamento, a instrução e a decisão de infrações contraordenacionais”.

#### **4.7 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJ – Substituição do Membro nomeado pelo Grupo Municipal do CDS/PP.**

----- Foi Presente uma Proposta subscrita pela Bancada do CDS/PP, com o seguinte teor:

“Proposta

Ex.ma Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela

O Grupo Municipal do CDS/PP vem solicitar a V.ª Ex.ª, Senhor Presidente da Mesa, que seja proposta a esta Assembleia a substituição do Deputado Municipal *José Mário Pinheiro Mesquita* por *Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz*, na Comissão da CPCJ de Mirandela, enquanto durar a suspensão do mandato daquele referido elemento desta Assembleia Municipal. (24 de novembro de 2023.

O Grupo Municipal do CDS/PP.”

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

## **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

### **5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *FERNANDA GUERRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho aqui, mais uma vez, fazer o convite anual, a todos os presentes, a estarem presentes na 13.ª Feira do Vinho e do Morango a realizar dia 06 e dia 07 de maio, em São Pedro Velho.

Conto com a presença de todos. Estão todos convidados.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não vinha para falar neste ponto, mas não resisti à tentação de fazer esta intervenção, provavelmente só para avivar a memória daquilo que a Senhora Presidente disse há pouco, e isto faço-o com todo o prazer, quando a Senhora Presidente mencionou a questão do Cachão, de que vai haver agora investimento público para o Cachão.

Senhora Presidente, na apresentação do Orçamento de Estado para 2023, a Bancada do PCP, que não tem Deputados eleitos por este Distrito, pena muito por este Distrito, mas é o que a população quer, mas continuamos a não deixar de fazer a nossa reivindicação, foi proposto em termos de orçamento e proposto na Assembleia da República a reabilitação do Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Durante o ano de 2023, inicia-se o processo de reabilitação do Complexo Agro-Industrial do Cachão, com ponto de recolha, transformação e escoamento de toda a produção agrícola da região, criando ainda um entreposto comercial de produtos agrícolas certificados, com a denominação de origem integrado no Complexo.

O Complexo Agro-Industrial do Cachão, situado no concelho de Mirandela, na região da Terra Quente Transmontana, pese embora evolução negativa verificada ao longo das últimas décadas, com perda de empresas e trabalhadores, constitui um ativo estratégico para a promoção de uma política de desenvolvimento regional, capaz de contrariar a progressiva perda das atividades económicas e população, que tem vindo a afetar esta região do interior norte de Portugal.

A sua revitalização permitirá o aproveitamento do seu potencial agroindustrial, atrair novas empresas e a firmar a sua natureza de entreposto de recolha e proceder à valorização e comercialização dos produtos da região.

Senhora Presidente, sabe como é que votou o PS? Votou contra.

Sabe como é que votou a Iniciativa Liberal? Votou contra.

Sabe como é que votou o PSD? Absteve-se.

Portanto, quando nós falarmos do Cachão, Senhora Presidente, temos que ter a noção de que nós aqui pretendemos algumas coisas, os Deputados eleitos por aqui, lá em baixo, têm outras pretensões.

Senhora Presidente, concluindo o ponto em que estamos a discutir, foi apresentado um caderno reivindicativo para o ano 2023, pelos trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão. A Senhora Presidente tem conhecimento que foi entregue à Administração do Matadouro Industrial do Cachão, no dia 27 de março de 2023, um caderno reivindicativo destes trabalhadores.

Atentando, vou só citar uma das reivindicações, porque é importante percebermos, quando falamos da gravidade e daquilo que está em cima da mesa quando se fala de trabalho e de trabalhadores. Há trabalhadores do Complexo Agro-Industrial do Cachão que têm estado cerca de 15 anos sem qualquer tipo de aumento salarial, Senhora Presidente. Eu queria-lhe perguntar, tendo eu esta oportunidade, tenho aqui o caderno reivindicativo, de saber que avanços é que a Câmara Municipal de Mirandela, pela sua pessoa, e a Câmara Municipal de Vila Flor, pela pessoa do Senhor Presidente, que medidas é que já tomou para salvaguardar ou responder a esta carta reivindicativa dos trabalhadores do Matadouro Industrial do Cachão?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou, então, terminar os assuntos que trazia para a intervenção que iniciei de manhã, mas que não foi possível concluir. Faltava um ponto.

Senhora Presidente, a questão que faltava diz respeito à reabilitação dos açudes. A Senhora Presidente também já falou do montante disponível agora na rubrica relativa ao Orçamento e é sobre esse ponto que quero questionar.

A Senhora Presidente, no boletim informativo de dezembro de 2022, publicado pelo Município referia o seguinte, e passo a citar: *“As alterações climáticas, com subida de temperaturas consideráveis e aumento da irregularidade da precipitação, aumentarão ainda mais, no futuro, a dependência do regadio. Em muitos casos, esse regadio pressupõe a construção de importantes infraestruturas, de armazenamento, tais como barragens, açudes, ou pela manutenção já das existentes para garantir as suficientes reservas de água nos períodos de escassez.” Fui citando alguns pontos mais importantes. Dizia depois a seguir: “Neste contexto, surge a pretensão da reconstrução destes açudes existentes, designadamente Quintas, Contins, Guribanes, Mosteiró, Vale de Juncal, Ponte da Pedra, Frechas, estão ainda previstos outros trabalhos de fins múltiplos no Rio Tua.”*

Ora, tendo conhecimento mediante estas pretensões e no âmbito do programa COMPETE, foi atribuído ao Município um valor superior a dois milhões de euros, penso que referiu ainda há pouco que, eram cerca de 2.2 milhões de euros e que a data limite para a execução deste programa é 31 de dezembro de 2023, penso que não estou enganado, faço as seguintes questões:

Estando a cerca de meio ano do término do prazo para a execução deste programa e das obras mencionadas e o Município não ter qualquer projeto concluído, ou aprovado pelas entidades competentes, vai conseguir executar as obras prometidas e tão necessárias para o concelho?

Este programa decorre desde 2021, passado quase dois anos da sua abertura, qual a razão para os projetos ainda não terem sido concluídos?

Senhora Presidente, quando muitos dos Município estão a tentar captar o máximo de apoios financeiros, nomeadamente através do PRR, o Município de Mirandela corre um sério risco de perder as ajudas já atribuídas, por falta de capacidade para elaborar os projetos, ou será que vai conseguir, e assim esperamos, executar os projetos, que ainda não estão, lançar os concursos e finalizar as obras de todos estes açudes até ao final de 2023?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como fiquei a meio da minha intervenção no período da manhã e como sou homem de manter as minhas promessas bem marcadas, tenho de vir aqui, até com mais um dado, ou outro, que entretanto se conheceu desde a manhã para agora que, refutam aquela primeira afirmação com que comecei a minha intervenção de “Quem se mete com o PS empobrece”. Até porque hoje foram divulgados mais uns dados em que, a economia nacional teve um crescimento de 1,6 % no primeiro trimestre e já quase que somos considerados, e eu não ligo a isso, da mesma forma que não ligava quando éramos considerados “os pigs”, mas já somos considerados um caso de sucesso neste primeiro trimestre, ou seja, parece-me que esta afirmação é totalmente enganosa e está completamente errada, de acordo com a realidade e com as estatísticas que têm vindo a ser conhecidas.

Eu tinha ficado na censura que este Executivo proporcionava ou provocava na política mirandense. Tinha refutado a argumentação por causa do parque rupestre da Serra dos Passos, já foi aqui discutido e agora esta intervenção perde alguma pertinência, mas não podia deixar de o fazer.

Também em relação ao PDM, já foi aqui muito bem explicado pelo Senhor Vice-Presidente a Revisão do PDM em curso, o que acho que é aqui importante sublinhar é a palavra “em curso”, porque não é um processo acabado e de maneira nenhuma que a Bancada do Partido Socialista terá a desfaçatez de considerar um processo em curso, como um processo acabado e muito menos a quase oito meses do término desse prazo, dizermos já hoje, sem sabermos da forma como vai evoluir, o sentido de voto que vamos ter. Lamento que tenham tido esse tipo de discurso ou esse tipo de ânsia, porque me parece manifestamente ansioso e precoce.

Quero também dizer e lembrar aqui que essa discussão do PDM, além de todas as quatro ou cinco reuniões que houve, reuniões com os Presidentes de Junta, também proporcionou uma reunião da Comissão Permanente desta mesma Assembleia, que discutiu com todos os Presidentes de Junta, ou seja, foi alargada a todos os Presidentes de Junta essa problemática e eu atrevo-me também a fazer uma pergunta. Eu não estava cá, à data, mas alguns de vocês, que têm mais anos de participação cívica, estavam, eu pergunto: como é que foi feito o processo na última Revisão do PDM? Ou seja, o processo de censura que está agora a acontecer, presumo que da outra vez tenha sido muito mais esclarecido, do que todas estas reuniões e toda esta discussão que tem sido feita.

Ainda tinha aqui mais um ponto. Foi feita uma consideração que, confesso, não percebi e que me parece manifestamente infeliz a cerca da gestão dos Vereadores, dos Vice-Presidentes e dos Vice-Presidentes em funções. Ou seja, parece-me disparatado, lamento o termo, dizermos que é quase um processo de censura a Oposição não poder ter, quase que o voto em como podíamos, ou não podemos gerir o processo que depende única e exclusivamente de um Executivo em funções e de um Executivo em permanência.

Depois, e já foi aqui falado, falou-se nestes dois processos judiciais, que muito nos entristecem e muito nos assombram em Mirandela. Um é o processo da derrocada do Lidl e o outro é este recém-conhecido processo do pavilhão dos CTT, na Zona Industrial.

Manifesto a minha estranheza e a minha profunda estupefação em ver que processos - como tudo na vida, herdamos o bom e o mau - que foram herdados e fazemos disso, num dia de uma cerimónia que se quer elevada, que se quer solene e que se quer construtiva, um ponto de demagogia e de populismo, não me parece adequado à data.

Termino, já disse isso na minha intervenção, fui há pouco chamado à atenção que as contas que fiz foram erradas a cerca dos 49 anos de governação do PSD. Faço aqui o meu “ato de contrição”, se é que lhe posso chamar assim. O que eu queria sublinhar é que em toda a história democrática do poder autárquico em Mirandela, efetivamente, uma coisa que não disse errada é que o Partido Socialista está apenas no governo há seis anos. Desta história democrática o PS governou apenas seis anos, tendo os outros todos sido governados em grande maioria pelo PSD, mas também a passos pelo CDS/PP.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Decorreu na passada terça-feira a Sessão Solene do 25 de Abril, que foi convocada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal a 31 de março, evocando os n.ºs 1 e 2 do art.º 28 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que diz respeito às sessões extraordinárias.

Recorrendo ao Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato 2021-2025, que foi aprovado a 24 de junho de 2022, é mencionado no Ponto 2 do artigo 21.º da Secção III, e passo a citar: “*Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do Dia” e de “Intervenção do Público”.*”

Neste sentido, solicito a sua resposta às minhas questões.

Sendo esta uma Sessão da Assembleia Municipal de carácter extraordinária, porque não constou da Ordem de Trabalhos o Período de Intervenção do Público?

Referindo novamente que se trata de uma Sessão de Assembleia Municipal Extraordinária, porque não foi dada oportunidade de outros membros desta Assembleia poderem intervir?

No Orçamento Municipal para o ano 2023, são atribuídos 63 mil euros, para o desenvolvimento da atividade da Assembleia Municipal, mais 4 mil euros para aquisição de bens e serviços. Sendo que, já foi aqui dito pela Mesa que cada Sessão custa aproximadamente seis mil euros, dividindo o valor previsional pelo valor de cada Sessão, resultam 10 Sessões entre ordinárias e extraordinárias.

Assim, volto a questionar: No Regimento desta Assembleia estão previstas cinco Sessões ordinárias, sendo que, mais esta última do 25 de Abril, já temos seis Sessões para o ano 2023 e ainda podemos contar com mais uma para o tema relacionado com as Freguesias. Qual é que é a previsão, se vai haver ou não, as três que fizemos o balanço no Orçamento Municipal?

Sendo um dia celebrativo da liberdade, por que motivo optaram pela convocatória de uma Assembleia Municipal Extraordinária em vez de um Convite para uma Sessão Comemorativa do 25 de Abril? Sendo que a diferença entre uma convocatória de uma Assembleia Municipal para um Convite é que, estes membros passaram a ter o dever de celebrar Abril, em vez de terem o direito de o celebrar.

Posto isto, justifico-me perante vós que a minha ausência na Sessão Extraordinária evocativa do 25 de Abril pretendeu-se com o facto de não concordar com os moldes em que ela se realizou, sendo que, de entre os protagonistas das várias cerimónias que decorreram no concelho de Mirandela nesse dia, existiram 60 membros da Assembleia Municipal que foram convocados para uma Sessão Extraordinária e, portanto, presumo que auferindo uma senha de presença, enquanto outros, tal como eu e os meus colegas da Banda 1.º de Maio, dos Bombos de Santiago, Grupo de Mulheres Bombeiras dos Bombeiros Voluntários de Mirandela, os jovens das orquestras da Esproarte, participaram com responsabilidade e voluntariamente, eles, sim, sentindo o direito de celebrar Abril.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado pela sua intervenção Senhor Deputado *Carlos Carvalho*. Devo-lhe dizer o seguinte: o recorte da Assembleia Municipal evocativa do 25 de Abril, foi decidido em Comissão Permanente da Assembleia Municipal. Não foi uma decisão desta Mesa da Assembleia Municipal, nem de qualquer um de nós individualmente, nem do Executivo.

Todo o recorte, forma de convocação, meio de convocação, elementos envolvidos, quer até a atuação da Esproarte, o Hino no final, toda a cerimónia em si, toda a nomenclatura que envolveu essa Sessão Solene foi aprovada pelos Membros, por unanimidade, da Comissão Permanente. Pelo que, digo-lhe aquilo que já lhe disse em fevereiro, matéria dessa natureza não precisa do palco da Assembleia Municipal para a questionar. Em primeiro lugar, questiona o Líder da sua Bancada Municipal da forma que ele se envolveu, votou e acompanhou o desenho de cada uma das Assembleias Municipais e ele responder-lhe-á. Se ele votou contra, tem todo o direito de contestar a natureza dela. Agora, sendo o Senhor Deputado *Paulo Pinto* o representante da sua Bancada Municipal que aprova o modelo, todo o programa da cerimónia em causa, não me parece que depois tenha que vir pedir contas à Mesa.

Conforme tive oportunidade de dizer a um município esta manhã, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal é um órgão consultivo do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Consultando as Bancadas Municipais representadas nesta Assembleia Municipal, o recorte e o desenho da Sessão Solene foi aquele que foi aprovado pelos políticos e pelos representantes em questão. A Mesa deu curso a essa deliberação da Comissão Permanente.

Relativamente às cinco Sessões Ordinárias da Assembleia Municipal de Mirandela, não é o Regimento que as fixa, é a lei. Neste caso, o Regimento transpõe as suas cinco Sessões obrigatórias de lei. As extraordinárias são tantas quantas aquelas que a Comissão Permanente entender serem justificadas e permanentes, como aconteceu ao longo do mandato, em que surgiram questões de natureza social que mereciam a melhor atenção, como foi o caso das Pontes, como foram outros casos que aqui trouxemos. Foi porque a Comissão Permanente assim o entendeu justificado e demos corpo. A Comissão Permanente, como órgão consultivo do Senhor Presidente, dá corpo e execução àquilo que é pretensão dos diversos órgãos municipais, naquilo que é a sua lógica de entendimento do funcionamento e da discussão das matérias pertinentes ao nosso concelho.

Portanto, relativamente a Sessões Extraordinárias, recorde que a de 25 de abril, foi designada de “Solene”, evocativa da memória do 25 de Abril, espero que isso não lhe cause nenhum engulho. Extraordinária só está prevista uma para outubro, que está aprovada pela Assembleia Municipal, já vem do mandato anterior, que é dar oportunidade de, em Assembleia Municipal Extraordinária, todos os Presidente de Junta se pronunciarem sobre aquilo que é a elaboração do Orçamento Municipal para o ano seguinte.

Essa é uma deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, da qual a Mesa não tem competência para a anular, nem os membros da Comissão Permanente, nem os líderes municipais. Só quando esta Assembleia Municipal anular essa deliberação tomada em tempo anterior, da obrigatoriedade de uma Assembleia Extraordinária para esse efeito único e propósito, é que elas deixam de ser feitas.

Já agora, posso-lhe dizer que ela está prevista para o mês de outubro e, se não me falha a memória, para o dia 27, e bem, ou seja, antes de estar fechado o Orçamento.

Peço desculpa se não consegui responder à totalidade das suas questões, mas, pode a qualquer momento, evocar-me de novo e eu responderei.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Secretário, a figura da “Sessão Solene” não existe na Lei n.º 75. É só isso que eu estou a questionar. É o porquê de estarmos aqui a usurpar ou a tentar criar uma Assembleia Municipal Extraordinária com a Ordem de Trabalhos que não refere a da Assembleia Municipal Extraordinária. É só isso que eu estou a questionar.

Mais duas questões:

Duas acusações que o Senhor Secretário da Mesa me fez. Eu não preciso deste palco para nada. Eu aqui estou a questionar. Neste momento, eu considero que é ilegítimo o pagamento da senha do dia 25, por causa desta questão da Ordem de Trabalhos.

Depois, eu sou a favor do 25 de Abril. Tanto que estive, logo de manhã, não sei se me viu, mas eu estava lá na Banda 1.º de Maio. Eu celebrei Abril à minha maneira. Não concordo e, não concordando, fiz questão de mencionar ao meu Líder da Bancada porque é que não iria estar presente. Eu não concordando tenho o livre pensamento para vir aqui questionar.

Neste caso, se vocês também não se sentem confortáveis com as minhas dúvidas, solicito, então, e faço duas recomendações.

Uma: peçam parecer à CCDR Norte e à DGAL sobre a validade desta Assembleia Municipal.

Segunda recomendação: suspendam o pagamento desta senha até à chegada desses pareceres.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não tenho a mínima dúvida de quanto seria a sua vontade de participar na Sessão do 25 de Abril. De resto, devo dizer que o vi a atuar na Banda 1.º de Maio e, de facto, naquele momento disse: “Não sei como é que o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* ainda vai conseguir chegar à Assembleia Municipal”, porque, de facto, vi-o a tocar um dos instrumentos logo na parte I da sua Banda.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa. A designação de “Solene” é apenas uma mera atribuição gramatical àquela Sessão, porque estamos a evocar o 25 de Abril e atribuímos-lhe essa designação em termos de convocatória, mas a base legal da convocatória é sempre uma Sessão Extraordinária. É essa a roupagem legal que ela tem.

A mera designação de “Solene” é engalanar apenas a designação da cerimónia que está em causa. A mesma coisa que a gente lá em casa ou noutra instituição qualquer legalmente estar a dar ação a uma determinada reunião e atribuir-lhe um carácter de “Solene”. Um aniversário dos Bombeiros Voluntários não deixa de ser uma Sessão Solene e é convocada nos termos legais. A Assembleia de 25 de abril é convocada nos termos legais como Assembleia Municipal Extraordinária. É essa a base legal e é essa a base que fundamenta a convocatória e o respetivo fundamento da senha de presença.

O facto de a gente a designar como “Solene” é uma questão de engrandecimento do momento. Apenas isso, Senhor Deputado. Não tem a ver com um desvio daquilo que são as figuras atribuídas na Lei às Assembleias Municipais.

Se, porventura, ainda não consegui responder a todas as suas questões, estou ao seu dispor.

Posso-lhe dizer o seguinte: o que o Regimento prevê é a possibilidade da intervenção do público numa Sessão Extraordinária. A Comissão Permanente desenhou a ordem de trabalhos, aprovada em respetiva Comissão Permanente, e em momento algum foi dito, “nós queremos incluir”, bastava a proposta de um Deputado representante de qualquer uma das Bancadas Municipais nesta Assembleia: “eu quero incluir um ponto que dê a possibilidade de intervenção do público”. Naturalmente que seria acolhida em Comissão Permanente e seria inscrita. Portanto, não foi a Mesa que subtraiu ou sonogou essa possibilidade. Foi o desenho que foi construído nessa Comissão e aprovado daquela forma.

Esse seu reparo serve até para situações futuras de, em Comissão Permanente se viermos a perspetivar uma nova Cerimónia do 25 de Abril, porventura, incluir esse espaço de abertura ao público. Fica registado. Naturalmente que não foi, que fique bem expresso, não foi por iniciativa da Mesa que essa possibilidade não se abriu. Foi por se ter chegado a um desenho, dentro do tempo próprio, da forma como queríamos que a sessão se desenrolasse e foi esse o modelo aprovado. Meramente isso Senhor Deputado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar pelas palavras proferidas pelo Senhor Deputado da CDU relativamente ao Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Acreditar na reabilitação do Complexo é acreditar no Pai Natal.

Digo isto com alguma mágoa, porque sou o Presidente da Junta, como sabe, mas infelizmente não há condições. Isso é acreditar no Pai Natal. Isso já não existe.

Senhora Presidente, eu nunca lhe faltei ao respeito. Aquilo que eu faço é dizer as verdades e a Senhora Presidente fica um pouco incomodada com as verdades. A única diferença é essa.

Senão, reparemos:

Falei sobre a questão da água do Matadouro para uma linha de água. A Senhora Presidente disse que ia reportar ao Administrador. Vim aqui e disse que a Senhora Presidente é que mandava, se quisesse resolvia já o problema.

Entretanto, já disse que foi uma avaria.

É curioso que as avarias só acontecem nesta altura.

Em 2021, em maio, dia 13, enviei-lhe um *e-mail*. No ano passado, no mês de junho, estive com o Senhor Vereador *Vitor Correia* e com o Senhor Engenheiro *Alexandre* no local. Este ano, tenho várias filmagens, várias fotografias e o telemóvel não engana, diz o dia em que se tirou e que se filmou. Inclusivamente, na quarta-feira, quando ia para fazer mais um acompanhamento da situação estava lá o Engenheiro *João Paulo* a limpar os subprodutos antes de virem para a linha de água.

Sabe porque avaria nesta altura Senhora Presidente? Porque a ribeira fica seca, dá cheiro e vê-se. De inverno é como a Senhora Presidente diz “quando chove nunca há falta de água”. É exatamente a mesma coisa.

Quando eu quis dizer que a Senhora Presidente sabe muito bem fazer o papel de “vítima”, foi quando me intimidou, quando disse “se o Matadouro fechar você é o responsável pelos 20 desempregos”. Eu é que devia estar ofendido com aquilo que me disse a Senhora Presidente, porque já assim fez na Assembleia quando foi do parque eólico. Não sei se se recordam. Quando chegou aqui, vitimou-se e disse: “São 30 milhões de euros de investimento. Cuidado. Se tivermos que devolver os 500 mil euros mais indemnização, hipotecamos a Câmara para os nossos filhos, para os nossos netos. Não façam isso.” Eu estava cá, eu ouvi.

Portanto, aqui foi quase a mesma coisa.

Outro assunto.

Hoje de manhã fiquei bastante surpreendido pela negativa, porque este Executivo já nos habituou de tal forma antes das Assembleias fazer as transferências para as Juntas de Freguesia. Ainda nos devem o mês de novembro e dezembro. Hoje fui lá armado em “artista”, mas não havia lá nada. Estava a zero. Desta vez falharam. Eu queria elogiá-los, mas tem que ser pela negativa. Senhora Presidente, já me respondeu relativamente ao GAM Móvel. Usando aqui um termo popular, já sei que está “encostado às boxes”. Mas relativamente ao Carro da Saúde, disse que tinha dados e que os iria dar. Continuo a questionar: qual é o custo que teve com o Carro da Saúde em 2022? Quantos utentes atendeu? E até sei mais, sei que mudou de motorista. Tinha lá um que tinha pedido a mobilidade, não sei se foi o Executivo que não quis continuar, se foi o motorista que por opção não quis continuar, se tem um motorista que é do quadro da Câmara, que já era, se é uma contratação nova. Gostava que me pudesse esclarecer sobre essa matéria.

Gostava também de saber quando é que o Executivo estava a pensar em retomar a hidroginástica para os mais idosos, para a classe sénior. Porque, se bem se recordam, a Senhora Presidente tinha muita estima por essa classe, pelos idosos, pela classe sénior, porque em plena pandemia, até andou a distribuir *kits* de casa em casa para eles fazerem fisioterapia. Tinham uma bola para abrir e fechar a mão. Não sei se tinha medo que eles perdessem o hábito de escrever. Agora acho que havia todas as condições para retomar a hidroginástica.

Relativamente ao cemitério de Frechas, já ando a pedir o alargamento do cemitério de Frechas desde o dia 26 de janeiro de 2018.

Como a Senhora Presidente sabe e disse, porque é também uma modalidade, estas modernices deste Executivo, quando a gente tem alguma reunião, aquilo está em alta voz, ligam para os Técnicos para saber como está o projeto. “O projeto fica feito até ao final de fevereiro”. A Senhora Presidente estava lá no dia 20 de novembro, quando eu estive lá. Foi quando me deram essa informação.

Qual é o meu espanto, esta semana liga-me o Senhor Vereador a perguntar de quem é o terreno para onde vamos alargar o cemitério. Isto parece “Parque de Estacionamento do Cachão - Capítulo II”. Ou seja, a Senhora Presidente em 2019, começou a fazer seis lugares de estacionamento na área envolvente do Matadouro, três à direita e três à esquerda da entrada. O Presidente da Junta não concordou. Embargou a obra. Foi suspensa a obra. Verdade. Estão lá meia dúzia de blocos. Senhora Presidente, tenho boa memória. Não sou político, mas também tenho boa memória.

Fez um projeto para 22 lugares e veio dizer que não vai fazer a obra, porque o terreno tem uma hipoteca. Mas a hipoteca já é de 2008. Certo?

Para terminar, não me vou alargar muito mais, na última Assembleia, aquilo que lhe disse aqui, um político, foi para a Senhora Presidente fazer mais política em Mirandela. Mas eu como não sou político, sou uma pessoa do povo, disponível para servir a população, aquilo que eu lhe vou pedir é: faça a gestão dos dinheiros públicos com transparência.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quería começar por dizer à Exma. Senhora Presidente que também eu estava com grandes expectativas. Há quase seis anos que estou na expectativa. Temo que, infelizmente, me ficarei pelas expectativas.

Quería agradecer à Exma. Senhora Primeira Secretária a intervenção, devidamente fundamentada acerca da Revisão do PDM e já não é a primeira vez que o faz. Depois de a ouvir fiquei, sinceramente, preocupado. Preocupado porquê? Porque o nosso concelho vai emagrecer, vai ficar pequenino. Eu não consigo ver de outra forma.

A concretizar-se esta proposta de revisão, nós vamos ficar “pequerruchos”. Permita-me que diga, V. Ex.ª, a Senhora Presidente recebeu um grande concelho. Espero que quando sair da governação da Câmara Municipal a sua imagem de marca não seja deixar um pequenino concelho.

Acrescento, ainda, que, repetidamente, se pediu que a Exma. Senhora Presidente tomasse as rédeas deste processo da Revisão do PDM. Só consigo pensar que o Exmo. Senhor Vereador responsável por esse *dossier* não o consegue realizar. Ou então existe um outro qualquer motivo mais denso.

Como esta Assembleia veio aqui discutir o Relatório e Contas, espero sinceramente nunca receber uma qualquer convocatória para uma Assembleia Extraordinária que, na Ordem do Dia esteja uma Revisão Modificativa do concelho de Mirandela.

Por tudo isto e por muito mais que aqui foi dito, só posso antecipar, é a minha opinião, que esta Assembleia poderá vir a votar contra a próxima Revisão do PDM. Se assim acontecer, será lamentável para todos nós.

Como não fiz a inscrição no ponto do Relatório e Contas e depois de ouvir algumas das respostas da Exma. Senhora Presidente, deixe-me que lhe diga que, apreciei uma palavra em particular, foi a expressão “acomodar despesa”, pois, assim é fácil. Atrasam-se pagamentos, nomeadamente a fornecedores ou a serviços externos, transferências para as Juntas de Freguesia e assim tudo se “acomoda”. Até um Relatório e Contas que cumpre as suas expectativas. Contudo, relembro a V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> que na Certificação Legal de Contas realizada pelo ROC, ele chama a atenção para o não - repito, o não cumprimento do preconizado no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, que estabelece a obrigatoriedade de comunicar à tutela e às Finanças a ocorrência de desvios superiores a 15% em dois anos consecutivos. Isto na arrecadação de receita orçamentada. Isso V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não disse. Certamente, não cumpria as suas expectativas!

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho alguma dificuldade em lidar com esse regimento de quem mede a honra de cada um, penso eu, a minha meço eu.

Era o que me faltava atingir a honra de quem quer que seja. Pessoas que estão aqui, têm a mesma legitimidade política que eu tenho.

Senhor Deputado, se tiver gosto, eu envio-lhe o meu discurso do 25 de Abril. Tenho todo o gosto. Não sei se, porventura, já ouviu alguma cassette, mas eu defendo integralmente o meu discurso.

A única coisa que eu disse é que eu estava a chamar-vos socialistas. Não são? Chamei-vos socialistas. Onde visei um conjunto de atos governativos, quer no Governo, quer no Executivo, como ficou comprovado aqui hoje e dito agora pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, se houver decisões do Tribunal negativas, em relação aos interesses da Câmara, era uma vez uma Câmara Municipal. Ainda hoje a Senhora Presidente disse isso a respeito do Cachão e, salvo erro, até a respeito de outros assuntos.

Não me vou alongar.

A boa notícia que o País teve hoje, ainda bem, percebo agora que o Governo vai pagar aos Professores, vai pagar aos Médicos e vamos deixar de andar numa convulsão social como temos andado e, com isso, diminui os extremismos. Também foi dito no discurso.

Sobre a rotatividade que a Senhora Presidente da Câmara lançou neste Executivo, que caiu tão bem na sua Tomada de Posse. De facto, houve duas bandeiras eleitorais, além das outras, que era a criação de um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, que eu acho que está moribundo, eu acho, porque as queixas que eu ouço aqui em que não há uma comunicação tão simples entre a Câmara Municipal e algumas Juntas de Freguesia, que eu acho que está moribundo, até devia ser trocado por uma verdadeira *task force*, em relação às pinturas rupestres ou então sobre o PDM, como foi previsto agora aqui.

Senhora Presidente, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Sobre o palco que quis que eu quisesse ter, porque havia ali umas sombras, ali atrás, uma vez houve um escritor de renome português, que já várias vezes foi falado para o Prémio Nobel da Literatura, perguntaram porque é que ele era tão discreto, porque ele escrevia tão bem e ganhava tantos prémios, mas que não apresentava nenhuma vaidade. Aliás, a maior parte das vezes, nem se fazia representar nos prémios que recebia.

Ele deu uma imagem fantástica à plateia que o ouvia: “*Sabem, quando eu era pequenino, eramos quatro irmãos e a nossa mãe tinha uma casa, que tinha lá uma varanda. Então, pequeninos, eles sentavam-se cá em baixo na rua, havia um que entrava pela casa acima e ia para a varanda, dizia qualquer coisa e os outros cá de baixo batiam as palmas. Depois subia o outro, dizia qualquer coisa que gostavam muito e também batiam palmas.*”

Eu estou como ele, Senhora Presidente. Já não preciso de palco. Já estou nessa fase da minha vida, que não preciso de varandas, nem de palmas. Estou aqui só preocupado em levar o meu mandato até ao fim com a honra que os eleitores me conferiram. Tal e qual esse escritor, porque desde pequenino fez tudo o que tinha a fazer e que já depois de grande não precisava tanto de palco, como alguns queriam que ele tivesse.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada pelas questões que foram levantadas, relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu vou aproveitar o momento para esclarecer a questão de recursos humanos altamente qualificados, efetivamente estão na Câmara Municipal, na parte cultural desde 31 maio de 2021 e terminam em 31 de maio 2024, são 3 anos, é uma Candidatura ao Norte2020 e portanto julgo que tem sido uma mais-valia na cultura.

Quanto ao caderno reivindicativo, não conheço o caderno reivindicativo, nós temos um Conselho da Administração onde está representada a Câmara Municipal de Mirandela, com o Vereador *Vitor Correia*, ele não está hoje aqui, aquilo que sei do anterior Conselho de Administração em que fazia parte, é que tivemos um diagnóstico, como sabem o Matadouro Industrial do Cachão não tem só pontos negros a partir de 2017, teria certamente outros antes, que era do conhecimento de todos, efetivamente houve uma rescisão contratual de cerca de 20 trabalhadores e estes trabalhadores têm um sistema que já existia com a PEC - Nordeste - Indústria de Produtos Pecuários do Norte, S.A., prémios de produção, prémios de produtividade, prémios de assiduidade e portanto, sendo uma empresa intermunicipal não se rege pelas mesmas características que um trabalhador da função pública, até porque eles não têm contrato de trabalho em funções públicas. De qualquer forma vou solicitar este caderno reivindicativo, ainda não tivemos Reunião das Câmaras Municipais, nós reunimos com o Conselho de Administração, em Assembleia-Geral, mas vou tentar perceber. Sei que há exatamente algumas questões salariais, mas não conheço em pormenor o caderno reivindicativo, nem sei se foi assinado por todos os trabalhadores, porque há várias carreiras dentro do Complexo, os motoristas, abegãos, mas os motoristas fazem parte do quadro de pessoal do Matadouro Industrial do Cachão, certamente que informaremos o Senhor Deputado Municipal após esta Assembleia.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Cabanas*, vamos dizer efetivamente o REACT, os Projetos de Reabilitação e Valorização Fluvial no âmbito da REACT foram negociados com este valor, mas que evitam evidentemente, que o prazo de execução vai ser muito difícil concretizar, como saberá, porque sei que está bem informado, nós temos em execução do projeto o troço da Ribeira de Carvalhais, Ribeira do Mourel, açude do rio Tuela, Contins, Quintas, do rio Tua em Frechas, Guribanês, Mosteiró e rio Tuela a serem executados pela AMTQT, em Guribanês já temos um projeto de execução que foi reprovado pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente e por isso, depois também temos um projeto em execução do rio Tuela em Quintas, que também foi reprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente e em relação à adjudicação, a valorização do rio Tuela e suas margens, que julgo que é o interesse do Senhor Presidente, está a concurso com uma empresa externa para a execução, o prazo do projeto são 90 dias, obviamente que é um prazo curto de execução, tivemos este financiamento muito tardio, mas foi quando foi possível.

Se não houver, das entidades externas, por uma coincidência a Agência Portuguesa do Ambiente, alguma compreensão relativamente a esta situação, obviamente que será impossível de realizar. Eu lembro que tivemos outros projetos, nomeadamente um passadiço, que foi de imediato reprovado por entidades externas e portanto, isso obviamente que cria obstáculos à execução.

Poderá dizer-se que a responsabilidade é da Câmara Municipal na execução do projeto, mas a verdade é que não será possível concretizar estes objetivos, se não houver parecer favorável das entidades externas envolvidas.

A cerca de 6 meses das obras mencionadas é verdade, estamos a fazer um esforço muito grande para executar os projetos e para ver aprovados, pela entidade externa, estes projetos.

Relativamente ao risco de perder fundos bem, se os projetos forem todos reprovados, em última análise, nós não os vamos conseguir concretizar, infelizmente acontecem fundos que são perdidos porque não é possível executar, porque as entidades externas que não dependem da Câmara Municipal obviamente, reprovam os projetos e por isso, estamos a fazer um esforço quer os Técnicos da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, quer os Técnicos da Contratação Pública da Câmara Municipal de Mirandela, para avançar rapidamente com os concursos públicos e com a adjudicação, no entanto, os pareceres têm sido negativos.

Vamos ver como é que esta situação corre, é uma das nossas maiores preocupações neste momento a nível de execução.

Relativamente ao Senhor Deputado Rui Pacheco, julgo que fez só algumas referências, não fez nenhuma questão em particular.

Quanto é intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, era uma questão relacionado com a Mesa da Assembleia portanto não vou fazer comentários sobre isso. Esqueci-me de referir no início, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Fernanda Guerra*, que nos veio convidar para a Feira do Vinho e Morango, aproveitou para referir que a Câmara Municipal empenhou-se nesta situação, nós estamos a ajudar e a apoiar a Junta de Freguesia com a logística necessária e em processo de aquisição de 20 tendas, uma vez que não referido pela Senhora Presidente e convém também a dar este alerta, porque nós tínhamos ponderado que todos os Presidentes de Junta, pudessem eventualmente, aqueles que tivessem eventos, contribuir para a aquisição, não foi possível porque não houve esse consenso por parte dos Senhores Presidentes de Junta e por isso dar essa nota e agradecer o convite.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas José Carlos Teixeira, efetivamente não incomoda absolutamente nada, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas é livre de dizer o que quiser, como também eu tenho a liberdade de responder como quiser, no respeito institucional que qualquer Presidente de Junta receberá sempre da minha parte.

Obviamente que o Município e o concelho de Mirandela é muito mais que o Presidente da Câmara e portanto, nós quando o Presidente da Câmara ou a atuação da Presidente da Câmara se torna obsessivamente negativas, vemos sempre o copo meio cheio ou seja, vemos sempre o copo meio vazio e é este caso que acontece nesta situação. Como Frechas é muito mais que o Presidente da Junta e por isso Frechas será sempre Frechas e a Freguesia de Frechas será sempre respeitada e o Presidente da Junta de Freguesia será sempre respeitado. Relativamente ao carro da Saúde, efetivamente o nosso trabalhador que estava em regime de mobilidade não consolidou, foi novamente para o sítio de origem, tenho que concordar que não foram enviados, por lapso os dados do carro da Saúde, mas vou pedir aos Gabinetes e aos Órgãos Municipais para fazerem esse trabalho.

Quanto à hidroginástica sénior, obviamente que terei sempre muita estima pelos idosos, aí nem é a Presidente da Câmara, é sempre a *Júlia Rodrigues* e também a Presidente da Câmara e por isso não julgo que isso é uma brincadeira, é um facto muito sério, mas o Senhor Presidente fará como entender. Relativamente ao cemitério de Frechas, obviamente que o Senhor Vereador *Vítor Correia* lhe telefonou deve ter esclarecido o Senhor Presidente juntamente com o Vereador.

Relativamente ao parque de estacionamento do Cachão, dizer que o Senhor Presidente da Junta não embargou obra nenhuma, a obra foi suspensa, porque efetivamente a Associação de Municípios, como se recordará, fez um projeto para que houvesse um parque de estacionamento naquele local, efetivamente parte, como vocês sabem e é uma situação que nós de todo não tínhamos conhecimento da gravidade, alguns pavilhões e alguma área envolvente estava hipotecada e obviamente que, estamos em negociação ainda com fundo que comprou uma dívida do Matadouro. Por isso é que toda a faturação do Matadouro está a ser processada já há muitos anos, antes ainda deve do anterior mandato pela AIN e portanto, isto não é novidade para todos nós.

Quanto à questão dos dinheiros públicos, só desejo que a sua gestão dos dinheiros públicos seja tão transparente como a minha e a nossa gestão de dinheiros públicos. Por isso, respeito, integridade, honestidade e acima de tudo lealdade institucional.

Senhor Deputado Carlos Ventura, disse: “depois de ouvir fiquei preocupado”, acho que foi assim que eu percebi e até estou a mudar o tom e a pausa com o que estou a falar, ora bem, o nosso concelho tem 658 km<sup>2</sup> e vai-se manter com 658 km<sup>2</sup>, temos um concelho definitivamente hoje, em 2023, mais coeso, mais sustentável em todas as Freguesias, com mais criação de eventos, de autonomia na sua gestão, isso tem que ser dito e reforçado porque, evidentemente, foi uma conquista deste mandatos do Partido Socialista e deste Executivo à frente da Câmara Municipal. Fazer sempre o lado negativo e não ver aquilo que foi efetivamente feito de bom e que, lembro-me que no mandato anterior era várias vezes referido pelos Senhores Presidente de Junta convém não esquecer e a memória diz-nos que, os problemas financeiros do Município não começaram em 2017, o Saneamento Financeiro começou em 2013, com a dívida de 7,5 milhões de euros e portanto desde 2017, estamos a falar em 5 anos, nós reduzimos a dívida em 10 milhões de euros e portanto, até me podem dizer que eu tenho que dizer sempre a história, mas não é possível fazer milagres que vocês querem que se faça, por um lado não querem receitas e querem obras, mas não querem que se paguem

as obras, porque não querem fazer dívida, querem investimento, ou seja, ninguém percebeu ainda qual é a estratégia que o PSD tem, a estratégia de desenvolvimento, como eu também não se entendia no passado.

Relativamente à Revisão do PDM de Mirandela, é lamentável esta situação, até porque a Revisão do PDM é uma obrigação legal da Câmara Municipal, a Câmara Municipal está obviamente, a investir muito dinheiro para poder cumprir aquilo que está no PDM até 31 de dezembro, tudo dependerá dos compromissos que a Câmara Municipal vai ter que fazer em milhões de euros de infraestruturas nos locais onde não existe pressão, por um lado imobiliária, abandonando os centros das nossas aldeias e por isso, a responsabilidade vai ser todos nós, no sentido de avançar com Revisão do PDM e eu já vos fiz um desafio, por favor cumpram-no, internamente no vosso Partido Político e faço referência a todos os que estão aqui representados, a CCDR-N tem esta responsabilidade, está intransigente quanto é esta norma e isto é uma questão nacional, pelo menos na região norte é assim, por isso, é bom que haja também este esforço que a CDU tem feito, até no Complexo Agro-Industrial do Cachão a nível da Assembleia da República, nesta questão da Revisão do PDM e dos perímetros urbanos.

Se todos juntos conseguirmos criar superação a este obstáculo, não é a Câmara Municipal, não é este Executivo que não vai cumprir aquilo que é o vosso propósito, que pode não ser a melhor política pública para o Plano Diretor Municipal e para o desenvolvimento sustentável das vossas aldeias.

Quanto ao “acomodar” das despesas, eu estava a falar na despesa em função da receita, ou seja, o pagamento da despesa em relação à receita. Na Certificação das Contas é preciso dizer que esta regra orçamental ficou suspensa nos anos da Covid-19, é a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que foi suspensa, o número 1 do artigo 53.º da Lei 73/2013. De qualquer forma o Revisor Oficial de Contas disse outras e fez outras recomendações que o Senhor Deputado também não referiu que é, o princípio do equilíbrio orçamental que é, desde logo, o facto do endividamento líquido ter diminuído em relação ao ano anterior, a questão dos ativos fixos tangíveis, no valor de cerca de 50,5 milhões de euros, ou seja, há muita informação que de facto foi dita no Relatório anual de auditoria, que não foi explicitada nem por mim, nem pelo Senhor Deputado porque era impossível lermos os documentos todos, obviamente.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é bom que as Juntas de Freguesia venham aqui falar, criticar e que possam melhorar as suas formas de ver, porque eu lembro-me quando estávamos aqui há uns anos, que estava tudo tão bem, tão bem, tão bem no Município de Mirandela, que quase parecia que toda a gente concordava com tudo. Havia sempre um consenso entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, mas o endividamento aumentava sempre, havia sempre um consenso entre a Bancada Municipal e os conflitos adensavam-se portanto, vivemos em democracia, esta semana tivemos o 25 de Abril, vamos continuar certamente a trabalhar para a melhoria do concelho de Mirandela, das nossas aldeias, da nossa vila e da nossa cidade.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para esclarecer aqui a Assembleia Municipal, que o parque de estacionamento, o projeto não foi feito pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana por obra do acaso. A minha questão é, porque é que tendo uma penhora aquele terreno, para seis lugares começaram a obra e porque é que para 22 lugares, já não a podem fazer? E porque é que aquilo foi parado? Claro que eu não tenho poderes para embargar obras nenhuma, mas quem sou eu! Eu só alertei, porque havia da parte da população e chegamos à conclusão porque estive lá o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* e o Senhor Engenheiro *Manuel Miranda*, que aquilo não servia a população e então, decidiu-se parar e fazer o projeto. Temos de falar aos mirandelenses com verdade e com transparência.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para esclarecer que a questão do parque de estacionamento colocou-se porque a AIN fez uma candidatura para renovação de toda a rede da envolvente do Complexo, à data, substituímos os portões, renovamos a rede, tiramos alguns escombros que existiam em todo o Complexo e, à data, a empresa, por uma questão de projeto, disse que havia ali a possibilidade de criar alguns lugares e avançar um pouco para dentro, quatro lugares são diferentes dos 22, uma vez que há-de ter um acesso pelo outro lado e que antes de substituir os portões do lado do parque estacionamento, realocizavam os portões um pouco mais atrás. Efetivamente o Senhor Presidente da Junta e alguns populares, acharam que merecia um parque de estacionamento maior e nós na altura decidimos que sim, evidentemente que o projeto da envolvente foi concluído e acabou por ficar sem os quatro lugares de estacionamento e sem os 22 lugares de estacionamento, porque entretanto era obrigatório fazer a cedência do terreno da área envolvente do acesso ao Matadouro, daí a justificação desta ideia de fazer ali um pequeno aparcamento de automóveis junto ao café do Cachão.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, em relação à Senhora Presidente é sempre a mesma coisa, “vira ao disco e toca o mesmo”, em relação à tirolesa. Pergunto à Senhora Presidente se este equipamento estivesse perto da porta de uma pessoa que não, pergunto se ainda lá estaria?

A Senhora Presidente falou aqui de uma coisa no período da manhã, a Senhora Presidente pensa que o que falou aqui de manhã que me quer enganar com um presente envenenado, pode “tirar o cavalinho da chuva”, porque isso não vai acontecer, não vou a lado nenhum, porque não tenho porque ir a lado nenhum. Da outra vez não fui aconselhado por amigos que não tinha que ir sabendo qual é que era a nossa pretensão e qual era a pretensão das pessoas em causa.

Quando se reuniram os moradores foi pedido para que fosse colocado uma fila de árvores no parque e eu pergunto, porque é que na rua deles não existem, porque as partem todas? Como é que queriam colocar uma fila de árvores para fazer mais sombra, encostadas ao meu muro?

Senhor Presidente, Senhores Secretários e mais pessoas aqui presentes, eu sei que por vossa vontade o equipamento já ali não estava, mas Senhor Presidente, penso que lhe cabe a si dizer alguma coisa, ou melhor, duas pessoas a sofrerem como sofrem.

Senhor Presidente, vou-lhe dizer, vamos ver quem ganha a batalha. Ou o equipamento sai dali, ou então iremos parar mesmo à barra do Tribunal e só ainda não o fizemos, seguindo os conselhos de alguns amigos, que nos têm dito para ainda pararmos um pouco.

Senhor Presidente, as ações em Tribunal não deviam ser contra a Câmara Municipal, mas sim contra a Senhora Presidente, porque se fossem contra a Senhora Presidente teria mais cuidado, porque se a Câmara Municipal perder, é a Câmara Municipal que paga e não a Senhora Presidente.

Senhor Presidente, quando a mim e não só, a Senhora Presidente desde que é Presidente da Câmara Municipal de Mirandela só tem feito desvarios atrás de desvarios, vejamos, o PSD fez asneiras há uns tempos atrás, porque é que a Senhora Presidente quando foi eleita e ganhou, porque é que não tentou corrigir os mesmos e para não deixar avançar e nem vamos falar exatamente do quê, mas toda a gente sabe àquilo que me estou a referir.

Senhor Presidente, Deus que não se esqueça dos bons, mas também não se esqueça dos maus, mas que dê aos bons o que merecerem e que dê aos maus o que merecerem também.

Senhor Presidente, digo aqui com toda a sinceridade e francamente que dos presidentes que eu já vi passar pela Câmara Municipal de Mirandela, isto é a minha opinião, quando a mim a Senhora Presidente não merece esse lugar.

Senhora Presidente, há gente que lhe tem medo verbalmente à Senhora Presidente, confesso-lhe que não tenho. Respeito-a, mas não lhe tenho medo.

Estamos outra vez a ser bombardeados por bolas que vão para dentro daquilo que é nosso, já fui obrigado a ligar à Polícia por duas vezes há muito pouco tempo, mas isto tem que acabar e tem que acabar de uma vez por todas.

Eu sei que a minha presença aqui a perturba, mas temos pena, vai ter que levar comigo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Dr. *José António Ferreira*, quando terminei minha intervenção da parte da manhã e esta tarde já tocou nesse assunto, corrigiu no ponto em que referi que a Senhora Presidente tinha convidado o Senhor Deputado *Paulo Pinto* para participar numa Reunião da Comissão Permanente, onde estariam apenas os Técnicos e o Advogado do Município, para esclarecer as causas da derrocada, quando sabe que o Município foi condenado na Providência Cautelar por causa dos Técnicos não cumprirem as funções que estavam adstritas, nomeadamente a fiscalização de obras não licenciadas.

O Dr. *José António Ferreira* tem razão, louvo o seu preciosismo, na verdade a Senhora Presidente não convidou, todos nós sabemos que isso compete ao Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Presidente o que fez foi, sugerir essa reunião, o lapso foi meu, pensei que assim ficaria mais claro perante os Presidentes a vontade ou a intenção da Senhora Presidente, o que não há dúvidas nenhuma, é que ela sugeriu essa reunião.

Já não louvo a resposta da Senhora Presidente à minha intervenção, nomeadamente na parte em que continua a defender-se, com a opinião dos Técnicos, é lógico que se os seus técnicos, por este andar, se houver alguma condenação, já todos estarão reformados nessa altura.

Senhora Presidente, já todos sabemos a opinião dos Técnicos, como eu, a Senhora e o seu Executivo sabiam antes de ser eleita, numa altura em que a Senhora, por exemplo dizia isto: “Necessitamos de políticos que assumam de uma vez por todas o interesse público, que assumam o serviço público para o qual foram eleitos e realizem obra. Não devem e não podem ficar a aguardar com tranquilidade a decisão dos tribunais.” Deixe que lhe diga, com algum sentido de humor, embora o caso da derrocada mereça tudo menos sentido de humor, numa altura em que algumas televisões discutem se o atual Presidente do Benfica é o “delfim” do *Filipe Vieira* aquilo que os mirandelenses menos precisam, é que a Senhora seja a “delfim” deste tipo de políticos que dizem hoje uma coisa e amanhã defendem outra.

Vamos então aguardar, Senhora Presidente, com tranquilidade a decisão do Tribunal e que não seja nessa altura, como já disse hoje de manhã, demasiado tarde para a recuperação das casas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as palavras que me endereçou, com efeito a menção que fiz de manhã não tinha qualquer reparo à sua pessoa, era de facto apenas fazer o enquadramento formal da questão. De resto tudo o que vier para o futuro, a Mesa estará sempre disponível para acolher qualquer sugestão nesse âmbito e dar-lhe também o contexto formal que merecer, qualquer sugestão até da Senhora Presidente da Câmara para o efeito.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *FERNANDO PIRES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu vou pedir desculpa à Assembleia Municipal o facto de ter de vir aqui falar sobre um assunto que não tem nada a ver com os Trabalhos que aqui se desenvolvem, mas que foi chamado a preceito hoje de manhã, na intervenção do Professor *Virgílio Tavares*, Deputado Municipal do CDS/PP, que já não está presente, lamento, em que fui visado, quer eu, quer os órgãos de comunicação para os quais eu trabalho e acho que devíamos repor, não estou a dizer a verdade, mas pelo menos os factos do outro lado, não só apenas do Professor *Virgílio Tavares*.

Casos concretos que foram aqui avançados esta manhã, na tal Reunião da Comissão Permanente que houve com os Senhores Presidentes de Junta, eu estive presente de facto, para dar a conhecer o que é que se tinha passado, porque era um assunto que estava na ordem do dia. Não fui autorizado a entrar nessa Reunião, obviamente tive que esperar pela saída dos elementos para fazer o meu trabalho jornalístico e fiz, falei com praticamente todos os Líderes Municipais, não falei com o Professor *Virgílio Tavares*, porque não estava presente, tinha saído mais cedo, foi por isso que não falei. Entretanto, ele diz que eu podia ter telefonado, verdade, mas já houve outras situações em que também não estava, como hoje não está, no final, e telefonei, mas isso ele não frisou.

Daqui retirei eu, mais um episódio do Orçamento 2021, onde na altura os dois Deputados do CDS/PP, eram o *José Faustino da Cunha* e *Virgílio Tavares*, em que *José Faustino da Cunha* votou favoravelmente e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* absteve-se, entretanto, o meu trabalho jornalístico é sempre com os Líderes Municipais, é óbvio que se houver um Líder Municipal que diz que o seu Partido votou favoravelmente, há com certeza alguns que até se abstêm, mas eu não vou ter que falar com todos os elementos que se abstêm, como compreendem.

Agora, daqui extrapolar, de dois casos que foram aqui citados, de que a pessoa que faz a peça jornalística e o órgão de comunicação social que o fez não tem ética, não está a desenvolver bem o seu trabalho, não é democracia, não é isento. Onde é que nós estamos a final?! Extrair de dois casos uma situação destas?! Isto é grave, e vir para a Assembleia Municipal dizer uma coisa destas?! O que é que isto tem a ver com a Assembleia Municipal?! Pergunto eu. Rigorosamente nada, sob a capa de que a Câmara Municipal apoia este órgão de comunicação social.

Meus amigos, convém esclarecer isto de uma vez por todas porque isto vem à baila de vez em quando, principalmente na altura das eleições autárquicas então vem sempre e depois é conforme os Partidos. É óbvio que nós somos uma autêntica arma de arremesso dos Partidos nessa altura.

O que existe entre a Rádio e a Câmara Municipal de Mirandela, não existe agora, existe há muitos anos com anteriores Executivos. Eu vou explicar o que existe, é um contrato de prestação de serviços publicitários comerciais, a Câmara Municipal tem um espaço de dois minutos diários, que passa duas vezes por dia na emissão, onde faz referência aos seus eventos culturais, ao que entender, o espaço é da exclusiva responsabilidade do Município, aliás, nós dizemos isso no início das peças. Certo? É isso que é pago, serviços comerciais.

Não diz em lado nenhum nesse acordo, ou nesse contrato de que temos que fazer notícias, não tem nada a ver com conteúdos jornalísticos, esse é meu, assumo-o. Tudo o que tenha a ver com jornalismo é meu, aliás, sou o único da casa, portanto, a responsabilidade é minha.

Agora, o que é que isto tem a ver com o facto de haver um contrato, não há nada explícito a dizer que eu tenho que fazer peças sobre o que o Município faz ou deixa de fazer. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Meus amigos, na política não vale tudo, ou melhor, não devia valer tudo. É que o trabalho dos órgãos para onde eu trabalho, acho que é de divulgar Mirandela, porque eu divulgo Mirandela no bom e no mau, às vezes bem, outras vezes mal. Nem sempre estamos bem na “fotografia”, é óbvio e não podemos agradar a todos, é o que é. São as notícias.

Agora, extrair daqui que estamos ao serviço do Município! Meus amigos, já estamos nisto há muitos anos, eu já estou nisto há 33 anos. Se fosse parcial, se fosse como fui chamado de manhã, uma pessoa que não tem qualquer tipo de isenção, eu já não estaria aqui. Eu estou aqui há 33 anos, estou aqui na Rádio de Mirandela há 33 anos, trabalho para mais quatro órgãos de comunicação social, porquê? Porque tenho de trabalhar para sustentar a minha família. Ou acham que é o Município que me sustenta a mim? É que às vezes parece!

Eu trabalho para cinco órgãos de comunicação social, dois deles de âmbito nacional, então, mas se eu fosse o que disseram que eu era de manhã eu estava nesses órgãos de comunicação social?! Eu acho que não.

A Rádio tem a porta aberta para todos, peço desculpa por me estar a alongar, só vou dizer mais uma coisa. Fui também acusado de falta de parcialidade, ou melhor, de pluralidade, foi assim que foi dito, ora convenhamos, a Rádio tem, ou melhor, eu tenho um Programa na Rádio há 20 anos, que se chama “Politicamente Falando”, onde estão representados quem as Comissões Políticas indicam, para representar os Partidos que têm acento nesta Assembleia Municipal, foi da nossa vontade que isso acontecesse para dar visibilidade ao que as Comissões Políticas têm a dizer, porque se não fossemos nós também, desculpem lá, as Comissões Políticas fazem o seu trabalho, mas nós damos visibilidade ao seu trabalho e é ali. O próprio CDS/PP, tem lá um representante, o próprio CDS/PP, já falou do PDM porque eu levei o assunto à baila. Já se conhece a posição do CDS/PP. Então, é por uma vez não ter ouvido um elemento do CDS/PP, que já somos tudo e mais alguma coisa?! Pô-los em causa todos estes anos?! Oh meus amigos!

Peço desculpa por vos incomodar com este assunto, continuo a dizer que na política não devia valer tudo, porque o trabalho da Rádio não se esgota na política, há muitas outras coisas. Eu acho que aquele velho ditado continua a imperar, “santos da casa não fazem milagres”! Eu acho que é isso que falta aqui em Mirandela.

A nossa “casa” está sempre aberta para todos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MANUELA GÂNDARA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção hoje era outra, mas como só tenho já o tempo da tarde, tive que fazer esta.

Senhora Presidente, às 03:30 hrs. do tempo total da Sessão da manhã e registo da gravação desta Assembleia Municipal, a Senhora Presidente do Município de Mirandela disse: “Quem paga às Arqueólogas para fazer a sua investigação também é a Câmara Municipal”. Esta afirmação, pelo peso que carrega, trouxe-me muitas dúvidas e a precisarem de esclarecimento para salvaguardar a honestidade e a transparência de todo este processo da Serra. É que estão aqui a dizer que estão a ser pagas.

Ora, o Projeto Escarpate, é um projeto de valorização e divulgação da Serra, que inclui a criação de percursos e visitas às pinturas, serve e muito e muito bem, concordo perfeitamente, os objetivos do Município, tal como eu referi neste mesmo local na Assembleia Municipal do dia 11 de novembro passado próximo.

O Projeto Escarpate tem vários parceiros, eu tirei isto do texto da Câmara, onde se inclui o Município, com o apoio financeiro também da União Europeia e o que está lá registado são 105.733,00 € e este Projeto diz ainda que as pinturas vão passar a ser visitáveis, no âmbito de um projeto desenvolvido com apoio financeiro do programa que promove o futuro do interior. Uma iniciativa do Banco BPI, da Fundação La Caixa, em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Estão previstas também, a promoção de educação patrimonial, a criação de meios de divulgação e apresentação ao público, com recurso às mais recentes tecnologias, bem como a criação de percursos de visitação, com recursos a soluções móveis e inovadoras.

Tudo isto foi divulgado pela Senhora Presidente e todos estamos lembrados. Também é público que nesta parceria está envolvida a Faculdade de Letras do Porto, que cedendo uma professora, que pertence aos quadros da instituição, se cobra por tal ato, a Universidade e o acordo celebrado previa exatamente isso.

Tanto quanto me é dado a saber, o Doutoramento da Dr.<sup>a</sup> *Joana*, é feito com uma bolsa de investigação atribuída pelo FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Considerando as palavras da Senhora Presidente da Câmara, solicito me informe, bem como a todos os que nos ouvem e veem, quais as Arqueólogas envolvidas neste Projeto que recebem honorários pagos pela Câmara Municipal de Mirandela, bem como os respetivos montantes e meses e anos a que respeitam?

Pergunto ainda, quando a Câmara Municipal necessita do trabalho da Arqueóloga e ela se desloca à Serra propositadamente para atender às necessidades da Câmara, se é paga alguma quantia e qual é a quantia que é paga?

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, peço-lhe encarecidamente, valendo-se dos poderes que lhe são atribuídos pelo Regimento desta Assembleia Municipal, de solicitar à Senhora Presidente da Câmara Municipal que responda a estas minhas questões. É que eu ainda estou à espera das respostas das minhas questões efetuadas no dia 11 de novembro.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Múncipe *EDUARDO CACHOPAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sou proprietário de um prédio que fica na Travessa, que não é Travessa, porque isto faz parte de uma alteração, de um conluio que existiu no tempo do antigo Presidente de Câmara, o Engenheiro *António Branco*, fizeram ali uma permuta entre *Rogério Romão*, Construtor Civil e o Presidente de Câmara, isto é, é um pátio que eu estou aqui a reivindicar, é um direito próprio que eu tenho, faz parte da minha casa e vou ler para ficar clarificado, diz aqui na descrição da minha casa: “Deste prédio e dos prédios descritos sob os números 902, 903, 904, faz parte uma parcela de terreno pro indivisa, com a área de 342 m<sup>2</sup>, mencionada na abreviatura um do prédio 904, isto significa, que aquilo está a ser um atravessamento público, que liga o Pedro da Manta à rua da República, mas o que mais me ressalta a mim e o que mais me incomoda, quer eu, quer a minha falecida mulher, quer os meus filhos, não foram ouvidos nem achados por este processo.

Ora, sendo eu proprietário, morador nesse local, que não é travessa da Cocheira, para mim continua a ser beco da Cocheira, matricialmente a minha casa está precisamente nesse local, venho aqui perguntar à Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, que tem uma Ata, eu em tempos entreguei-lhe uma Ata, porque já há um Acordo do Tribunal da Comarca de Mirandela, que é o processo 306/16, processo comum referente a 03/2022, em que fala aqui do seguinte, já transitou em julgado em 20/10/2017, continuamos nesta bola de *ping pong*, vou à Câmara, correspondência para a Câmara, a Câmara envia correspondência, a minha mulher esforçou-se imenso para resolver aquele problema, continuamos assim.

Or isto é assim, podia ter havido pelo menos bom senso da parte da Câmara, quer o outro Presidente de Câmara, quer o atual de ter minimamente o bom senso para chegar a uma conclusão e dizer assim: “Bom, está ali aquilo, a Câmara não é dona daquilo, as pessoas estão ali e aquilo está a fazer uma serventia pública e a Câmara não é dona daquilo, vamos ao menos chegar a uma conclusão, sentamo-nos à mesa, negociamos, fazemos alguma coisa”, mas não, eu ainda um dia destes passei na Ponte Vasco da Gama e paguei 3,00 € de portagens e compreendo, é um investimento feito, compreendo, mas ali aquilo é uma passagem, eu sou também o dono daquilo, não sou só eu o dono, não estou a reivindicar aquilo única e exclusivamente, mas o que é certo é que, a minha proposta é o seguinte:

Está a Câmara, ou Vossa Excelência Presidente de Câmara, está disposta a marcar um encontro para falar sobre este assunto, para tentar resolver este problema numa atitude de bom senso, porque isto é assim, eu não vou abdicar um centímetro daquele espaço, amor de Deus, se aquilo faz parte da minha casa. Agora, podemos chegar a acordo, tudo é negociável.

Espero que a Câmara, porque isto é assim, eu vou dar um tempo, porque isto já se arrasta desde 2017, eu sei perfeitamente que aqui houve um logro do *Rogério Romão*, que não me reconhece direito, mas isso não interessa, eu não estou ao nível dele, é um Putin à escala naquela zona ali, não interessa, se a Câmara está disposta, a de uma vez por todas resolvermos este problema, porque eu até compreendo por um lado que aquilo dá jeito, eu sou franco, dá jeito porque as pessoas circulam de um lado para o outro, mas pelo amor de Deus, eu acho que tenho no mínimo o direito de ser ressarcido de uma situação que me pertence.

Então é assim, eu estou aqui para saber se a Câmara está disposta a dialogar sobre esta situação, eu até posso, não ao *Rogério Romão*, nem à outra parte, mas à Câmara, posso fazer uma procuração com poderes para a Câmara poder gerir ali aquele espaço, mediante um acordo, tudo bem, mas temos de falar com seriedade sobre esta situação.

Espero que a Câmara Municipal me diga alguma coisa, eu até trago aqui a Constituição da República Portuguesa, que é sobre o artigo 62. Direito à Propriedade Privada, depois o artigo 205.º As Decisões dos Tribunais: “São fundamentalmente previstas na lei as decisões dos tribunais são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades”, n.º 3: “A lei regula os termos da execução das decisões dos tribunais relativamente a qualquer autoridade e determina as sanções a aplicar aos responsáveis pela sua inexecução”.

Eu estou aqui com bom senso, estou aqui numa atitude de colaborar, neste caso, para resolvermos aquele problema, foi uma promessa que eu fiz à minha falecida mulher e agradeço que tenham uma compreensão em relação àquilo que eu explicitiei aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do munícipe *Manuel Brízido*, não vou fazer considerações sobre a opinião individual do Senhor *Manuel Brízido*, respeitando obviamente. Relativamente à questão que penso que pode ser profícua de uma reunião conjunta com o representante dos moradores do bairro Tua Sol, para encontrar uma solução. Julgo que seria uma forma de resolvermos o problema, porque quando há um problema e um litígio encontrando-se as partes, poderemos encontrar uma solução consensual, que satisfaça ambas as partes.

Somos todos mirandelenses, vizinhos uns dos outros e portanto, problemas entre vizinhança são sempre problemas muito complicados.

Eu sugiro essa solução falei obviamente que o Senhor Vereador para entrar em contacto com um representante dos moradores e o Senhor *Manuel Brízido*, de a forma podemos resolver com bom senso esta situação, mitigando os problemas. Tem que haver vontade das partes para encontrar soluções.

Relativamente ao munícipe *Rui Neves*, não é questão de eu, enquanto Presidente, me defender com a opinião dos Técnicos, a questão é que a Câmara Municipal, à data, tinha Técnicos responsáveis pela Divisão de Obras e pelos Serviços de Fiscalização, entretanto em 2017, já havia uma ação em Tribunal contra a Câmara Municipal, obviamente que eu mantenho tudo o que disse e não tive oportunidade de escrever tudo o que disse que eu disse, mas lembro perfeitamente de escrever assumam o interesse público, interesse público é defender o interesse da Câmara Municipal de Mirandela convenhamos, a forma de resolver um problema privado, que os moradores acusam a Câmara Municipal de não ter usado, à data, as suas competências no âmbito da fiscalização, é contrariada de forma veemente pelos Técnicos todos do Município de Mirandela e o interesse público é sempre a defesa da Câmara Municipal.

Este tipo de situação não me agrada, obviamente que não, percebo perfeitamente e entendo perfeitamente a angústia de toda esta situação, terei a minha opinião sobre esta situação, eu reconheço que no início houve muitas tentativas, sem conhecer ainda o processo judicial complicado que existe e que merece uma decisão superior e uma decisão de quem tem a legitimidade para tal, porque, como imaginam, existem duas partes, que acham que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, é de outras pessoas e portanto, quando houve as eleições em 2017, houve nos primeiros meses, até no primeiro ano, uma tentativa de acordo, que nunca chegou, é verdade, que nunca chegou a ser formalmente informados os moradores do valor que a Câmara Municipal estaria disposta a pagar, uma vez que depois de uma análise jurídica mais sustentada, poderia estar a incorrer numa situação muito complicada sob o ponto de vista da minha legitimidade para fazer um acordo quando a responsabilidade não é da Câmara Municipal, porque envolve obviamente valores monetários e temos essa responsabilidade pelo interesse público.

Nenhum de nós, Executivo, julgo que falo em nome do Executivo em Permanência e no Executivo em não Permanência, nenhum de nós, nem no mandato anterior, estamos confortáveis com esta situação, nem neste caso de tribunais, nem outros casos de tribunal, como há pouco referi, com legitimidade, o caso dos CTT, mas efetivamente, temos também a responsabilidade de cumprir a lei e de seguir o aconselhamento jurídico, que eu julgo que os moradores também têm e portanto, sendo um caso que está em Tribunal, já há alguns anos, já aqui referi várias vezes que num estado de emergência em que estivesse em causa a questão da segurança pública não é confinante com a via pública, é confinante com outro terreno privado, poderia haver, à data, outras intervenções. Entretanto, quando em 2017, já existia o processo em Tribunal e desde aí a Câmara Municipal reforçado aquilo que existiu desde início, no anterior mandato com o Executivo PSD, que não tinham responsabilidade sobre aquela derrocada.

Infelizmente não são assuntos que vamos poder solucionar sem a decisão do Tribunal, qualquer que seja, a Câmara Municipal assumirá as suas responsabilidades.

Quanto à intervenção do município *Fernando Pires*, obviamente que o contraditório é importante neste tipo de acusações, eu quando me referi à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, não conheço os factos no seu todo, concordo inteiramente com a questão de, “na política não vale tudo” e o jornalismo é de facto importante para contar aquilo que é bom e que é menos bom, saberá naturalmente que admiro muito o trabalho dos jornalistas, em particular dos jornalistas que conseguem fazer bom jornalismo no nosso interior do país e que mantêm o trabalho para além da política da Rádio local que é importante para as nossas populações, julgo de todo o concelho e de toda a região.

Em relação à intervenção da município *Manuela Gândara*, efetivamente eu tenho que dizer que provavelmente não usei o melhor termo, ao dizer que: “quem paga às arqueólogas para fazer o trabalho também é o Município”, não é de todo o Município, o Município paga, ou comparticipa a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que naturalmente tem investigadoras a tratar do Projeto do Consórcio, eu tenho aqui o contrato de Consórcio que no fundo tem várias situações.

Estava naturalmente a responder, durante o período da manhã, ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente ao mapeamento e quando fiz esta referência e repare nós temos aqui vários tipos de investimento, várias caracterizações e descrições da despesa, serviços de coordenação científica, prestação de serviços de arqueologia, aquisição de equipamento para a realização do mapeamento, levantamento digital 3D e multiespectral, trabalhos de arqueologia por meio de escavação, trabalhos de conservação e valorização arqueológica, processamento, estudo, análise de materiais e informação arqueológica, homologação do percurso de sinalética e produção de conteúdos de divulgação, serviços de educação patrimonial, desenvolvimento de aplicação móvel multiplataforma incluindo Android e IOS, aquisição de diversos componentes informáticos para alojamento da informação, aquisição de componentes de marcação inteligente do percurso, desenho e desenvolvimento, registo domínio do projeto, aquisição de equipamento e total da despesa. Depois temos várias atividades que são das responsabilidades de vários, a atividade de um é a gestão administrativa e tem a ver com a atividade em estreita relação, é parte do Consórcio, é o IPB perante a entidade financiadora, depois temos a coordenação científica dos trabalhos arqueológicos, que é o grande volume, são 30 mil euros, desenvolvida pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, temos o mapeamento tem a ver com a georreferenciação da realidade arqueológica e portanto, temos no fundo no fundo da conservação e a valorização arqueológica, o processamento de estudo dos materiais até à última, que é comunicação e publicitação dos resultados.

Lamento ter dito isso, pois é Faculdade de Letras da Universidade do Porto que obviamente tem esta participação, que no fundo tem as Investigadoras que fazem o seu trabalho e portanto, o Município de Mirandela não tem nenhuma relação contratual com as Investigadoras e portanto, não paga pelos seus serviços, mas é através da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Se nós sistematicamente criamos exceções, que são legítimas, bondosas não tenho dúvida nenhuma, tornamos a Assembleia Municipal de Mirandela potencialmente ingovernável e isso é aquilo que eu não gostaria que acontecesse.

----- A Senhora Município *MANUELA GÂNDARA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu é só precisamente para esclarecer, porque é assim, eu não sou da área de arqueologia, nem sequer tenho formação específica credenciada, mas eu participo em muitos congressos e muitas coisas a nível de arqueologia a nível do mundo, portanto eu, a nível da Universidade de Évora, porque eles têm a facilidade e a humildade de nos deixar participar, mesmo sem ter habilitações, eu participo e portanto eu vou sabendo de muita coisa a nível do mundo e fico muito satisfeita e quando ouvi dizer que o Município de Mirandela pagava às Arqueólogas, eu sei que em relação à Dr.<sup>a</sup> *Joana* é o Doutoramento dela que financia e não recebe dinheiro da Câmara Municipal e é muito delicado ouvir isto na comunicação social, porque eu já tive muitas pessoas que estão comigo em congressos e a perguntarem como é.

Agora se me disserem que a Dr.<sup>a</sup> *Sanches* que recebe ajudas de custo para a deslocação do Porto a Mirandela tudo bem, agora a Dr.<sup>a</sup> *Joana* nunca recebeu 10 tostões de nada, é importante esclarecer as palavras que às vezes não caem tão bem.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço o esclarecimento, eu não sei como é que a Faculdade de Letras participa nas despesas das arqueólogas, sinceramente não sei, nem tenho de saber.

Em relação à intervenção do município *Eduardo Cachopas*, esta é uma questão que já existe, nós já temos informações desde 2009 sobre esta situação e tem a ver com o loteamento urbano de um promotor, no lugar da Cocheira em Mirandela. Efetivamente as informações que temos é que se os dois arruamentos são logradouro privado, não faz sentido a ligação das luminárias à rede pública portanto, toda a iluminação pública, todos os melhoramentos, tem ali infraestruturas públicas e depois temos aqui outra informação do Diretor de Departamento, à data, que diz que: “... além disso, pelo somatório das áreas de loteamento, concluímos que as áreas, para além das áreas dos lotes são públicas, ou para infraestruturas, ou para cedência, isto é, com a emissão do alvará, todas as áreas, para além dos lotes, se constituiriam como públicas, ou municipais.”

Esta é a informação que temos que data de 2009 já e que tem a ver com o loteamento urbano. Estaremos naturalmente disponíveis, os Serviços da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo para reunir e verificar o que é que a Câmara Municipal pode eventualmente fazer e reafirmo que os Pareceres técnicos são fundamentais para apoio à nossa decisão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Gostaria de agradecer a todos a vossa presença aqui. Saudar o dia de trabalho que tivemos, muito profícuo, desejar a todos um bom fim-de-semana, um excelente 1.º de Maio e encontramo-nos, se Deus quiser, na Sessão Ordinária de junho e a Comissão Permanente tem lugar na data prevista, em maio.

A todos um bom fim-de-semana e muito obrigado a todos.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas e 15 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira